

44

JUNHO 2016 – SETEMBRO 2016

Revista da Sociedade  
Brasileira de Economia Política

[revista.sep.org.br](http://revista.sep.org.br)



**44**

**REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA  
DE ECONOMIA POLÍTICA**

[revista.sep.org.br](http://revista.sep.org.br)

## CONSELHO EDITORIAL

**ALAN FREEMAN** UNIVERSITY OF GREENWICH

**ALEJANDRO ARANDIA** UNISINOS

**ALEJANDRO VALLE BAEZA** UNAM

**ANITA KON** PUC-SP

**ANTONIO MARIA DA SILVEIRA** (IN MEMORIAM)

**ARTURO HUERTA** UNAM

**CESARE GIUSEPPE GALVAN** UFPA

**ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO**

USP

**FABIO PETRI** UNIVERSITÀ DI SIENA

**FRANCISCO DE ASSIS COSTA** UFPA

**FRANÇOIS CHESNAIS** UNIVERSITÉ DE PARIS XIII

**FRED MOSELEY** MOUNT HOLYOKE COLLEGE

**GUIDO MANTEGA** FGV-SP

**JOÃO ANTÔNIO DE PAULA** UFMG

**JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA** UNICAMP

**LEDA MARIA PAULANI** USP

**LUCIANO VASSAPOLLO** UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

**LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO** UNICAMP

**MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** UNB

**MÁRIO DUAYER** UFF

**NIEMEYER ALMEIDA FILHO** UFU

**PAULO NAKATANI** UFES

**PAUL SINGER** USP

**PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA** UFRGS

**REINALDO CARCANHOLO** UFES (IN MEMORIAM)

**ROSA MARIA MARQUES** PUC-SP

**THEOTÔNIO DOS SANTOS** UFF

## SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

### DIRETORES

**PAUL SINGER** (USP) PRESIDENTE DE HONRA

**NIEMEYER ALMEIDA FILHO** (IE-UFU) PRESIDENTE

**JOÃO ILDEBRANDO BOCCHI** (PUC-SP) VICE-PRESIDENTE

**ELLEN LUCY TRISTÃO** UFVJM

**FREDERICO KATZ** UFPE-PIMES

**LAURO MATTEI** UFSC

**MARIA DE MELLO MALTA** UFRJ

**OCTAVIO AUGUSTO CAMARGO CONCEIÇÃO** UFRGS

**PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO** UFF

**PEDRO ROSSI** UNICAMP

**FÁBIO FREITAS** ANPEC

**RUBENS ROGÉRIO SAWAYA** ANGE

### EDITOR RESPONSÁVEL

**JOÃO LEONARDO MEDEIROS** UFF

### EDITORES ASSOCIADOS

**TIAGO CAMARINHA LOPES** UFG

**ELLEN LUCY TRISTÃO** UFVJM

**VICTOR LEONARDO DE ARAÚJO** UFF

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

Instituto de Economia  
Universidade Federal de Uberlândia  
Campus Santa Mônica, bloco J, sala Ij254  
Uberlândia, MG  
CEP 38400-902  
ww.sep.org.br – sep@sep.org.br

**ASSINATURA**

Preço da assinatura anual (três números),  
para o Brasil e exterior via superfície:  
R\$ 30,00 (para pessoas físicas). R\$ 40,00 (para instituições)  
Preço do exemplar avulso: R\$ 20,00  
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser feitos  
por meio do correio eletrônico: revista@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E  
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Laís Flores e Francine Sakata – **NK&F** Arquitetos Associados 2014  
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

# REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

- 6 **Apresentação**
- ARTIGOS
- 9 **Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido**  
Hugo Figueira Corrêa e Marcelo Dias Carcanholo
- 31 **O *capital*: um drama para ser lido, relido e ... ouvido (Réplica ao artigo de Corrêa e Carcanholo)**  
Carlos Alves do Nascimento, Fernando Frota Dillenburg e Fábio Maia Sobral
- 45 **Economia política dos recursos energéticos: novos movimentos e inquietações em escala mundial**  
Hoyêdo Nunes Lins
- 65 **Kalecki: entre Marx e Keynes**  
Eleutério F. S. Prado
- 85 **O neoliberalismo religioso e aristocrático de von Mises**  
André Guimarães Augusto
- 111 **O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003-2014) sob a ótica dos regimes de demanda neo-kaleckianos**  
José Alderir da Silva

RESENHA

Ricardo Infante, Carlos Mussi e Mauro Oddo Nogueira (Editores)

***Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil.***

Santiago do Chile: Cepal, 2015.

por Marcio Wohlers de Almeida

140

## APRESENTAÇÃO

Na apresentação da última edição da Revista, um manifesto assinado pela Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política expressava consternação com o processo de *impeachment* e preocupação com o futuro próximo do Brasil, ameaçado pelo avanço de forças bastante conservadoras, efetivamente retrógradas. Poucas semanas após o lançamento da edição, o Senado confirmou o afastamento da presidente Dilma Rousseff e o timão do país passou para o PMDB de Michel Temer.

Não é possível ainda saber até onde o governo, por enquanto provisório, avançará com uma agenda própria, o que depende evidentemente de uma série de fatores, desde a composição interna do governo até a força da reação social contra o processo em curso. O que se pode, no entanto, antever é a direção da mudança. A composição do “novo” ministério e as declarações públicas do presidente em exercício e de figuras importantes da equipe, sobretudo os superministros da Fazenda e do Planejamento, anunciam um aprofundamento da agenda pró-capital, em particular uma ofensiva contra a seguridade social (previdência, assistência e saúde), contra a educação pública e contra a já limitada proteção garantida nas leis trabalhistas.

É verdade que, do ponto de vista programático, uma parte do que se anuncia agora já vinha aos ouvidos do público nos pronunciamentos de figuras de alto escalão do governo defenestrado, como o ministro da Fazenda recém-demitido e a própria presidente afastada. No entanto, a composição do governo ainda continha elementos (pessoas e instituições) bastante debilitados pela própria orientação predominante por ele assumida, mas ainda, em tese, capazes de apontar alternativas



para uma escapar ao percurso expressamente neoliberal. Essas forças, se existiam ao menos em potência no interior do último governo (cada vez mais debilitadas, que se enfatize), agora estão totalmente apartadas do centro do poder. A questão é o que restou da oposição à esquerda para impedir o avanço da ofensiva pró-capital.

Em meio a esse cenário atemorizante e bastante nebuloso, a Sociedade Brasileira de Economia Política reunirá alguns dos mais importantes intelectuais do país em seu XXI Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), a se realizar na Universidade Federal do ABC, em São Bernardo do Campo, entre 31 de maio e 03 de junho de 2016. O evento, que terá como tema “A Economia Política da Recessão” certamente conterà uma profunda reflexão sobre as condições atuais do país, em particular a delicada situação econômica, como sugerido pelo tema do evento. Como sempre acontece, as próximas edições da Revista repercutirão o ENEP, à medida em que os trabalhos apresentados no evento forem submetidos, avaliados e publicados em suas páginas.

Como também sempre acontece, uma edição da Revista da SEP será lançada no evento, justamente esta 44<sup>a</sup>. Numa das mais variadas edições dos últimos tempos, a edição atual discute desde a ideologia associada à onda neoconservadora até a economia política dos recursos energéticos, sempre com a marca crítica

e a qualidade dos pesquisadores identificados com a instituição.

Os dois primeiros artigos da edição, no entanto, exercitam uma prática bastante saudável, mas surpreendentemente rara nesta publicação: o debate aberto entre posições. O debate tem por objeto o artigo “Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em *O capital* (Livro I) de Marx”, redigido por Carlos Alves do Nascimento, Fernando Frota Dillenburg e Fábio Maia Sobral e publicado na edição 40, que recebeu uma consideração crítica muito aguda elaborada por Hugo Figueira Corrêa e Marcelo Dias Carcanholo. Sucintamente, os autores alegam que a categoria da superexploração não está, nem poderia estar, antevista em *O capital*, sobretudo no Livro I. Contra essa posição Nascimento, Dillenburg e Sobral reafirmam, num texto-réplica, o argumento do artigo original e reivindicam sua interpretação como legitimamente amparada na obra de Marx. Os argumentos são, de fato, inconciliáveis e cabe ao leitor formar seu juízo sobre a contenda.

Em seguida, a Revista avança com a discussão proposta por Hoyêdo Nunes Lins, muito bem circunscrita pelo título do trabalho: “Economia política dos recursos energéticos: novos movimentos e inquietações em escala mundial”. O professor e pesquisador da UFSC reúne no trabalho um volume expressivo de informações

que figuram usualmente de modo disperso na mídia e em trabalhos acadêmicos para delinear um quadro da geopolítica dos recursos energéticos, tomando por referente a ação dos Estados Unidos.

O quarto trabalho da edição traz o renomado economista Eleutério F. S. Prado sobre o estatuto da macroeconomia do economista polonês Michal Kalecki. Prado demonstra que a intervenção de Kalecki, ainda que realmente inspirada pela obra de Marx, encontra-se circunscrita no âmbito da economia política crítica, bem próxima a Keynes, e não no exterior representado pela crítica da economia política de Marx. Do ponto de vista da prática social, a intervenção de Kalecki ainda traz como eixo diretivo a preocupação com a repartição de renda entre as classes sociais, uma temática evidentemente estranha à orientação crítica de Marx.

Em seguida, André Guimarães Augusto examina criticamente a obra de Ludwig von Mises, hoje reivindicada por intelectuais e grupos associados à onda neoconservadora. Debruçando-se sobre a obra de Mises, Augusto preocupa-se em explicitar ou rerepresentar seus fundamentos ontológicos. Ao fazê-lo, evidencia o contorno aristocrático e teologicamente justificado da visão de mundo articulada pela obra pelo autor.

O último artigo desta edição 44 traz novamente o nome de Kalecki para os holofotes. Baseando-se numa análise neokaleckiana, José Alderir da Siva, discute a trajetória da economia brasileira na década entre 2003 e 2014. Como sugerido pelo título, “O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003-2014) sob a ótica dos regimes de demanda neokaleckianos”, Alderir da Silva procura discutir as razões para a inflexão da trajetória de crescimento entre os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A edição contém ainda a resenha do livro *Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil*, editado por Ricardo Infante, Carlos Mussi e Mauro Oddo Nogueira. A resenha é de autoria de Marcio Wohlers de Almeida.

A Sociedade Brasileira de Economia Política agradece ao apoio de CAPES, CNPq, BNDES, IPEA, FAPESP e UFABC à XXI edição do Encontro Nacional de Economia Política a ser realizada na Universidade Federal do ABC, entre 31 de maio e 03 de junho de 2016, que discutirá o tema “A Economia Política da Recessão”.

HUGO FIGUEIRA CORRÊA  
MARCELO DIAS CARCANHOLO

**UMA TEORIA DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE  
TRABALHO EM MARX? UM MARX QUE NEM MESMO  
ELE TINHA PERCEBIDO**

Recebido em 13 de outubro de 2015  
Aprovado em 19 de novembro de 2015

# UMA TEORIA DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX? UM MARX QUE NEM MESMO ELE TINHA PERCEBIDO

## Resumo

O trabalho consiste numa crítica ao artigo “Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em *O capital* (Livro I) de Marx” publicado na edição 40 da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. O propósito é demonstrar que o referido artigo opera para além do limite da interpretação possível do texto original, atribuindo a Marx uma categoria que não está, nem poderia estar, em sua formulação crítica do capitalismo. A superexploração da força de trabalho, enquanto categoria, só faria sentido em menor nível de abstração, no qual condições concretas de acumulação dependente são consideradas, e mesmo assim sujeita a uma consideração crítica. Por fim, procura-se demonstrar a total inadequação do juízo de que o acento revolucionário da obra de Marx requer ou depende da categoria da superexploração.

**Palavras-chave:** superexploração; Marx; crítica da economia política; lei do valor.

**Classificação JEL:** B14; B51; J21.

**HUGO FIGUEIRA  
CORRÊA**

**MARCELO DIAS  
CARCANHOLO**

Professores do Departamento  
de Economia da Universidade  
Federal Fluminense.

## Abstract

The paper consists in a critique to the article “Theory of exploitation and super-exploitation of the labour force in Marx’s *Capital*”, which was published at the Revista da Sociedade Brasileira de Economia

Política, volume 40. The intention is to demonstrate that the article under criticism operates beyond the limit of possible interpretations of the original text, ascribing to Marx a category that is not and could not be in his critical formulation of capitalism. Super-exploitation of labour power, as a category, only makes sense in a lower level of abstraction, in which concrete conditions of dependent accumulation are taken into account, and even then open to a critical consideration. Finally, the paper presumably demonstrates the total inadequacy of the judgment that the revolutionary accent of Marx's work depends on or relies on the category of super-exploitation.

**Keywords:** super-exploitation; Marx; critique of political economy; law of value.

As diversas interpretações possíveis da teoria de Marx sobre o funcionamento da sociabilidade capitalista se explicam, dentre outras razões, pela própria complexidade do objeto, isto é, pelas distintas formas em que o próprio capitalismo se apresenta na realidade aparente. Para além desta quase obviedade, ainda existem outros elementos para o contínuo debate a respeito da obra de Marx para entender o capitalismo.

Alguns intérpretes – não sem um resquício de embaraço – acusam os outros por não terem sequer lido a obra do autor que está sendo debatido. Parece-nos que em âmbitos como o desta prestigiada revista podemos excluir este pseudo-argumento. Pode parecer pouco, mas não é, já que isto isenta, até certo ponto, a exegese cansativa de apontar as passagens da obra que os adversários não teriam lido/percebido.

Restam algumas alternativas, mesmo supondo que a obra do autor foi lida: (i) problemas/deficiências na leitura/compreensão da obra, o que resgata, em menor medida, a estafa exegética; (ii) mesmo sem os limites de (i), a manipulação deliberada para deturpar o argumento do autor em questão, o que define uma impostura científica, tenha-se consciência disto ou não. Por motivos óbvios, deixaremos de lado (ii). Isto não nos deixa alternativa, a não ser partirmos de (i), obviamente considerando que a análise de objetos complexos, como é o caso do capitalismo e, portanto, da teoria de Marx sobre o mesmo, comporta controvérsias, interpretações diversas, justamente pela complexidade (dialética, talvez) do objeto.<sup>1</sup>

Neste artigo procuramos estabelecer um diálogo crítico com o trabalho de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015), segundo o qual estaria contida em Marx – ou mais especificamente no

Livro I de *O capital* – uma “teoria da superexploração da força de trabalho”. Aliás, os autores vão além: embora o próprio Marx não tenha em momento algum identificado (ao menos explicitamente) a categoria, Nascimento, Dillenburg e Sobral sustentam que se trataria do elemento indispensável para compreender o caráter revolucionário da perspectiva marxiana. Contrariamente, tentaremos mostrar neste artigo que a posição dos autores: (1) ampara-se numa leitura marcada, ao mesmo tempo, por um entendimento limitado da lei do valor e por um entendimento da crítica marxiana como uma *crítica moral* ao capitalismo; (2) desfavorece o debate recente em torno da categoria superexploração do trabalho (na medida em que atribui mesmo nome a coisas diversas); e (3) tem como consequência subverter a perspectiva política do autor, deixando-o “à mercê” de reformistas de toda sorte.

### **I. “A teoria da exploração e da superexploração em Marx”, ou melhor, em Nascimento, Dillenburg e Sobral**

Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, p. 107) iniciam seu artigo explicando que: “Objetivamos demonstrar neste artigo que Marx expõe no Livro I de *O capital* não apenas uma teoria da *exploração*, mas, sobretudo, uma teoria do que denominaremos sinteticamente por *superexploração* da força de trabalho pelo capital”.

É significativo, na passagem, que os autores reconheçam tratar-se do que *eles* denominam por superexploração da força de trabalho. Entretanto, sua opinião é que mesmo não tendo “batizado” o fenômeno, Marx teria reconhecido sua existência.

O que se entende, nesse contexto, por superexploração da força de trabalho?<sup>2</sup> De acordo com os autores, a “teoria da superexploração da força de trabalho” (em Marx) é um *desdobramento dialético* (do tal modo expositivo dialético-negativo) de sua “teoria da exploração”. Isso porque, a seu ver, a teoria da exploração pressupõe a troca de equivalentes, em geral, e a remuneração dos trabalhadores equivalente ao valor de sua força de trabalho, em particular – o que pressupõe também que os trabalhadores possam reproduzir em condições normais sua força de trabalho, portanto. Contudo, ainda segundo os autores, Marx percebeu também que o desenvolvimento do modo de produção capitalista supera (dialeticamente) a exploração e conduz à superexploração, uma forma de exploração “mais profunda (brutal, desumana)”:

a teoria da *exploração* de Marx, exposta no Livro I de *O capital*, pressupõe, por um lado, a lei das trocas de mercadorias, cujo princípio é a troca de equivalentes, significando o pagamento da força de trabalho de acordo com seu valor e, por outro lado, [...] a reprodução da força de trabalho em condições normais de força, saúde e vida. [...] Por sua vez, a teoria da superexploração no Livro I

de *O capital* tem como pressuposto o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor e, por conseguinte, sua reprodução em condições abaixo do normal aceitável pela classe trabalhadora. (*ibidem*, pp. 110-1)

Os autores advertem, no entanto, que a diferença entre “exploração” e “superexploração” não é apenas de grau, mas que se tratam de “duas coisas radicalmente distintas”: enquanto a exploração diria respeito à mera utilização da força de trabalho pelo capital, a base da superexploração seria a “espoliação da força de trabalho”, associada a uma “*exploração para além da normalidade*”, a uma exploração que põe em risco a vida normal do trabalhador, uma exploração excessiva” (*ibidem*, p. 114).

Basicamente nisso consiste o argumento dos autores. A partir daí sobram apenas dois desdobramentos: primeiro, que seria incoerente com a postura revolucionária marxiana limitar-se à teoria da exploração e não teorizar a superexploração; e, segundo, acompanhar o que seria a descrição de Marx do desenvolvimento histórico (ou “lógico-histórico”, como parecem preferir os autores), que leva aos pressupostos da superexploração.<sup>3</sup> Neste caso, a ideia é que enquanto na “fase da manufatura” a limitação (numérica) de trabalhadores permitia a vigência da “teoria da exploração”, na “fase da grande indústria” (ou do capitalismo industrial) (*ibidem*, p. 124) a limitação é eliminada, permitindo a superexploração.

Uma leitura desatenta do artigo pode passar a impressão de que se trata de uma interpretação inovadora, amparada por uma forte análise do “método” marxiano. Especialmente porque o texto encontra-se recheado de referências ao “modo expositivo dialético-negativo” e à análise do “desenvolvimento” (ou dos “pressupostos”) “lógico-histórico(s)” de tal e qual categoria. Quando olhamos mais de perto, entretanto, descobrimos que, por detrás dessas expressões, repousam, de fato, imprecisões teóricas.

Por exemplo, o que querem dizer Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, p. 107) ao afirmar que “A superexploração no Livro I é um fato concreto, real, produzido pelo capital em seu desenvolvimento, que Marx reproduz no Livro I de forma lógico-histórica, realizando assim uma síntese dialética no seu modo de exposição do desenvolvimento real do capital”? Se é correto dizer que a superexploração é um “fato concreto, real”, então ela não tem de ser um fato “no Livro I”, mas na realidade; e, mesmo que assim fosse, não seria correto afirmar que “Marx [o] reproduz [...] de forma lógico-histórica, realizando assim uma síntese dialética no seu método de exposição [...]”, pois: (i) Marx em diversos momentos buscava elucidar tanto a gênese lógica quanto a gênese histórica de certas categorias, mas não faz sentido dizer que ele “reproduz a categoria de forma lógico-histórica”; (ii) sendo materialista, a “realização da síntese dialética” não pode ser produzida

por Marx (do contrário estamos no mais puro idealismo) e nem muito menos pode ser produzida por Marx “no seu método de exposição”, já que a questão relevante quando se fala em “método de exposição” é diferenciar a forma pela qual se dá a investigação (como se chega ao conhecimento da realidade) da forma pela qual se organiza a exposição do complexo categorial assim conhecido – mas não pode ser na exposição que a “síntese dialética” é feita.<sup>4</sup>

Em suma, trata-se de, em primeiro lugar, entender a concepção dialética e materialista que Marx tem da realidade capitalista.<sup>5</sup> Ao contrário do que podem pensar alguns – e fique claro que não estamos imputando a Nascimento, Dillenburg e Sobral tal perspectiva –, a dialética em Marx não é uma opção metodológica ou recurso expositivo, como se esse autor tivesse elegido uma metodologia específica, a dialética, dentre um conjunto de outras opções, métodos, inclusive de exposição. A prioridade para Marx sempre foi do objeto a ser entendido, o capitalismo, e, portanto, dever-se-ia respeitar suas características quando da tentativa de procurar entendê-lo, sob pena de deturpar, de saída, o objeto que se procura entender, levando, no melhor dos casos, a sua incompreensão. Este é, em última instância, o caráter materialista de seu pensamento. Desta forma, a realidade capitalista é que tem, como uma de suas marcas, a complexidade/dinamismo/processualidade, permeada por contradições que lhe são próprias,

constitutivas. Assim, Marx pensa o capitalismo de forma dialética porque a realidade capitalista é inerentemente contraditória, dialética. Pensá-la, simplificando sua complexidade, a partir de uma lógica que se construa com base no princípio da não-contradição<sup>6</sup> é – desculpando-nos a redundância – simplificar uma realidade complexa, não a entender, mistificá-la. A dialética em Marx não é, portanto, uma escolha metodológica, mas uma obrigação ontológica, para dizer de outra forma.

Com base nessa concepção da realidade capitalista, Marx se propõe a investigá-la, como não poderia ser diferente, a partir da observação de suas formas mais aparentes, da realidade complexa com todas suas determinações concretas, ou seja, a partir do real-concreto. Essa investigação, calcada no pensamento radicalmente crítico, encontra determinações cada vez mais abstratas por trás dessa realidade aparente. Este é basicamente o método de investigação de Marx, a descoberta de determinações cada vez mais abstratas subjacentes à concretude complexa da realidade. Há várias questões importantes relacionadas a isto, mas nos ateremos a apenas uma. A abstração crescente das determinações concretas do capitalismo, chegando a categorias cada vez mais abstratas (com menos determinações concretas), não constitui um procedimento independente do pensamento do autor; ao contrário, as abstrações no capitalismo são reais, próprias da realidade capitalista e, nesse



sentido, concretas.<sup>7</sup> Aliás, é só porque elas são características da realidade que Marx, em sua investigação, pode percebê-las, apreendê-las.

O método de exposição, explicitado por Marx na apresentação que ele nos mostra em *O capital*, é entendido por alguns como o caminho inverso, de retorno. Ou seja, uma vez descoberta a determinação mais abstrata das categorias concretas, retorna-se da primeira para as últimas, apresentando pormenorizadamente e de forma extremamente rigorosa cada nova determinação concreta. É a isto que se costuma chamar o desenrolar (desenvolvimento, desdobramento dialético) categorial. Entretanto, isto nunca pode ser confundido com um mero “modo expositivo dialético-negativo”. Tem-se a impressão que o conhecimento do objeto se esgota no método de investigação e, uma vez descoberta a categoria mais abstrata (obtido o “conhecimento”), tratar-se-ia agora de apenas apresentar a descoberta (agora conhecida) para aqueles que ainda não tiveram essa sorte. Nada poderia ser mais estranho a Marx. Para ele, o acompanhamento desse desenrolar categorial (do mais abstrato para o mais concreto) ainda faz parte do processo de conhecimento da realidade e, nesse sentido, da investigação. O melhor exemplo disso está ainda no Capítulo I do Livro I de *O capital*, quando Marx propõe o estudo das formas do valor, isto é, quando, já descoberto o valor (categoria mais abstrata), ele

resolve voltar para a concretude mais complexa dos valores de troca e, nessa dialética, nos guia na descoberta (conhecimento) do dinheiro como categoria mais concreta do próprio valor, como uma forma específica do valor.

Isto nos leva à última questão que gostaríamos de apontar sobre a dialética em Marx. O desenrolar das categorias na exposição que ele nos brinda no Livro I de *O capital* não pode, de nenhuma forma, ser tachado de “desenvolvimento lógico-histórico”, sem maiores explicações. Um tratamento rápido, sem maiores esclarecimentos, dessa questão pode, inclusive, levar a interpretações historicistas da sequência categorial apresentada pelo autor, como se, por exemplo, o valor fosse historicamente precedente ao dinheiro que, por sua vez, precederia o capital na história, e assim sucessivamente.<sup>8</sup> Não fosse assim, a teoria de Marx seria facilmente refutada, uma vez que categorias com um longa história pré-capitalista, como os juros por exemplo, só vão aparecer em *O capital* lá adiante, no Livro III.<sup>9</sup>

Talvez possa parecer que estejamos sendo excessivamente rigorosos, ou que se trate de um exercício de purismo nosso. Mas, a nosso juízo, as consequências de um entendimento impreciso dessas questões são bastante palpáveis no artigo inspecionado. Veja-se, por exemplo, o trecho:

Dialético-negativo porque a dialética de Marx, para o que apresentaremos, significa que, suces-

sivamente, ele expõe categorias, como a da exploração (e seus pressupostos teóricos), e em seguida, porque ele está expondo o desenvolvimento real do seu próprio objeto de análise, nega-as, no sentido de que supera-as em um nível mais elevado, mais profundo (no caso sob análise, superexploração, e seus pressupostos próprios, e, nesse mesmo movimento negativo, aponta o devir do qual essa categoria é portadora). (Nascimento, Dillenburg & Sobral, 2015, p. 107)

Qualquer que seja o sentido atribuído ao “método dialético-negativo” na sentença, a explicação que os autores oferecem de tal método, em específico no tema que lhes é caro, significaria que a superação (*aufhebung*) dialética da exploração é a superexploração! Que bela dialética essa, que faz com que baste um prefixo *super* para denotar o desenrolar dialético!<sup>10</sup> De todo modo, para eles, a (teoria da) “superexploração” é um desdobramento “dialético-negativo” da (teoria da) “exploração”. Mas, na medida em que Marx não trabalha com a categoria superexploração, ele não possui nenhuma “teoria da superexploração”.<sup>11</sup> Mais que isso: dependendo do que se entenda pelo termo, poderíamos ir além e dizer que Marx não tem sequer uma “teoria da exploração”, como veremos adiante.

Em segundo lugar, ainda dentro do que poderia ser considerado um purismo de nossa parte, a conclusão dos autores decorre de um entendimento sobre a troca de equivalentes (ou lei do valor) que, do nosso ponto de vista, não

corresponde à teoria do valor de Marx. Caso os autores tivessem entendido adequadamente o significado da lei do valor em Marx, talvez ficasse claro porque, de fato, a suposição de que as mercadorias são trocadas por seu valor tem, em Marx, o caráter de uma “abstração real”. Não se trata de uma “hipótese simplificada” introduzida num esquema teórico para ser “relaxada” posteriormente (como nos modelos hipotético-dedutivos neoclássicos, por exemplo).

A lei do valor em Marx não significa que as mercadorias sejam vendidas pelos seus valores no sentido de que os preços correspondem, em termos de magnitude, aos valores.<sup>12</sup> Para dizê-lo dialeticamente, como deve ser (por razões ontológicas), no capitalismo as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, nem poderiam ser... ainda que sejam!

Marx demonstra isso em três níveis de abstração, o que não pode ser confundido com “hipóteses simplificadoras”. No Capítulo 1 do Livro I, o autor demonstra que o valor de mercado (tempo de trabalho socialmente necessário) da mercadoria não corresponde necessariamente a nenhum valor individual produzido por capitais específicos no setor que produz uma mercadoria. Nesse sentido, as mercadorias não são vendidas pelos seus valores (individuais), nem poderiam (por conta das distintas produtividades), ainda que o sejam (uma vez que o

valor total produzido pelos capitais corresponde ao valor total por eles apropriado).

No Capítulo 9 do Livro III, quando passa para a concorrência dos capitais em distintos setores (esferas) de produção, Marx demonstra que as mercadorias: (i) nem são vendidas pelos seus valores de mercado (mas por seus preços de produção de mercado), (ii) nem poderiam ser, uma vez que a produtividade média entre os setores é distinta; (iii) ainda que sejam, já que o total dos valores de mercado (produção) corresponde ao total dos preços de produção de mercado (apropriação).

Por último, o mesmo processo comparece em um nível de abstração mais concreto, o dos preços de mercado, no Capítulo 10 do Livro III. Ali, Marx mostra que as mercadorias não são vendidas pelos preços de produção (salvo em situações improváveis, em que o total da produção corresponda à demanda pela mercadoria), mas pelos preços de mercado. Mas, ao mesmo tempo, dialeticamente, demonstra que o aparente caos dos preços de mercado, em função do mecanismo da oferta e da demanda, não é tão caótico assim, possui uma determinação (ainda que não em termos de igualdade cardinal, numérica, quantitativa!): os valores de mercado, intermediados pelos preços de produção! Conclusão: as mercadorias se vendem pelos preços de mercado (não pelos valores), do ponto de vista quantitativo; mas como os preços são

explicados pelos valores (ponto de vista qualitativo, se desejado), elas também se vendem pelos seus valores. Como esperar que um economista político (ricardiano ou não) entenda que as mercadorias *se vendem e não se vendem*, ao mesmo tempo, pelos seus valores?

O mesmo poderíamos dizer sobre o processo de venda da força de trabalho. Ao supor que a mercadoria força de trabalho seja vendida por seu valor, Marx não está de modo algum sugerindo a impossibilidade de uma transgressão dessa troca. Pelo contrário, a transgressão da lei do valor está pressuposta na mesma lei! A todo o momento ele nos mostra como, na realidade concreta, o capital utiliza todos os meios de que dispõe para fazê-lo – e é precisamente nesses exemplos que os autores se agarram para atribuir a Marx uma teoria da superexploração da força de trabalho. Mas, importa enfatizar, é porque as transgressões existem na realidade que é necessário supor que a mercadoria força de trabalho seja vendida por seu valor! Portanto, ao mostrar que na realidade a mercadoria força de trabalho pode ser vendida por menos que seu valor, Marx não está criando uma “teoria da superexploração”. Ele está explicando a forma concreta pela qual opera, em circunstâncias históricas determinadas, a exploração do trabalho pelo capital.

Estes esclarecimentos nos parecem decisivos para demarcar a diferença de interpretação

entre, por um lado, Marx e outras tradições filosóficas e, por outro lado, Marx e leituras ricardianas da lei do valor. Para que o debate possa seguir adiante, agora, entendemos ser necessário ter maior clareza sobre o significado da categoria *exploração*, para que seja possível discutir o significado de uma “superexploração” em *O capital*. Isso é o que tentaremos fazer na próxima seção.

## **2. O que significa “exploração” e o que poderia significar “superexploração” em *O capital*?**

Devem causar espécie a quase todo conhecedor da obra de Marx as tentativas, que vez por outro aparecem, de escamotear seu caráter revolucionário. A exploração da classe trabalhadora, por exemplo, provavelmente é o elemento teórico isolado mais lembrado de *O capital* quando se trata de descrever o caráter revolucionário dessa classe no capitalismo (aliás, para o bem e para o mal!). Apesar disso, Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, p. 118) sugerem que seria incoerente com a perspectiva revolucionária de Marx “limitar-se a teorizar apenas a exploração”. Para entender de onde surge esse quiproquó, comecemos do princípio, esclarecendo o significado da *exploração* em termos marxianos.

De um lado, temos que a categoria *exploração* tem um significado decisivo para a análise da produção capitalista porque esta repousa

sobre a existência de duas classes antagônicas. Nessa sociedade, como em outras precedentes, a existência de uma classe trabalhadora faculta a existência de classes que podem se abster do trabalho – não obstante seja, em todos os casos, o trabalho a primeira atividade necessária à reprodução social, i. e., aquela atividade na qual o ambiente (natural) é transformado em conformidade com as necessidades humanas. Contudo, enquanto noutras formações históricas o caráter antagônico das relações travadas entre essas classes é explícito, na sociedade capitalista ele é obscurecido pela forma mercantil da força de trabalho. Daí que, de outro lado, a categoria *exploração* seja tão importante na análise da sociedade capitalista e, conseqüentemente, na obra *O capital*: ela revela que por trás da “troca de iguais” – a venda da força de trabalho por seu valor, como acontece com toda mercadoria, e a apropriação pelo capital de seu valor de uso, o trabalho vivo – há uma desigualdade básica que reflete a própria estrutura social (seu caráter de classes).

Mas, é bom frisar desde já, essa não é uma “crítica moral” ao capitalismo! Marx não pretende estabelecer os parâmetros de um juízo de valor que coloque o capitalista como um “monstro” ou o trabalhador como um “pobre coitado”. Antes, trata-se de descrever (objetiva, não subjetivamente) o modo como se articula a produção capitalista.<sup>14</sup>

Se, em última instância, a categoria *exploração* trata do fato de que os trabalhadores, em ordem de sustentar (além da sua) a existência de outra(s) classe(s), devem trabalhar durante um período que excede às suas necessidades, então um sentido possível para a ideia de uma *superexploração* seria que se tratasse de uma ampliação desse tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário. Disso Marx tratou quando definiu o grau de exploração, ou *taxa de mais-valia*:

[...] o mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho está para o trabalho necessário, ou, em outras palavras, que a taxa de mais-valia  $m/v = \text{mais-trabalho} / \text{trabalho necessário}$ . Ambas as proporções expressam a mesma relação de modo diferente [...] a taxa de mais-valia é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista. (Marx, 2013. p. 294)

Somos advertidos, porém, por Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, p. III), que não é disso que se trata em *sua* ideia de superexploração: “Esse nível mais profundo de exploração, a superexploração, não diz respeito meramente a diferença de grau (ou taxa de mais-valia), porque para Marx [...] exploração e superexploração são duas coisas radicalmente distintas”. Numa nota de rodapé pouco adiante, os autores são ainda mais enfáticos:

se observe que a taxa de mais-valia – “expressão precisa do grau de exploração da força de

trabalho” – relaciona trabalho excedente (TE = mais-valia) com trabalho necessário (TN = valor da força de trabalho). Trabalho excedente é, para Marx, como agora podemos ver, fundamentalmente distinto de trabalho excessivo. Por outro lado, nos termos expostos por Marx acerca da exploração, conforme estamos expondo, trabalho necessário está associado a uma remuneração igual ao valor da força de trabalho que garante a reprodução saudável desta. Portanto, grau de exploração refere-se (o próprio nome deixa claro) tão somente à exploração (consoante àqueles termos). Por sua vez, superexploração relaciona trabalho excessivo (que é diferente de trabalho excedente) e remuneração aquém da necessária para a reprodução normal (saudável) da força de trabalho – aquém, portanto, do valor da força de trabalho. Ou seja, trata-se de duas categorias explícita e radicalmente distintas para Marx, o que significa dizer que a diferença entre uma e outra não se refere direta e meramente a uma gradação de graus de exploração. (*ibidem*, pp. 128-9)

Deixemos de lado, por ora, o fato de que as categorias *exploração* e *superexploração* não poderiam ser “explícita e radicalmente distintas para Marx”, pela simples razão de que a segunda sequer existe (ao menos explicitamente) em seu campo categorial. Vemos na passagem supracitada que, *nos termos dos autores*, a superexploração não se define pelo maior grau de exploração e sim por uma “exploração excessiva”. No entanto, a esta altura, é impossível não questionar: e o que definiria esse “excesso”? Do ponto de vista da classe trabalhadora, como vimos,

todo tempo de trabalho que excede suas necessidades poderia ser considerado “excessivo”. Fica nítido, portanto, que o teor do argumento que os autores pretendem sustentar se encaminha para uma *crítica moral*, em tudo distante da perspectiva marxiana – isso fica tão mais claro conforme os autores buscam corroboração para a tese de que Marx conhecia a categoria *superexploração* em trechos nos quais a *exploração* é pejorativamente adjetivada. Assistimos, por conseguinte, aquilo que é recurso estilístico, de um lado, transformar-se em recurso teórico, de outro.

Assim, Nascimento, Dillenburg e Sobral tentam defender que o sentido da *superexploração* é a remuneração dos trabalhadores de valor menor que o valor de sua força de trabalho (e, portanto, na sua reprodução em condições abaixo do normal). Ao fazê-lo, a rigor, os autores se restringem a um possível sentido em menor nível de abstração, isto é, a uma forma específica (detectável num plano mais concreto) de elevar a taxa de mais-valor, pela redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho. Aliás, é por isso que os autores (*ibidem*, p. 109) identificam que só a partir do Capítulo VIII é que Marx “desenvolve, lógica e historicamente, isto é, teoricamente, a superexploração, a relação entre o valor da força de trabalho e o seu desgaste acima do nível necessário para repô-la em condições normais”. Trata-se exatamente de um momento no qual Marx está trabalhando

em um plano mais concreto, expondo alguns episódios da *história da luta de classes* em torno da determinação da jornada de trabalho na sociedade capitalista.

No entanto, parece-nos importante destacar que, como os autores limitam seu argumento ao Livro I de *O capital*, esta forma específica de elevar a taxa de mais-valor pode ser considerada irrelevante do ponto de vista teórico – precisamente em função do nível de abstração em que ele se encontra. Como os próprios autores reconhecem, assume-se que os preços correspondem aos valores das mercadorias porque o objetivo do Livro I é entender o processo de produção do capital, o que faz com que seja pressuposta a sua circulação, a realização (no preço) desse valor. Disto trata a lei do valor. Marx nunca sustentou que os preços correspondem aos valores quantitativamente, apenas que, nos marcos do Livro I, para estudar a produção do valor-capital, assume-se que ela se realiza (corresponde) no (ao) preço. Nesse sentido, a superexploração – entendendo esta como a situação em que os salários são inferiores ao valor da força de trabalho – só serve para ilustrar uma forma específica (e não a única) de obter aquilo que, de fato, constitui uma das tendências gerais da sociabilidade capitalista, a elevação da taxa de mais-valor.

Para ser mais rigorosos ainda, na verdade, no Livro I, há um momento em que os salários

tendem a ser, de fato, inferiores ao valor da força de trabalho, mas não como categoria, e sim como consequência das leis gerais do modo de produção capitalista. No famoso Capítulo XXIII, que trata da lei geral da acumulação capitalista, Marx percebe como a produção tendencial de um exército industrial de reserva é funcional para o próprio capitalismo, na medida em que permite o processo de acumulação de capital sem que isso represente que o crescimento (relativo) da demanda por força de trabalho eleve os salários. Quando esse exército industrial de reserva é muito elevado, os salários tendem a estar abaixo do valor da força de trabalho – o que, na linguagem dos autores aqui criticados, significaria superexploração. Mesmo nesse caso, não se trata de uma categoria, mas de uma consequência possível (portanto, não necessária) das leis gerais do modo de produção capitalista. Este modo de produção e suas leis não deixam de funcionar em uma situação conjuntural específica em que os salários estejam acima do valor da força de trabalho.<sup>15</sup>

Apesar de tudo, Nascimento, Dillenburg e Sobral defendem que a superexploração não só é uma categoria marxiana, mas também que ela é necessária, que “as contradições internas (imanescentes) desse modo de produção não o permitem apenas explorar” (*ibidem*, p. 129). Deixam de lado, propositalmente, o fato de que para explicar o mais-valor – isto é, o processo de produção do capital, o objeto do Livro I de *O*

*capital* – não se requer que salário esteja abaixo do valor da força de trabalho.

Mesmo correndo o risco de sermos “excessivamente didáticos”, é preciso não deixar dúvidas sobre este ponto. Para Marx, o mais-valor não decorre de o capitalista pagar ao trabalhador um salário inferior ao valor de sua força de trabalho. Ao contrário, ao pagar o valor da força de trabalho, o capitalista adquire o direito de se apropriar do resultado do consumo de seu valor de uso. Como o valor de uso da força de trabalho é o trabalho, substância/fundamento do valor, a determinação da jornada de trabalho para além do que é necessário para produzir um valor equivalente ao valor da força de trabalho propicia um mais-trabalho, fundamento do mais-valor. Desta forma, Marx é o único autor que consegue explicar o mais-valor mesmo a partir da troca de equivalentes. O capitalista consegue comprar as mercadorias por um valor, vender mercadorias por um valor a mais e, mesmo assim, a troca de equivalentes não é “contrariada”! Mas se é assim, é possível que se produza mais-valor, capital, mesmo com salários acima do valor da força de trabalho! Se o valor da força de trabalho corresponde a 4 horas diárias, e os salários (por razões de mercado, já que o “moralismo” não vale para um lado, nem para outro) correspondem a 5 horas, o trabalhador (subexplorado?) estaria recebendo mais do que vale a sua mercadoria. Mas, se a jornada de trabalho corresponde a 10 horas, ainda assim

existe um mais-valor, correspondente às outras 5 horas, e, portanto, capital. Óbvio que em magnitude inferior à que poderia ser se os salários correspondessem, em magnitude, ao valor da força de trabalho, mas o importante a reter aqui é que a categoria mais-valor, para existir, independe de se assumir a (des)igualdade entre salários e valor da força de trabalho.

Se o mais-valor, que define o capital, pode existir com “superexploração”, “subexploração” ou “exploração normal”, será que a “exploração” é, de fato, a categoria central para entender o capital(ismo)?

### **3. A categoria superexploração no debate marxista**

Como tentamos mostrar na seção anterior, a noção de que existe em *O capital* uma “teoria da superexploração” é de todo estranha a Marx. Mas o fato de tomarmos aqui uma posição contrária à tentativa de imputar a Marx tal formulação teórica não nos impede de reconhecer que a categoria *superexploração* possa ter relevância no debate marxista. De fato, um dos motivos para acreditarmos que o trabalho de Nascimento, Dillenburg e Sobral gera confusões é precisamente por desconsiderar, de forma intencional, o debate em torno desta categoria – não em Marx, mas na teoria marxista da dependência.

Uma questão que assim se poderia levantar é, se a categoria não pode ser atribuída a Marx,

por que ela poderia ser considerada uma contribuição legítima do marxismo à análise da sociedade capitalista? O primeiro ponto a se considerar, neste caso, é que a categoria superexploração na teoria marxista da dependência encontra-se em nível de abstração distinto daquele que lhe pretendem atribuir Nascimento, Dillenburg e Sobral.

O emprego da categoria *superexploração da força de trabalho* nesse debate vem do esforço realizado por Ruy Mauro Marini (2005a) de dar conta das especificidades do funcionamento do capitalismo em países dependentes (isto é, países que foram enredados numa teia de relações desiguais, contraditórias, dialéticas, com as potências imperialistas e que, conseqüentemente, tiveram suas relações de produção internas remodeladas nesse processo). É evidente, portanto, que Marini não está descrevendo uma “lei geral” da acumulação capitalista, mas sim colocando como, num plano mais concreto, a acumulação se faz com a (re)produção de espaços desiguais por entre os quais o capital se move; e sendo uma característica desse movimento a formação daquilo que a tradição da teoria marxista da dependência<sup>19</sup> está chamando de *transferência de valor*, seria criado nos países dependentes um mecanismo de compensação que retroagiria sobre suas relações de produção:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os



preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço dobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (Marini, 2005a, p. 153)

Esse é o sentido que tem, em Marini, a categoria *superexploração da força de trabalho*. Mas seria, então, possível dizer que, assim como Nascimento, Dillenburg e Sobral, Marini identifica a *superexploração* com a venda da força de trabalho por menos do que seu valor e, assim, com a incapacidade de reprodução normal da força de trabalho? A resposta é sim e não.

Como tentamos indicar, Marini trata da *superexploração* como um mecanismo de compensação do capitalismo periférico à transferência de valor, e não como o mero pagamento da força de trabalho por valor aquém do que possui. Mas de que modo é operada a *superexploração*? Segundo Marini, por meio do aumento da intensidade do trabalho, pelo prolongamento das jornadas de trabalho e/ou pela simples “sub-remuneração” dos trabalhadores. E acrescenta: “em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma *superexploração do trabalho*” (Marini, 2005a, p. 157) Mas essas são as *formas* pelas quais a

*superexploração* opera, são formas de ampliar a taxa de mais-valor. É (ou deveria ser) claro: nem sempre a utilização (de qualquer um) desses recursos para ampliar o grau de exploração significa *superexploração*, e nem sempre a *superexploração* precisa se expressar exatamente dessa forma.<sup>20</sup> Em nossa opinião, o que ajuda a confundir o debate é que Marini usou a mesma expressão (*superexploração*) tanto para a necessidade de compensar as transferências de valor (categoria), como para as distintas maneiras (formas) de obter essa compensação.

Entendida a coisa dessa maneira, torna-se simples realizar a distinção entre as considerações a respeito da categoria *superexploração* no debate marxista sobre a dependência e aquela proposta por Nascimento, Dillenburg e Sobral. Que a análise concreta possa revelar, e tenha revelado de fato, na Europa do século XIX em que viveu Marx<sup>21</sup>, formas pelas quais o capital foi capaz de (episódica ou sistematicamente) extrair massas maiores de mais-valor pagando pela força de trabalho menos que seu valor, impedindo assim a reprodução normal do trabalhador etc., isso não implica a necessidade de uma nova categoria que dê conta do fenômeno. Trata-se da exploração, que pode atingir os mais elevados graus sempre que a correlação de forças penda contra os trabalhadores. Digase novamente: foi precisamente por saber disso que Marx teve de propor que fossem abstraídas essas circunstâncias.

Se discutir a categoria *superexploração* gera algum interesse renovado ao debate marxista, isso ocorre quando se reconhece nessa categoria algo para além de uma das possíveis formas de elevar a taxa de mais-valor. A divergência entre este entendimento da categoria e aquele de Nascimento, Dillenburg e Sobral adquire maior relevância, no entanto, quando atentamos para as consequências políticas (intencionadas ou não, pouco importa) que emergem da perspectiva destes autores. É disso que devemos tratar na seção final deste artigo.

#### **4. A suposta radicalização como forma de mistificação de um conteúdo reformista**

Como observado anteriormente, Nascimento, Dillenburg e Sobral sustentam a ideia de que seria *necessário* ao capital não apenas explorar, mas superexplorar a força de trabalho, nos termos por eles definidos.<sup>22</sup> Na medida em que o pensamento de esquerda, particularmente o marxista, tem na crítica social seu ponto fundamental, tal afirmação poderia soar aos ouvidos incautos como uma *radicalização* da crítica social marxista.

No intuito de apontar para essa suposta radicalização, os autores buscam corroboração no texto original de Marx. Entretanto, ao fazê-lo, apresentam uma interpretação que vai às raias

do que nos parece representar uma distorção do pensamento marxiano. Um exemplo claro é a análise proposta do Capítulo XXIII do Livro I. Enquanto tentam sustentar a associação que propõem entre “fase manufatureira – teoria da exploração” e “fase da grande indústria – teoria da superexploração”, os autores citam um trecho do capítulo em que Marx (2013, pp. 689-96) levanta a possibilidade de a acumulação de capital ocorrer em circunstâncias que pudessem ser consideradas “benéficas” aos trabalhadores (por fazer aumentar a população empregada e, com isso, os salários, as condições de vida etc.). Segundo eles, a “situação de *relativa carência de trabalhadores qualificados na fase manufatureira* é o que permite a possibilidade da viabilidade lógico-histórica do cumprimento dos pressupostos da (teoria da) exploração” (Nascimento, Dillenburg & Sobral, 2015, p. 120; grifo adicionados), ao que se segue a citação dos trechos de *O capital* mencionados. Mas, continuam os autores,

O irromper da fase da grande indústria moderna inverte radicalmente a relação entre o capital e o trabalho, de forma profunda e crescentemente desfavorável a este último. Nessa nova quadra histórica, a possibilidade da inviabilidade lógico-histórica do cumprimento dos pressupostos da (teoria da) exploração torna-se um fato real, concreto, o que implica, por outro lado, a viabilidade lógico-histórica (portanto, teórica) da superexploração da força de trabalho pelo capital. (*ibidem*, pp. 120-1)

Os autores omitem, no entanto, o fato de que não há, no trecho de Marx por eles citado, uma associação histórica semelhante. Aliás, justo o oposto: ali, Marx está descrevendo o “ciclo industrial”, que compreende um movimento recorrente, ao invés de um datado historicamente. Mas mais do que isso, ao descrever a dinâmica da acumulação, Marx buscava mostrar que, ao contrário do que queria a economia política: (i) mesmo nas condições “mais favoráveis” aos trabalhadores, o domínio do capital sobre a sociedade se amplia (só que primordialmente em termos “extensivos”, ao invés de “intensivos”); e que (ii) não é a relativa “carência” ou “abundância” de trabalhadores que determina a (também relativa) “prosperidade” ou “desgraça” da classe, mas a própria pujança da acumulação: “a grandeza da acumulação é a variável independente, a grandeza do salário a variável dependente, e não o contrário” (Marx, 2013, p. 696).

Como havíamos assinalado antes, assim entendida a obra de Marx, deparemos com uma crítica moral. Contra esse tipo de interpretação, talvez seja válido começar lembrando que, posto nesses termos (maniqueístas), poderíamos dizer que mesmo quando as coisas são “boas” para o trabalhador (salário acima do valor da força de trabalho), elas são “ruins”!

Se quando a força de trabalho é superexplorada (salários inferiores ao valor da força de trabalho) isto representaria uma situação “ruim”

(moralmente condenável) para os trabalhadores, então quando ocorresse o contrário (salários acima do valor da força de trabalho) poderíamos interpretar a situação como “boa” (moralmente aceitável)? Já tentamos indicar anteriormente que é preciso descartar qualquer interpretação moralista de Marx para sua crítica ao capitalismo. Como também já se notou que mesmo nesta situação “boa” pode existir a produção de mais-valor (ainda que em menor magnitude) e, portanto, de capital(ismo). Mas, o que aqui se deve ressaltar é que – para ficar no mesmo campo semântico – mesmo quando se verifica essa situação “boa”, ela seria “ruim”!

Na Seção VI do Livro I de *O capital*, quando Marx vai tratar da forma-salário, dentre outras tantas questões esclarecedoras, o autor nota que “o preço médio do trabalho é obtido ao dividirmos o valor diário médio da força de trabalho pelo número de horas da jornada média de trabalho” (*ibidem*, p. 614). Se considerarmos que o salário corresponde ao valor diário médio da força de trabalho, temos o salário por tempo (tema do Capítulo XVIII da referida seção de *O capital*). Marx trata, nesse capítulo, justamente de diferenciar os salários monetários recebidos pelos trabalhadores (o que se chama hoje de salários nominais) de duas outras formas de salário: (i) a quantidade real de mercadorias compradas pelos trabalhadores, em função do valor da força de trabalho (salários reais nos termos contemporâneos); (ii) salário por tempo,

ou o salário relativo ao total do valor produzido pela força de trabalho no processo produtivo.

Qual é a importância disso? Mesmo em situações em que os salários nominais e reais se elevam (situação “boa” para os trabalhadores), a distribuição do valor produzido, em termos relativos, pode não ser tão “benéfica” assim para os trabalhadores. Para tanto basta que o valor produzido na jornada de trabalho se eleve em maior proporção ao crescimento dos salários (nominais e/ou reais) e, para isso, ou a própria jornada de trabalho seja ampliada e/ou o trabalho na mesma jornada se intensifique.

Quando sustentamos este argumento, infelizmente, não podemos reclamar para nós aquela possível criatividade teórica, quando se vai além do próprio Marx (ver nota 1). Ele mesmo deixa isso muito claro: “a elevação do valor nominal do salário diário ou semanal pode, pois, ser acompanhada de um preço constante ou decrescente do trabalho [do salário relativo]. [...] existem, portanto, métodos para reduzir o preço do trabalho sem a necessidade de rebaixar o valor nominal do salário diário ou semanal”. (*ibidem*, pp. 614-15)

Que a situação se apresente na aparência (que faz parte da realidade concreta) como favorável para os trabalhadores quando, na essência, em termos relativos, sua participação na apropriação do valor total produzido é reduzida, isso só

demonstra o grau a que chega a mistificação na sociabilidade capitalista.<sup>23</sup>

Tendo observado o quão “imprecisa” é essa interpretação moralista da crítica (revolucionária!) de Marx, podemos ver agora o quanto a proposta de Nascimento, Dillenburg e Sobral se coaduna com uma visão mistificada – e como pode ela mesma colaborar numa perspectiva contrarrevolucionária. Nesse sentido, vale a pena acompanhar a distorção que é gerada na concepção marxiana quando os autores tomam como argumento teórico (em seu favor, evidentemente) um recurso meramente expositivo, no qual Marx imagina um diálogo entre um trabalhador e seu patrão. E não se trata de elemento lateral, mas do centro da tese que tentam sustentar, como eles mesmos admitem:

O último ponto da primeira fala do trabalhador [No Capítulo VIII, sobre a determinação da jornada de trabalho] é que este finaliza sua primeira fala exigindo a exploração (nos termos com os quais Marx a está teorizando – troca de equivalentes e condições normais de reprodução da força de trabalho). [...] *Essa finalização da primeira fala do trabalhador é fundamental para este artigo porque ela revela que a teoria da exploração de Marx sozinha não coaduna com sua perspectiva da revolução*, uma vez que o trabalhador está exigindo não o devir histórico da revolução, mas tão somente as condições próprias, asseguradas pelos pressupostos, da (teoria da) exploração. Em função dessa compreensão é que entendemos que a teoria da superexploração é que se apresenta

como a portadora de um desdobramento teórico para uma perspectiva revolucionária no Livro I de *O capital* de Marx. (Nascimento, Dillenburg & Sobral, p. 116; grifos adicionados)

Somos levados a crer, dessa forma, que Marx teria percebido a insuficiência da “teoria da exploração”. Teria percebido que só quando os trabalhadores são “superexplorados” há razão revolucionária. Não deixaria de ser curioso tentar entender por que Marx, embora notoriamente perfeccionista e obsessivo com relação a seu trabalho, não batizaria uma categoria de tamanha importância para o argumento que pretendia delinear, já que, segundo os autores, ele a percebera. Em todo caso, a suposta radicalização dos argumentos marxianos apresenta-se exatamente aí, por meio de uma singela sugestão: a necessidade do capital de criar uma situação insustentável para os trabalhadores – *para sorte daqueles que creem na necessidade da crítica ao capital...*

Talvez Nascimento, Dillenburg e Sobral acreditem que esta proposição exacerba a crítica ao capitalismo. Não obstante, seu conteúdo pode ser facilmente invertido: ao invés de nos conduzir à necessidade da transformação social, a teoria proposta naturaliza e “absolve historicamente” a exploração – desde que esta não exceda os limites físicos e morais estabelecidos. Afinal, segundo os autores, o próprio Marx havia reconhecido que os trabalhadores não lutam pelo fim da *exploração*, mas pela *exploração normal*.

A conclusão que os autores querem extrair daí é que o capitalismo requer a superexploração e que esta explica a pulsão revolucionária dos movimentos dos trabalhadores. Mas a conclusão que de fato emerge é que sem essa exploração exacerbada, “desmedida”, não há razão revolucionária. É possível que eles respondam a isso dizendo que, em razão da concorrência, o capital precisa superexplorar os trabalhadores. Contra isso, basta lembrar que, para a existência do capital – cuja natureza impõe-se coercitivamente a cada capital individual pela concorrência, de fato – a *exploração* é necessária, mas a *superexploração* não (já que, como vimos, é possível existir capital estejam os salários fixados acima ou abaixo do valor da força de trabalho). Ora, sequer podem os autores contestar que essa seria uma situação impensável. Ou como explicar, então, o fato de que eles mesmos se inclinam a admitir (*ibidem*, p. 126) que essa situação (“favorável”), em que a *superexploração* é mitigada ou suprimida, teria mesmo acontecido no século XX com a construção dos Estados de Bem-Estar Social?

Mas isso não é tudo. Na beira do precipício, os autores decidem dar um passo adiante. Segundo eles: “Na América Latina, a reação à superexploração foi contida por uma rede orquestrada de ditaduras militares e, mais recentemente, na fase da redemocratização neoliberal, pode estar sendo refreada pelas políticas sociais”. (*ibidem*, p. 127) Fica patente aí a confusão estabelecida

entre as dificuldades que se impõem à organização da classe trabalhadora, em certos contextos históricos, e a existência de uma razão revolucionária. Ou se pretende negar que não houve momento na história recente da América Latina que a revolução fosse mais premente que sob o período dos regimes ditatoriais? Porém, uma coisa é tratar da repressão violenta e sistemática à classe trabalhadora e suas organizações, outra é tratar de políticas sociais de cunho neoliberal. Em última instância, se estas últimas são mesmo capazes de “deter a *superexploração*” e, assim, acabar com a necessidade da transformação social, caberia perguntar se não têm razão aqueles que as defendem.

Ou nos resta apenas apelar aos céus por uma catástrofe que venha nos salvar.

## Bibliografia

AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Economia, São Paulo, 2012.

BAMBIRRA, V. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978.

CAPUTO, O. & PIZARRO, R. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. Chile: Centro de Estudios Socio Económicos (CESO); Universidad de Chile, *Cuadernos de Estudios Sócio-Económicos*, 12-13, 1970.

CARCANHOLO, M. D. “O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência”, *Trabalho, Educação e Saúde*, Vol. 11, n.1, Rio de Janeiro, 2013a.

CARCANHOLO, M. D. “(Im)precisiones sobre la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo”, *Razón y Revolución*, vol. 25, Buenos Aires, 2013b.

DOS SANTOS, T. “The structure of dependence”, *The American Economic Review*, New York, 1970.

EAGLETON, T. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FAUSTO, R. *Marx: lógica e política – investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FERREIRA, C.; OSORIO, J. & LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2012.

KOHAN, N. *El Capital: historia y método – una introducción*. Buenos Aires: Universidad Popular de las Madres de Plaza de Mayo, 2003.

LUCE, M. S. *A Teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*, volume I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANDEL, E. *Tratado de economía marxista*. 2 vols. México: Ed. Era, 1969.

MARINI, R. M. “Dialética da dependência” In: TRASPADINI, R. & STÉDILE, J. P. (Org.) *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

MARINI, R. M. “Sobre a dialética da dependência” In: TRASPADINI, R. & STÉDILE, J. P. (Org.) *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital e Salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NASCIMENTO, C. A.; DILLENBURG, F. F. & SOBRAL, F. M. “Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 40, fev.-maio 2015.

OSORIO, J. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Miguel Angel Porrúa; Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

ZELENY, J. *La estructura logica de “El capital” de Marx*. Barcelona: Grijalbo, 1974.

## Notas

**1.** Para ser rigoroso existiria uma alternativa (iii), a da criatividade. Autores podem (e devem!) a partir de certo referencial teórico desenvolvê-lo criativamente, de forma que as novas ou revividas formas históricas de manifestação das leis gerais do modo de produção capitalista possam ser, a partir delas mesmas, apreendidas teoricamente, por um lado. Por outro, possíveis lacunas deixadas pelo autor original podem também ser supridas, de forma a aperfeiçoar o referencial teórico por ele fornecido. Entretanto, como Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015), autores do texto que passaremos a discutir, descartam eles mesmos a alternativa da criatividade teórica, quando sustentam que a tese da superexploração já está no livro I de *O capital*, não seremos nós a lhes atribuir este “salto qualitativo” (dialético?).

**2.** Convém dizer que, tendo em vista o debate recente em torno da teoria de Ruy Mauro Marini, em particular acerca da noção de superexploração por ele proposta, parece-nos que teria sido de bom tom que os autores tivessem deixado claro, logo à primeira linha, se pretendiam lidar exatamente com a mesma coisa ou não.

**3.** “Se na fase das ferramentas (manufaturas) o capital achava-se limitado pelo trabalho qualificado, e essa relação possibilitava ao trabalho uma posição frente ao capital que permitia a possibilidade lógico-histórica de viabilidade dos pressupostos da exploração (troca de equivalentes e reprodução normal da força de trabalho), na fase da grande indústria a posição do trabalho frente ao capital se enfraquece e coloca-se historicamente a condição para a possibilidade da inviabilidade lógico-histórica do cumprimento daqueles pressupostos, criando-se, portanto, as condições para a (teoria da) superexploração da classe trabalhadora pelo capital”. (*ibidem*, p. 119) Na última seção do presente artigo, buscaremos discutir as consequências políticas dessas duas conclusões.

**4.** “Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição, segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*”. (Marx, 2013, p. 90)

**5.** Não há espaço aqui para tratar esta questão com o rigor que ela merece, até para esclarecer peremptoriamente que a concepção de Marx não possui nenhum resquício do idealismo alemão (ideologia alemã), não importando se em uma vertente mais kantiana e/ou hegeliana, assim como para demonstrar que o pensamento de Marx é completamente distinto de qualquer interpretação determinista, mecanicista, estruturalista. Elementos básicos para isto podem ser encontrados em Eagleton (2012), Kohan (2003), Kosik (1995), Lukács (2012) e Zeleny (1974).

**6.** Diga-se de passagem, a perspectiva de toda a economia política, à época de Marx, e hoje em dia. Não por outra razão este autor sempre procurou conceber a crítica da economia política, e não a sua “afirmação”.

**7.** A despeito de várias incompreensões, fruto de uma interpretação mais próxima da teoria crítica frankfurtiana do que propriamente marxista, Fausto (1983) percebe este caráter concreto-real das abstrações no capitalismo. O melhor exemplo disto talvez seja a categoria trabalho abstrato, quando Marx percebe que o responsável pela abstração das características concretas dos vários ofícios específicos (trabalho concreto) é a própria sociabilidade mercantil, por intermédio da igualação dos valores das mercadorias no processo de troca.

**8.** Pode parecer um exagero de nossa parte, mas algo nesse sentido pode ser encontrado nas interpretações que sustentam que em Marx a economia mercantil simples ( $M - D - M'$ ) foi, de fato, anterior à economia mercantil capitalista ( $D - M - D'$ ). Ou seja, quando Marx trata a primeira como pressuposto (lógico) da segunda não está afirmando que se trata de precedência histórica, apenas que a primeira é uma determinação mais abstrata da segunda, que possui mais determinações concretas, em certo sentido que a circulação capitalista está pressuposta na circulação mercantil simples, e posta na fórmula  $D - M - D'$ . Autores importantes como Sweezy (1986) e Mandel (1969), para citar apenas alguns, são exemplos disto.

**9.** Não por outra razão, Marx, em vários momentos, refere-se às tais categorias antediluvianas!

**10.** A curiosidade é incontrolável: seria, portanto, a superação dialética da superexploração da força de trabalho a *megasuperexploração* da força de trabalho?

**11.** São os autores do artigo, Nascimento, Dillenburg e Sobral, que nos apresentam essa teoria, construída sobre uma (no mínimo polêmica) interpretação do autor.

**12.** A panaceia pela correspondência quantitativa entre preços e valores é muito mais próxima da tradição ricardiana na teoria do valor do que de Marx.

**13.** Sendo mais rigoroso: não vendidas pelo valor de mercado a não ser na esfera de composição orgânica do capital média.

**14.** Como posto em uma conhecida passagem do prefácio à primeira edição de *O capital*: “De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas”. (Marx, 2013, p. 80)

**15.** Em uma situação como esta, será que estaríamos em um momento de subexploração? O que diria Marx a este respeito? Será que ele se daria conta – alertado por Nascimento, Dillenburg e Sobral – de que sua teoria não faria mais sentido?

**16.** A passagem em questão encontra-se numa nota de rodapé. Por seu teor, vale a pena reproduzi-la integralmente: “Não que a exploração não tenha sua importância para a luta de classes entre trabalho e capital. A (teoria da) exploração é importante para usá-la como argumento de que o capital explora mesmo cumprindo os pressupostos dessa teoria. Porém, as contradições internas (iminentes) desse modo de produção não o permitem apenas explorar. Nesse sentido importa destacar que é a exploração excessiva (superexploração) a contradição mais profunda do modo de produção do capital e, portanto, reveladora da essência contraditória desse sistema, assim como portadora do devir (tendencial) para um outro”. Assim, nos é ensinado que para Marx “a exploração tem a sua importância”, qual seja, mostrar que “o capital explora mesmo cumprindo os pressupostos [a troca de equivalentes, se bem entendemos] dessa teoria”. Se em outros momentos os autores transformam o que é recurso estilístico em argumento teórico, aqui vemos operar a mágica inversa: uma categoria central da obra é transformada num recurso expositivo. Mas é evidente que o pior nesse caso são as consequências políticas que emergem dessa postura, como tentaremos mostrar ao fim do artigo.

**17.** Marx é enfático quando afirma que uma de suas principais descobertas foi a diferença entre a força de trabalho (mercadoria) e o trabalho (valor de uso da mercadoria), uma vez que isso lhe permitiu romper definitivamente com a economia política (ricardiana). Um exercício curioso é comparar a explicação de Marx para o capitalismo em *Trabalho assalariado e capital*, de 1849, com *Salário, preço e lucro*, um informe de 1865 para a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Na primeira estão explícitas todas as limitações da perspectiva ainda ricardiana e, portanto, moralista. Como não existe a diferença clara entre a mercadoria paga e o seu valor de uso, o capitalista pagaria para o trabalhador menos do que vale (definindo um “roubo”), para assegurar a determinação de um mais-valor. No informe de 16 anos após, Marx exhibe um grande poder de síntese de sua teoria, já completamente desprovida desse tipo de confusão. Para a comparação das duas obras, ver Marx (2006).

**18.** Será que Ricardo – e seguidores, conscientes disso ou não – conseguiriam entender?

**19.** A tradição da teoria marxista da dependência pode ser encontrada tanto em trabalhos clássicos e pioneiros, como em Marini (2005a), Bambirra (1978), Caputo e Pizarro (1970) e Dos Santos (1970), como em trabalhos mais recentes, como Luce (2011), Amaral (2012), Ferreira e Luce (2012), Osorio (2004) e Carcanholo (2013a).

**20.** “[...] a superexploração é melhor definida pela maior

exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e *tende normalmente a se expressar* no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real”. (Marini, 2005b, p. 189; grifos adicionados) Para uma análise mais detalhada das imprecisões da categoria superexploração na teoria marxista da dependência ver Carcanholo (2013b).

**21.** Mas também dos séculos XX e XXI! A desafortunada tentativa de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, p. 126) de dizer que o Estado de Bem-Estar Social eliminou, mesmo que temporariamente, a superexploração revela a “perspectiva reformista” que, consciente ou inconscientemente, orienta o esforço de reelaboração categorial dos autores. Voltaremos a esse tópico posteriormente.

**22.** A necessidade do capital de superexplorar a força de trabalho é afirmada, por exemplo, em Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, p. 117). Vale notar que, embora os autores afirmem essa necessidade e pretendam tê-la demonstrado (*ibidem*, p. 123), não há no artigo – mesmo que se concedesse validade à tese geral – demonstração de sua necessidade. Voltaremos a este tópico pouco adiante.

**23.** “Compreende-se, assim, a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho na formação do salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Sobre essa forma de manifestação, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apoloéticas da economia vulgar”. (Marx, 2013, p. 610) Permitimo-nos apenas um toque de criatividade: se isto valia para os tempos de Marx, podemos extrapolar e afirmar que segue tendo validade nos dias atuais.



CARLOS ALVES DO NASCIMENTO  
FERNANDO FROTA DILLENBURG  
FÁBIO MAIA SOBRAL

## O *CAPITAL*: UM DRAMA PARA SER LIDO, RELIDO E... OUVIDO

Réplica ao artigo anterior; encomendada pela Revista.

# O CAPITAL: UM DRAMA PARA SER LIDO, RELIDO E... OUVIDO

## Resumo

O trabalho consiste numa réplica à crítica contida no artigo “Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido” de Marcelo Dias Carcanholo e Hugo Figueira Corrêa. A crítica de Carcanholo e Corrêa tinha por objeto o artigo “Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em *O capital* (Livro I) de Marx”, publicado na edição 40 da Revista da SEP.

**Palavras-chave:** Marx; teoria do valor, exploração; superexploração.

**Classificação JEL:** B14; B51; J21.

## Abstract

The work consists in a reply to the critique presented in the paper “Is there a theory of super-exploitation of the labour force in Marx? A Marx unknown even to himself” of Marcelo Dias Carcanholo and Hugo Figueira Corrêa. Carcanholo and Corrêa’s critique had as an object the paper “Theory of exploitation and super-exploitation of the labour force in Marx’s *Capital*”, which was published at the Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, volume 40.

**Keywords:** Marx; theory of value; exploitation, super-exploitation.

### **CARLOS ALVES DO NASCIMENTO**

Doutor em Economia Aplicada pelo IE/UNICAMP e Professor do Programa de Pós-graduação em Economia do IE/UFU (carlos.nascimento@ufu.br).

### **FERNANDO FROTA DILLENBURG**

Doutor em Filosofia pelo IFCH/UNICAMP e Professor na UFRGS (ffrotadillenburg@gmail.com.br).

### **FÁBIO MAIA SOBRAL**

Doutor em Filosofia pelo IFCH/UNICAMP e Professor da FEAAC/UFC (fabio.maia.sobral@gmail.com).

Agradecemos à revista da Sociedade Brasileira de Economia Política por abrir espaço a esta réplica à crítica feita por Corrêa e Carcanholo (2016) ao nosso texto “Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em *O capital* (Livro I) de Marx”, publicado na edição nº 40 desta revista.

Dado o limite de espaço para esta réplica, centraremos nossa atenção na divergência que consideramos mais importante. Antes, porém, cabe fazer breve comentário sobre alguns outros pontos da crítica. É digno de nota a distorção de nossas posições realizada pelos críticos. A mais gritante é a acusação, não sem excessivo didatismo, de não termos compreendido a possibilidade da produção e apropriação privada da mais-valia mediante a troca de equivalentes, apesar de estar explícito em nosso texto! Outro equívoco de Corrêa e Carcanholo é o fato de, distorcendo nosso texto, atribuírem a nós, e não a Marx, o que está contido, literalmente, em *O capital*. É Marx, e não nós (que apenas o seguimos), quem sustenta a radical (total, inteira) diferença entre *utilização e espoliação* da força de trabalho, assim como é ele quem ressalta a diferença entre *trabalho excedente e trabalho excessivo*, do mesmo modo que é o autor de *O capital* quem observa a diferença entre *magnitude relativa* (taxa de mais valia, grau de exploração)

e *magnitude absoluta* da exploração – todas essas diferenças são construídas por Marx (ao longo de vários capítulos) com base em uma ideia-chave do Livro I: a questão do *desgaste* da força de trabalho (construção essa destacada em nosso texto e omitida por nossos críticos). Apenas mais uma última observação que, para nós, possui caráter secundário, mas é necessária para eliminar melindres já manifestos: a referência à teoria marxista da dependência já havia sido feita em nosso texto original, de mesmo título, publicado nos Anais do Encontro Nacional de Economia Política (2014), ao qual o texto sob crítica se remete na nota 1.

Escrevemos nosso artigo ora sob crítica, e as páginas a seguir, pressupondo leitores com espírito aberto e desejosos em fazer (a depender do caso, refazer) *por si próprios* a leitura de *O capital*, e não se contentar com a interpretação de terceiros. Pressupomos leitores que, seguindo a expectativa de Marx no prefácio à primeira edição de *O capital*, livro I, “[...] queiram aprender algo de novo e queiram, portanto, também pensar por conta própria” (Marx, 1996, p. 130).

Depois de feitas essas observações, daremos ênfase, a partir de agora, à crítica de termos, segundo Corrêa e Carcanholo (2016), transformado no centro de nossa tese “o diálogo entre um trabalhador e seu patrão” (p. 26), diálogo

que nossos críticos demonstram incômodo por não o tratarmos como “elemento lateral” (p.26) da exposição de *O capital*, nem como um “recurso meramente expositivo” (p. 26) utilizado por Marx, como assim o querem. Segundo os autores da crítica, seria um equívoco tomar como argumento teórico um diálogo que eles consideram *imaginado* por Marx (p. 26).

O referido diálogo é aquele exposto no Capítulo VIII do Livro I, quando o personagem se defende da ânsia do capitalista em prolongar a jornada de trabalho, levantando a seguinte argumentação:

A utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas *totalmente* diferentes [...] eu exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal e a exijo sem apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a boa vontade. Poderás ser um cidadão modelar, talvez sejas membro da sociedade protetora dos animais, podes até estar *em odor de santidade*, mas a coisa que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate nenhum coração. (Marx, 1996, p. 348; grifos adicionados)

Corrêa e Carcanholo nos criticam por, supostamente, termos transformado no centro de nossa tese esse diálogo, a tese segundo a qual Marx trata aqui da superexploração da força de trabalho expressa no prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, que provoca o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor ao extrair maior quantidade de trabalho não-pago

sem aumentar proporcionalmente a parte paga da jornada, ou, nas palavras do personagem, por *espoliar* a força de trabalho, o que, ainda segundo o personagem, é totalmente diferente de apenas *utilizá-la*.

Antes de tudo, cabe indagar se este seria um diálogo imaginado por Marx, como afirmam nossos críticos. Para esclarecer essa questão basta ler a nota de rodapé:

Durante a grande *strike* [greve] dos *builders* [trabalhadores de construção], em Londres, em 1860/61, pela redução da jornada de trabalho a 9 horas, publicou o comitê dos trabalhadores uma declaração que coincidia aproximadamente com a argumentação de nosso trabalhador. A declaração aludia, não sem ironia, que o mais ávido por lucro entre os “*building masters*” [empresendedores de obras] – um certo Sir M. Peto – encontrava-se em “odor de santidade”. (*ibidem*, p. 348-349)

Como fica evidente na nota, não se trata de um diálogo imaginário. Marx dá a voz aos trabalhadores organizados em classe<sup>2</sup> e em luta, uma organização operária real dos trabalhadores da construção civil de Londres.

Para nossos críticos, o fato de Marx abrir a sua obra a uma declaração de um comitê de greve, um organismo construído durante a luta contra a exploração excessiva (superexploração), para eles esse ato dramático não contém qualquer significado simbólico, muito menos teórico.

Ao desprezar a *lexis*<sup>3</sup> – o modo de exposição elaborado pelo autor para expor o real –, Corrêa

e Carcanholo criam, para si próprios, dificuldades para perceber o caráter simbólico contido no relacionamento entre os personagens. Somente privilegiando a *lexis* é possível realizar essa tarefa. Continuemos, então, guiados pela *lexis*, como fizemos no artigo anterior, interpretando os demais capítulos, dando, contudo, agora, outro enfoque para não sermos repetitivos.<sup>4</sup>

No Capítulo VII, o capítulo anterior ao diálogo entre os trabalhadores e o patrão, quem toma a palavra é um indivíduo. O personagem, igualmente não imaginado por Marx, fala: “segundo vossas informações, o trabalhador produz seu salário na penúltima hora e, na última, vossa mais-valia ou o lucro líquido” (*ibidem*, p. 339). Que papel cumpre esse indivíduo no interior da *lexis*? Seria ele um operário? Não. Para esclarecer essa questão, basta ler o diálogo. Alguém que trata o operário na terceira pessoa não é um operário, mas alguém que fala em nome dele. Da mesma forma, quem fala do “vosso lucro líquido” está diante daqueles que se apropriam do lucro, os capitalistas.

Até aqui o personagem foi determinado apenas negativamente. Sabe-se que não é um operário, mas quem será ele, afinal? Observando a sua argumentação, percebe-se que o personagem usa a ironia contra o economista Nassau Senior: “E a isso chama o sr. Professor de ‘análise’” (*ibidem*). Seria uma ironia inventada por Marx? O próprio Marx responde em nota de rodapé:

“Que eles (os fabricantes) não valem mais que a chamada ‘análise’ demonstrou Leonard Horner em *A Letter to Mr. Senior* etc. Londres, 1837” (*ibidem*). Como se vê, o personagem representa Leonard Horner. Quem seria Horner? Segundo Marx, Horner foi um dos comissários investigadores das condições fabris de 1833 e inspetor de fábrica, na realidade censor de fábrica, até 1859 (*ibidem*).<sup>5</sup>

Que importância há no protagonismo ser assumido por alguém externo à classe operária no Capítulo VII e, no capítulo seguinte, serem os próprios operários que levantam a voz? Essa questão passa totalmente despercebida por Corrêa e Carcanholo. Afinal, para eles tudo isso não é mais do que “recursos meramente expositivos” utilizados por Marx.

Na nossa interpretação,<sup>6</sup> que privilegia a temporalidade da *lexis*, ao contrário, a transformação dos personagens operada minuciosamente por Marx surge como uma potente expressão simbólica do desenvolvimento organizativo indispensável à emancipação da classe trabalhadora. Na *lexis* encontramos o resultado do tremendo esforço realizado por Marx para expressar de forma dialética (dialógica, simbólica, estética) o movimento da matéria, isto é, o movimento da luta de classes.

Nessa interpretação, a temporalidade conceitual ou *nóesis*, o que nossos críticos chamam de “desenrolar das categorias”, é desvelada na

e pela *lexis*, ou seja, as categorias são reveladas no e pelo modo de exposição.<sup>7</sup> Nesse sentido, a categoria mais-valia absoluta (temporalidade da *nóesis* ou conceitual) é exposta de forma imamente pela temporalidade da *lexis*, a luta dos trabalhadores contra o prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, uma jornada cuja extensão atrofia a capacidade de trabalho (e o tempo de vida), que significa, por isso, uma das formas de superexplorar a força de trabalho. Ou seja, em *O capital*, as categorias lógicas são postas por meio da exposição da história da luta de classes.

Essa cena dramática entre os trabalhadores e o patrão é, na interpretação que seguimos, uma indicação clara feita por Marx de que os trabalhadores levantam a sua voz, inicialmente, ainda de maneira instintiva<sup>8</sup>, contra a superexploração, contra a exploração excessiva, e ainda não contra a exploração capitalista. Para que os trabalhadores se organizassem, desde o início, diretamente contra a exploração, contra toda e qualquer extração de mais-valia, ou seja, contra o modo de produção capitalista, eles já teriam que ser socialistas desde os momentos embrionários da luta, algo totalmente irreal. Na nossa interpretação, e *isso é o que nos parece fundamental*, Marx está chamando a atenção de que os trabalhadores começam a lutar para conservar a sua situação, para resistir à deterioração das suas condições de trabalho, uma vez que a

maioria da classe trabalhadora, nos estágios iniciais da luta, ainda não é revolucionária. Trata-se de uma luta defensiva. Marx (e nós) não está sendo reformista por expor essa luta inicialmente conservadora da classe trabalhadora. Marx (e o acompanhamos totalmente) está expondo o movimento da matéria, o movimento dos trabalhadores (ainda inicial, de caráter momentaneamente conservador) no interior da luta de classes.

Corrêa e Carcanholo não percebem nada disso, não captam a tremenda potencialidade simbólica do movimento dos personagens que se relacionam entre si no interior do Livro I de *O capital*. Nossos críticos se perdem ao focar a sua atenção no que chamam de “desenrolar das categorias na exposição” que, nas suas palavras, Marx “nos brinda no Livro I de *O capital*” (p. 15). Do ponto de vista filosófico, essa atitude interpretativa significa privilegiar a temporalidade da *nóesis*, isto é, perder-se, conforme já comentou Benoit (2015, p. 189), na procura de uma doutrina do autor.

O método que seguimos é diferente. Nele todas as temporalidades são deduzidas da *lexis*.<sup>9</sup> Então, guiados pela *lexis*, depois de voltar do Capítulo VIII ao VII, retornemos ainda mais até o Capítulo IV, onde encontraremos o trabalhador “tímido, contrafeito”, indo para o interior do local de trabalho atrás do capitalista sorridente (Marx, 1996, p. 293).

Que significado simbólico há nessa cena dramática? Há um enorme significado, ignorado por aqueles que desprezam a *lexis*. O trabalhador está, de fato, contrariado, mas, sobretudo, tímido, não se pronuncia, justamente por estar, nesse momento em que acabou de vender a sua força de trabalho, ainda isolado do restante de sua classe.

Seguindo a *lexis*, fica claro, portanto, que no percurso entre o Capítulo IV (quando o trabalhador ingressa no local de trabalho) e o VIII (momento no qual o comitê de greve se manifesta), há um importante desenvolvimento organizativo dos trabalhadores. Marx evidencia esse movimento nas últimas páginas do Capítulo VIII, ao associar de maneira claríssima esses dois importantes momentos: “É preciso reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente do que nele entrou” (*ibidem*, p. 414).<sup>10</sup>

Se o trabalhador se transformou no interior do processo de produção – de indivíduo tímido, tornou-se membro de uma classe que abusa da ironia com o patrão – no momento anterior, isto é, na passagem da instância das trocas mercantis para a instância da produção, ocorreu também outra importante transformação nos personagens. É o que se deduz da *lexis* montada e remontada tantas vezes por Marx até alcançar essa forma precisa: “ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias

[...] já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*” (*ibidem*, p. 293).<sup>11</sup>

Que transformação seria essa? Ao entrar para a esfera da produção, o trabalhador, apesar de tímido, já se mostra contrariado por perceber que está, como diz Marx, levando a sua pele ao curtume (*ibidem*) para ser esfolada pelo patrão. Ou seja, ao entrar no local de trabalho, o trabalhador percebe que será explorado e, por isso, demonstra-se insatisfeito. No entanto, conforme sustentamos no artigo anterior, a *lexis* esclarece que aqui ele ainda não nota que será superexplorado (trabalho excessivo). O trabalhador somente se dará conta de que está sendo superexplorado depois que começar a trabalhar. A própria *lexis* deixa isso evidente. Afinal, somente no Capítulo VIII o trabalhador perderá, por assim dizer, a timidez e levantará a sua voz: “de repente, porém, levanta-se a voz do trabalhador, que estava emudecida pelo estrondo do processo de produção” (*ibidem*, p. 347). A *lexis* nos indica, desse modo, que após entrar na esfera da produção é necessário um certo tempo para que o trabalhador perceba a superexploração, organize-se e levante a sua voz contra ela. Retornando ainda mais no caminho indicado pela *lexis*, revela-se outra diferença fundamental, agora entre esse trabalhador contrariado que entra no local de trabalho (Capítulo IV) e aquele produtor exposto no Capítulo II, que

vai voluntariamente ao mercado para atender as suas necessidades.<sup>12</sup> Nesse Capítulo II, Marx faz uma significativa antecipação dessa transformação: “veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam” (*ibidem*, p. 210). Como se vê, num desenvolvimento léxico preciso, entrelaçando os diversos momentos expositivos, no Capítulo II, Marx já adianta que no movimento dialético da obra os personagens transformar-se-ão em integrantes de classes sociais, ou “personificações de relações econômicas”, que se defrontam entre si.

Do Capítulo I para o II não poderia deixar de haver, também, uma transformação dos personagens. No primeiro Capítulo, quem se relaciona socialmente não são os produtores, mas seus produtos, as mercadorias: “A primeira mercadoria (que no exemplo é o linho) representa um papel ativo, a segunda (o casaco) um papel passivo” (*ibidem*, p. 177). Essa relação social entre as mercadorias, que aparecem aqui “desempenhando papéis distintos”, é a expressão do fetichismo da mercadoria, por meio do qual as relações entre os produtores aparecem para estes “como o que são [...], como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (*ibidem*, p. 199).

Como se vê, o percurso realizado até aqui, refeito agora no sentido original (do Capítulo I

ao VIII), indica a possibilidade do desenvolvimento do indivíduo, que quando está isolado, fora do local de trabalho, tende a permanecer totalmente enfeitado pelas mercadorias e pelo dinheiro (o qual, em suma, é uma mercadoria ainda mais ofuscante que as demais).<sup>13</sup> No interior do desenvolvimento da *lexis*, o protagonismo da cena dramática vai, por assim dizer, mudando de mãos e, nessa mudança o personagem, vai se transformando por meio do processo organizativo da luta de classes. Não há como desvelar esse percurso sem priorizar a *lexis* como a temporalidade metodologicamente fundante das demais, aqui, especialmente, fundante da temporalidade da *nóesis*.

Continuemos deixando-nos levar pela *lexis*, ultrapassando, a partir de agora, o Capítulo VIII do qual começamos.

No Capítulo XIII, Marx vai mostrar que, com o advento da grande indústria e a consequente utilização da maquinaria em larga escala, ocorreu outra importante transformação nos personagens. Conforme comentamos no artigo que motivou a crítica, a maquinaria possibilitou que pessoas com menos força física, mas contendo outras habilidades peculiares, se tornassem úteis ao processo de trabalho fabril. Assim, o capital passou a explorar não apenas o trabalhador masculino adulto, mas toda a família proletária. Marx demonstra que, no drama da luta de classes, os capitalistas reagem



à limitação legal ao prolongamento da jornada de trabalho conquistada na luta exposta no Capítulo VIII, passando a utilizar as máquinas para aumentar o grau de exploração,<sup>14</sup> agora de outra forma. Com isso, o trabalhador coletivo (classe) do Capítulo VIII, formado majoritariamente por trabalhadores masculinos adultos, transformou-se no Capítulo XIII, ampliando-se. Na impossibilidade de estender legalmente a jornada de trabalho, o capital estende a massa humana a ser explorada, o que representa o aumento do número de jornadas de trabalho.

A maquinaria é utilizada pelo capitalista como um instrumento de luta contra a classe trabalhadora, uma vez que, com ela, o valor da força de trabalho é reduzido, pois agora o valor da força de trabalho masculina adulta não precisa mais ser suficiente para manter toda a família, como ocorria na fase da manufatura, mas suficiente apenas para manter a si próprio, uma vez que a mulher e os filhos produzem, eles mesmos, o valor de suas forças de trabalho. Do drama da família proletária, captado na e pela *lexis*, surge o conceito de mais-valia relativa, contido na temporalidade da *nóesis*, o aumento da mais-valia via redução do valor da força de trabalho.

Prosseguindo nosso percurso pelo modo de exposição d'*O capital*, a passagem para a última seção do Livro I, a Seção VII,<sup>15</sup> esclarece de maneira mais determinada o caráter simbólico

daqueles comitês de greve expostos no Capítulo VIII. Para realizar as profundas e decisivas revelações nessa derradeira seção, o protagonista de nosso drama, que continua sendo o trabalhador coletivo, precisa, mais uma vez, se transformar. A multiplicidade de organizações internas serve como base material para a criação de organismos superiores, que as unificam no exterior dos locais de trabalho.

Como é possível deduzir mais essa transformação do personagem coletivo? Novamente, ouvindo a *lexis*. Na Seção VII, Marx vai tratar do processo de reprodução do capital, o qual, em escala ampliada, representa acumulação do capital. A acumulação do capital exige, além da produção da mercadoria, a sua venda e a posterior reaplicação do valor (incluindo parcela da mais-valia) no processo produtivo.

Rememorando o percurso do Livro I, percebe-se que nele está exposta a fórmula geral do capital,  $D - M (FT + MP) \dots P \dots M' - D'$ .<sup>16</sup> Enquanto na Seção I apareceu o personagem enfeitado pelas mercadorias e pelo dinheiro, na Seção II realizou-se a compra da força de trabalho e dos meios de produção pelo capitalista. A Seção I representa o primeiro momento do processo, a instância da circulação, e a seção II corresponde à transição entre a circulação e a produção  $[D - M (FT + MP)]$ . Entre as Seções III e VI foi produzida (P) a nova mercadoria e, finalmente, na Seção VII operou-se a segunda circulação,

a venda da mercadoria contendo mais-valia ( $M' - D'$ ), completando-se, desse modo, uma inteira rotação do capital. Evidencia-se, assim, o movimento de saída da instância da produção no momento de transição entre a Seção VI e a Seção VII ( $P \dots M' - D'$ ), um retorno, em nível superior, à instância da circulação. A transformação da mercadoria em dinheiro é a única maneira de garantir a continuidade do processo e a conseqüente acumulação do capital.

Se por meio da *lexis* chega-se à conclusão de que o protagonista na instância da produção é o trabalhador coletivo, a classe trabalhadora, representada naquele momento determinado pelo comitê interno, não estaria Marx, ao realizar a saída da esfera produtiva, apontando a necessidade de superar essa forma de organização? De fato, somente superando o isolamento dos organismos internos, isto é, somente conhecendo toda a cadeia produtiva na qual estão inseridos, os trabalhadores poderão realizar, na prática, as brilhantes revelações teóricas feitas por Marx nessa Seção VII. A primeira delas é a falsidade da propriedade privada capitalista, que, no decorrer de algumas rotações, se manifesta como o que realmente é, como trabalho alheio não pago apropriado privadamente, conforme demonstrado nos Capítulos XXI e XXII. Nesse mesmo sentido, o proletariado somente será capaz de perceber a falsidade da relação entre força de trabalho e capital se tiver a oportunidade de observar a reprodução contínua deste.

Depois de transcorridas algumas rotações, a troca de equivalentes na compra da força de trabalho ocorre apenas na aparência, uma vez que o capitalista paga o salário com a mais-valia produzida na rotação anterior, conforme exposto no capítulo XXII.<sup>17</sup>

Faltam ainda algumas determinações para a completa emancipação dos trabalhadores nessa longa, cuidadosa e paciente *lexis* do Livro I d'*O capital*. No Capítulo XXIII, o trabalhador coletivo expande-se mais uma vez, numa nova transformação. Nesse momento que se aproxima do final do Livro I, os trabalhadores empregados ampliam sua organização, aliando-se aos trabalhadores desempregados, cuja união representa a única maneira de diminuir a superexploração, isto é, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor provocado pela pressão exercida pelo exército industrial de reserva.<sup>18</sup>

Finalmente, no Capítulo XXIV, ocorre a última e decisiva transformação dos personagens no Livro I. Finalmente, quando os trabalhadores retiram do esquecimento<sup>19</sup> a violenta história da origem da propriedade privada capitalista e de sua própria classe, história através da qual seus ancestrais foram brutalmente separados dos meios de produção, nesse momento os trabalhadores estão preparados para assumir o protagonismo da revolução em ato. O trabalhador coletivo se tornou, finalmente, após percorrido longo caminho organizativo e de luta,

um sujeito revolucionário. Quando isso ocorre, quando o proletariado retira do esquecimento a violência originária, pressuposto originário que põe todas as contradições da luta de classes expostas no Livro I e, conseqüentemente, todas as categorias lógicas dela decorrentes, quando isso ocorre, o proletariado está, finalmente, pronto para fazer “soar a hora final da propriedade privada capitalista” e expropriar os expropriadores (*ibidem*, p. 381, vol. II).

É exposto aqui, no Capítulo XXIV, a revolução socialista como expropriação dos expropriadores, como um retorno, sob nova forma, da expropriação originária, posta agora contra aqueles que a impuseram historicamente e, por meio dela, um retorno à propriedade comum dos meios de produção. A revolução socialista é exposta por Marx no final do Capítulo XXIV do Livro I d’*O capital* como o resultado do processo de uma longa e árdua luta de classes, no qual o proletariado constrói suas organizações, constituindo-se, assim, como classe, e desenvolvendo, no decorrer desse processo, sua consciência de classe. Nesse sentido, o percurso desenvolvido no Livro I, impulsionado, em grande medida, pela luta contra a exploração excessiva que atrofia o trabalhador (superexploração), é um longo caminho de superação do fetichismo por parte do proletariado, superação, no entanto, parcial e provisória<sup>20</sup>. Mas é importante perceber que a revolução socialista é exposta não como uma utopia, mas como a continuidade de um

processo já em curso, um processo no qual os capitalistas já estão eliminando uns aos outros, por meio da centralização do capital (*ibidem*, vol. II). É necessário que outro sujeito assuma o protagonismo desse processo em andamento. Esse sujeito é, para Marx, o proletariado.<sup>21</sup>

Cabe agora, depois de percorrido esse longo caminho, retornar à pergunta inicial: que papel teria no interior da léxis d’*O capital* aquele diálogo dos trabalhadores exposto no Capítulo VIII? Seria um “recurso meramente expositivo” de Marx, ou um “elemento lateral”, um aspecto secundário da obra, ou ainda mais um dos tantos “episódios históricos” (p. 20) perdidos no esquecimento de um passado remoto, como consideram Corrêa e Carcanholo?

Pensamos que não. A voz do comitê de greve dos trabalhadores da construção civil de Londres de 1860/61 é introduzida por Marx na *lexis* como um grande símbolo, um símbolo a ser seguido pelo proletariado mundial ainda hoje e enquanto persistir o modo de produção capitalista. As organizações internas aos locais de trabalho são um símbolo que, se vier a se generalizar, pode dar início a um processo de construção das condições da revolução. Nesse sentido, o momento exposto no Capítulo VIII (a luta contra a jornada excessiva que atrofia o trabalhador) é indissociável daquele do Capítulo XXIV (a expropriação dos expropriadores), assim como todos os capítulos, conforme vimos,

estão cuidadosamente entrelaçados entre si. Em outras palavras, a luta econômica do proletariado, aparentemente conservadora e reformista, representa, de acordo com a cuidadosa *lexis* deixada por Marx, um momento não desprezível da luta do proletariado pela conquista do poder, a retomada da propriedade dos meios de produção.

Para finalizar, cabe perguntar ainda, continuando o diálogo com nossos críticos: teria Marx escrito *O capital* apenas para que o leitor *entendesse melhor o capitalismo*, como afirmam nossos críticos?<sup>22</sup> Seguindo a sua *lexis* e mantendo o espírito da 11ª Tese sobre Feuerbach,<sup>23</sup> *O capital* não representaria, para seu próprio autor, muito mais um caminho da construção das condições materiais da negação do capitalismo, um caminho a ser trilhado pelo proletariado até a definitiva expropriação dos expropriadores?

Para interpretar *O capital* como uma teoria programática revolucionária (Benoit, 1996, p. 43), é preciso, como diz ainda Benoit (2015: 21), aprender a escutar, saber ouvir os personagens que se enfrentam na grandiosa odisseia da luta de classes contida nesse brilhante drama chamado *O capital*, para enfim, sobretudo, ouvir silenciosamente Marx que, em sua precisa “ação de dizer”, permanece, de certa forma, humildemente oculto por trás da ação da classe trabalhadora.<sup>24</sup>

## Bibliografia

BENOIT, H. *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo: Annablume, 2015.

BENOIT, H. “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de O capital”, *Crítica marxista*, n. 8, São Paulo: Xamã, junho/1999.

BENOIT, H. “Sobre a crítica (dialética) de o capital”, *Crítica Marxista*, n. 3, São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, H. F. & CARCANHOLO, M. D. “Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 44, p. 10-30, jun. 2016.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. “Teses sobre Feuerbach”. In: MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

## Notas

**1.** Essa ideia, também não compreendida por nossos críticos, é chave ainda para entender a importância da *diferença* entre a mercadoria força de trabalho e as demais mercadorias. Enquanto nossos críticos buscam (em sua didática sobre a lei do valor) semelhanças entre esses dois tipos de mercadorias, deixam de perceber a ênfase que Marx atribui àquela diferença e à sua importância.

**2.** Conforme já observamos no texto sob crítica, na página 116, e nota 16.

**3.** Talvez porque Corrêa e Carcanholo (2016) considerem mais importante a sua “didática excessiva” ao que chamam de “exegese exaustiva”, a qual, aliás, consideramos indispensável caso o objetivo seja captar a *lexis* deixada por Marx.

**4.** Decidimos retornar do Capítulo VIII ao I, para depois retomar o desenvolvimento do VIII em diante, a fim de partir do momento da polêmica com nossos críticos, o diálogo do Capítulo VIII. Isso não significa, em hipótese alguma, que defendamos esse tortuoso caminho.

**5.** Na mesma nota, Marx faz um sincero elogio ao inspetor: “Horner adquiriu méritos imorredouros a serviço da classe trabalhadora inglesa. Lutou uma vida inteira não só contra os exasperados fabricantes, mas também contra os ministros, para os quais era incomparavelmente mais importante contar os ‘votos’ dos fabricantes na Câmara dos Comuns do que as horas de trabalho das ‘mãos’ na fábrica”. (Marx, 1996, p. 339; grifos adicionados)

**6.** Seguimos o método desenvolvido por Benoit, que observa: “Pensamos, assim, que o modo de exposição de uma obra, a lexis, forma certa ordem precisa entre as palavras que vai muito além de uma mera cena dramática no sentido literário, trata-se de certa forma estética rigorosa, uma certa disposição formal que não pode ser omitida, ou deixada impensada, sob pena de estarmos, nesse mesmo ato, escrevendo uma outra obra e fundando uma outra temporalidade conceitual, isto é, uma temporalidade lógica diferente daquela construída e posta objetivamente pelo autor na e pela *lexis*.” (Benoit, 2015, p. 181-182)

**7.** Benoit reafirma os fundamentos de seu método expostos na nota anterior: “Ao deixar como não pensada a temporalidade da lexis, ao pensá-la como meramente literária, ao elidir a sua materialidade, acreditamos que se alteraria a própria temporalidade conceitual da obra de Platão e de qualquer obra filosófica ou teórica” (Benoit, 2015, p. 175). Ainda sobre a importância de se prestar atenção no modo de exposição e na literalidade de qualquer obra teórica, ver também Benoit (1999).

**8.** No final do capítulo VIII, Marx sugere o caráter instintivo ou não totalmente consciente da luta da classe trabalhadora nos seus momentos iniciais: “assim o movimento de trabalhadores surgido instintivamente das próprias condições de produção, em ambos os lados do Atlântico [...]”. (Marx, 1996, p. 414)

**9.** Sobre as temporalidades “gênesis (a história conceitual de um saber, a história propriamente dita que envolve qualquer texto, e a história individual do autor) e *poiesis* (a ação de produzir uma obra, como o autor montou e desmontou diversas vezes o texto)”, vide Benoit (2015).

**10.** A transformação que o trabalho provoca no trabalhador já havia sido indicada por Marx no Capítulo V: “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 1996, p. 297). Sem considerar o movimento léxico, essa afirmação ganha um caráter meramente antropológico, como se Marx estivesse se referindo a uma natureza humana, o que lhe seria totalmente estranho, desde as *Teses sobre Feuerbach*. No interior da *lexis*, o Capítulo VIII ilumina o Capítulo V: ao trabalhar (atuar sobre a natureza) e lutar ao lado de seus colegas de classe, a natureza do trabalhador se modifica; inicialmente é individual, para depois ganhar um caráter de classe. Esse é um dos resultados da atenção dada ao desenvolvimento léxico: ao superar as formas mais simples, as formas mais complexas lhes aprofundam o significado.

**11.** Personagens do drama. Cabe ressaltar que é o próprio Marx quem se refere aos personagens de seu drama.

**12.** Assim afirma Marx no Capítulo II: “para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, *somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos*, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria” (Marx, 1996, p. 209; grifos adicionados).

**13.** “O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (Marx, 1996, p. 217).

**14.** Lembrando da advertência feita pelo próprio Marx, de que o grau de exploração pode não revelar plenamente a magnitude absoluta da exploração, podendo, inclusive, mistificar a *exploração excessiva*.

**15.** Por limitação de espaço não pudemos expor aqui as Seções V e VI.

**16.** Onde D é dinheiro, M é mercadoria, FT é força de trabalho, MP são os meios de produção, P é o processo de produção, M' a mercadoria contendo mais-valia e, finalmente, D' é o dinheiro contendo mais-valia.

**17.** No Capítulo V, Marx afirma: “trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou, como comprador, toda mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho” (Marx, 1996, p. 312). Corrêa e Carcanholo não percebem que, no Capítulo XXII, Marx refere-se, sempre de forma precisa, a essa afirmação do Capítulo V, negando-a, ao considerá-la mera aparência mistificadora: “o intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se, portanto, apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica” (Marx, 1996, p. 217, vol. II). A causa do equívoco de Corrêa e Carcanholo é simples: desatenção à lexis que, nesse caso, relaciona o Capítulo XXII ao V, negando no primeiro a afirmação feita no segundo.

**18.** “[...] mediante *Trade's Unions* etc., (os trabalhadores) procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas consequências daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe [...] a ‘sagrada’ lei da demanda e oferta” (Marx, 1996, p. 270, vol. II).

**19.** Vale lembrar que em grego antigo a noção de verdade é expressa na palavra *Alétheia*, que significa (*a* = negação + *lethe* = esquecimento), ou não-esquecimento.

**20.** Para Marx, todas as formas de fetichismo, sejam materiais (como as relações mercantis) ou espirituais (religião), somente poderão ser superadas depois de superado o modo de produção capitalista: “o reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado” (Marx, 1996, p. 205).

**21.** “De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária” (Marx, 1996, p. 381, vol. II)

**22.** Assim sustentam diversas vezes Corrêa e Carcanholo: “[...] ainda existem outros elementos para o contínuo debate a respeito da obra de Marx *para entender o capitalismo*” (p. 11); ou então: “a prioridade para Marx sempre foi do *objeto a ser entendido, o capitalismo* e, portanto, dever-se-ia respeitar suas características quando da tentativa de *procurar entendê-lo*, sob pena de deturpar, de saída, o objeto que se procura *entender*” (p. 14; grifos adicionados).

**23.** “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*”. (Marx, 1989; grifos adicionados).

**24.** Vale a pena observar a diferença do posicionamento humilde de Marx frente à classe trabalhadora e a atitude dos nossos críticos, que consideram um equívoco pretender formular qualquer tese a partir da argumentação dos trabalhadores.

HOYÊDO NUNES LINS

**ECONOMIA POLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS:  
NOVOS MOVIMENTOS E INQUIETAÇÕES EM ESCALA  
MUNDIAL**

Recebido em 27 de julho de 2015

Aprovado em 04 de fevereiro de 2016

# ECONOMIA POLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS: NOVOS MOVIMENTOS E INQUIETAÇÕES EM ESCALA MUNDIAL

## Resumo

A questão energética sempre influenciou as ações internacionais dos Estados Unidos, e sua importância cresceu nas últimas décadas. O Oriente Médio tem sido o grande foco, mas também países de Eurásia e África são implicados. São grandes, contudo, as dificuldades enfrentadas pelo país hegemônico nessas áreas, pelas turbulências políticas ou pela concorrência de Estados como Rússia e China. Assim, os Estados Unidos executam estratégia de redução da sua grande dependência energética externa, com resultados expressivos na produção interna em razão de importante avanço técnico. Têm sentido semelhante a reorientação das suas fontes de abastecimento externas para áreas mais próximas e seguras e o aumento do seu consumo de combustíveis renováveis. Pelo peso do país, esses movimentos poderão afetar o cenário energético mundial.

**Palavras-chave:** energia; economia política internacional; geopolítica.

**Classificação JEL:** F50, L71, Q40.

## HOYÊDO NUNES LINS

Professor do departamento de Economia e Relações Internacionais e dos programas de Pós-Graduação em Economia e em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## Abstract

Energy has always influenced the international initiatives of the United States, and that is the case mainly in the last decades. The Middle East has been the region chiefly concerned, but also states in Eurasia and Africa are strongly implicated. However the United States face



considerable problems in these regions, due to political turbulence or competition from countries like Russia and China. Therefore it has worked to reduce its big dependence on foreign energy, promoting technical developments that already allowed important results in domestic production. The same meaning pervades both the option for safer and nearby foreign sources and the sharp increase in renewable energy consumption. Considering the role played by the United States internationally, these movements could affect the world energy order.

**Keywords:** energy; international political economy; geopolitics.

## Introdução

Poucas abordagens sobre a economia ou a política mundial não aludem à importância dos recursos energéticos ou lhes sugeriram o caráter estratégico. A razão é simples: sendo a energia um domínio básico no capitalismo, o acesso a esses recursos é crucial para Estados e agentes econômicos. Tal entendimento motivou a elaboração deste artigo, que discute aspectos centrais da problemática energética em escala mundial nas primeiras décadas do século XXI. O foco principal é a situação do país que exerceu hegemonia durante o que Arrighi (1996) chamou

de “quarto ciclo sistêmico de acumulação”, os Estados Unidos da América.

Inicia-se falando das reservas mundiais de recursos energéticos, um procedimento inescapável na análise da geopolítica desses recursos: os países e regiões mais destacados tendem a canalizar o essencial das iniciativas internacionais em torno da energia. Na sequência, abordam-se problemas incidentes no governo de Bush (filho), salientando as investidas no Oriente Médio e na Eurásia, e examinam-se, em período que corresponde, grosso modo, à administração de Barack Obama, novos e importantes movimentos, sinalizadores de uma guinada na conduta energética dos EUA.

## Geografia das principais reservas, latitudes dos embates por energia

Uma única região do planeta concentra metade de todas as reservas comprovadas de petróleo e pouco mais de 40% das de gás natural: o Oriente Médio (Tabelas 1 e 2). Pertence a essa área o maior destaque individual em petróleo, a Arábia Saudita – com mais ou menos 18% do total mundial –, Irã, Iraque e Kuwait – exibindo em conjunto o equivalente a 1/4. Esses quatro países têm, portanto, o domínio sobre mais de 40% dos estoques dessa matéria prima. Fora do Oriente Médio, a Venezuela e o Canadá sobressaem

historicamente, e outros países, em diversas regiões, registram descobertas que lhes fizeram despontar rapidamente, como se observa no Cazaquistão.

Também em gás natural o Oriente Médio se destaca fortemente, mas nesse recurso a região é seguida de muito perto pela Eurásia. Juntas, as duas áreas possuem pouco menos de 3/4 das reservas mundiais. A Rússia tem a maior proeminência individual (1/4 do total), seguida de Irã e Qatar, os três totalizando bem mais da metade do agregado global. Um grande incremento teve lugar nos últimos anos nos Estados Unidos, no Turcomenistão, na Austrália e na China, e Venezuela, Nigéria e Argélia mantêm há anos uma posição de realce.

Essa geografia das reservas energéticas ajuda a explicar boa parte das ações internacionais protagonizadas nas últimas décadas por alguns dos mais influentes integrantes do sistema interestatal.

Os recursos energéticos, o petróleo à frente, há muito se destacam nas disputas internacionais envolvendo países e empresas. Isso é fato, sobretudo, com respeito aos Estados Unidos, cujas iniciativas externas quase sempre se mostraram fortemente influenciadas pelos interesses em torno de tais recursos. Foi assim, por exemplo, no começo dos anos 1990, com a chamada Guerra do Golfo, quando uma aliança militar capitaneada por aquele país combateu o Iraque. A preponderância desse fator cresceu ainda mais

**Tabela 1. Reservas comprovadas de petróleo – 2005-2013 (bilhões de barris)**

Regiões	2005	2007	2009	2011	2013
América do Norte	215,9	213,9	209,1	210,8	216,8
América Central e do Sul	100,6	102,8	122,7	237,1	325,9
Europa	17,6	15,8	13,7	12,1	12,0
Eurásia	77,8	98,9	98,9	98,9	118,9
Oriente Médio	729,3	739,2	746,0	725,9	802,2
África	100,8	114,1	117,1	123,6	127,7
Ásia e Oceania	36,3	33,4	34,0	40,2	45,4
<b>Mundo</b>	<b>1.278,4</b>	<b>1.318,0</b>	<b>1.341,4</b>	<b>1.475,7</b>	<b>1.648,9</b>

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em: <<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=57&aid=6&cid=regions&syid=2000&eyid=2013&unit=BB>>. Acesso em: 13/06/2015.

**Tabela 2. Reservas comprovadas de gás – 2005-2013 (trilhões de pés cúbicos)**

Regiões	2005	2007	2009	2011	2013
América do Norte	264,0	283,6	315,7	378,5	393,4
América Central e do Sul	250,5	240,7	266,5	268,5	268,9
Europa	194,0	180,3	169,1	153,8	145,5
Eurásia	1.952,6	2.014,8	1.993,8	2.164,8	2.177,8
Oriente Médio	2.522,1	2.566,0	2.591,6	2.686,4	2.823,2
África	477,0	485,8	495,1	518,5	514,8
Ásia e Oceania	386,4	419,6	430,5	537,6	521,5
<b>Mundo</b>	<b>6.046,6</b>	<b>6.190,9</b>	<b>6.262,4</b>	<b>6.708,2</b>	<b>6.845,2</b>

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em: <[http://www.eia.gov/cfapps/ipdb-project/iedindex3.cfm?tid=3&pid=3&aid=6&cid=regions&syid=2000&eyid=2013&unit=TCF](http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=3&pid=3&aid=6&cid=regions&syid=2000&eyid=2013&unit=TCF)>. Acesso em: 13/06/2015.

nos vinte anos seguintes, implicando especialmente o Oriente Médio, por razões evidentes.

Os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington, resultaram em ações particularmente agudas nessa região. A luta contra o terrorismo, ampliada e estendida ao Afeganistão com vistas à (frustrada durante anos) captura de Bin Laden, praticamente se fundiu com outras duas prioridades estadunidenses de forte sentido geopolítico: modernização da capacidade militar, para sustentar o alcance de territórios distantes, garantindo a supremacia no longo prazo, e acesso a fontes suplementares de petróleo, para atender o grande e crescente consumo do país, em contexto – presente até poucos anos atrás – de

baixas reservas domésticas e forte dependência externa.

As duas últimas urgências se entrelaçaram porque muitas das reservas energéticas comprovadas e das rotas de transporte desses recursos estão em áreas conflituosas. (Klare, 2001) Objetivos energéticos e militares articularam-se fortemente nesse país, pelo menos desde o início da década de 2000, porque nenhuma política destinada a promover o acesso a essas reservas, localizadas em regiões com permanente instabilidade, seria plausível e realista sem que os Estados Unidos se revelassem capazes de projetar sobre elas o seu poderio militar. (Klare, 2002) Observe-se que nesses ambientes, ademais, instalaram-se ou expandiram-se

sentimentos antiamericanos em resposta ao desenho da política externa dos Estados Unidos durante o governo Bush (filho), desdobrado entre 2001 e 2009. (Naïr, 2003)

Na mesma perspectiva deve ser considerada a guerra ao Iraque em 2003, liderada pelos Estados Unidos e seguida de uma longa ocupação. Diferentes observadores convergiram no entendimento de que o objetivo principal do governo estadunidense era controlar uma importante fração das reservas mundiais de recursos energéticos. Essa investida ganhou em significado também pelos problemas surgidos nas relações dos Estados Unidos com a Arábia Saudita, até 2013 o maior produtor individual de petróleo e detentor das maiores reservas (sendo ultrapassado pelo primeiro país por razões abordadas posteriormente). Premido por crescentes dificuldades internas, o governo saudita passou a fazer alianças econômicas e políticas com países antagonizados pelos Estados Unidos, sendo o Irã a melhor ilustração. (Klare, 2003)

Assinale-se que ações militares contra o Iraque eram propostas nos Estados Unidos mesmo antes do início do governo de Bush (filho). Nos anos 1990, empresas chinesas, francesas, italianas e russas haviam iniciado acordos de exploração de petróleo com o Iraque, o que fez crescer a disposição estadunidense pela “contenção”: tem sentido a ideia de que “Um dos maiores objetivos da [...] invasão dos Estados Unidos [...] [foi] tornar nulos esses acordos” (Research...,

2003, p. 47). Falando em “petroimperialismo”, Jhaveri (2004) considera que a guerra ao Iraque foi precipitada pelos avanços nesses acordos de exploração.

Também a Eurásia sobressai na geopolítica da energia, em particular o Cáucaso e a Ásia Central, graças à presença de reservas de petróleo e (notadamente) gás que fazem a bacia do Mar Cáspio cintilar mundialmente. Sua localização agrega complexidade ao quadro regional, cujos países, antes pertencentes à extinta União Soviética, interligam a Europa e a Ásia, ou a Cristandade e o Islã. Alguns vizinhos encontram-se em busca de reafirmação mundial (Rússia), emergem como poder global (China) ou irradiam fundamentalismos religiosos e belicistas (Afeganistão, Irã).

É significativo o caráter mediterrânico desses recursos energéticos, encravados e dependentes de estruturas para escoamento, que incluem dutos, portos e ferrovias. Por envolverem vários territórios nacionais, os traçados dos dutos, principalmente, representam problema que chama a atenção de influentes atores das relações internacionais e de concorrentes, que procuram ampliar e intensificar a sua presença e desenvolvimento na área.

Um problema maior é que a Rússia exibe forte influência regional e exerce controle sobre rotas de exportação, o que é considerado um risco por empresas e países ocidentais. Tendo em

vista que o Cáucaso e a Ásia Central permitem interligar fontes locais de recursos energéticos e mares abertos, ao largo tanto da Rússia como do Irã, a região significa para o Ocidente, para os Estados Unidos em primeiro lugar, tanto acesso a esses recursos quanto espaço de “contenção” do predomínio russo. (Radvanyi & Rekacewicz, 2000)

É fato que o Irã e sua influência regional igualmente suscitaram ações estadunidenses, ilustradas por pressões para impedir que dutos para escoar petróleo desde o Mar Cáspio passassem por aquele país. (Of Politics..., 1999) O principal embate, todavia, implica a Rússia, entre cujos objetivos básicos figura a tentativa de evitar a formação de um corredor eurasiático à feição dos interesses ocidentais.

Essa conduta do governo russo não surpreende, pois o peso do setor energético na economia desse país não autoriza descuido sobre o assunto, um entendimento doméstico evidenciado pela busca de uma atuação regional renovada mediante parcerias com China, Índia e Irã. (La Gorce, 2001) Registre-se que as ações russas têm frutificado, pois empresas como a Lukoil engajaram-se, com exclusividade de acesso, no desenvolvimento de campos principalmente de gás na região do Cáspio (Kramer, 2007), espelhando a intenção de reverter uma conduta defensiva perante as investidas ocidentais. (Genté, 2007)

Outro ingrediente de grande importância na questão eurasiática é o papel da China, país que, como salientou Frank (2001, p. 103), “[...] quer petróleo, especialmente do Cazaquistão, fluindo na direção leste para atender suas crescentes necessidades”, impostas por um vigoroso desempenho econômico. É verdade que a China preenche muito de suas necessidades energéticas no Golfo Pérsico, mas interessa-lhe diversificar as fontes, no que também a África ganha em importância. (Carmody & Owusu, 2007)

A grande influência das urgências energéticas na política chinesa – conforme reconhecido por Zweig e Jianhai (2005), entre outros – tem produzido resultados. São ilustrações os novos trajetos estruturados para transportar petróleo e gás, em rotas pelo leste da Sibéria (Kandiyoti, 2005) ou em gasodutos submarinos envolvendo Cingapura, Indonésia e Tailândia (PIPE..., 2001).

Assinale-se também que a proeminência geopolítica do Cáucaso e da Ásia Central só fez crescer com o relevo adquirido pela região nas opções chinesas sobre energia. Ao mesmo tempo, o Estado chinês parece ter galvanizado o seu entendimento de que tende a se fortalecer a condição da Eurásia como importante teatro de colisões entre grandes interesses internacionais. Desde os anos 1990, o desenho da política externa chinesa expressa a percepção de que o futuro da área será afetado por esses embates (The Road..., 1999), não sendo menos pertinente

dizer que a conduta chinesa ajuda, ela própria, a moldar a questão eurásiana.

### **Aumento dos desafios no front energético na segunda metade dos anos 2000**

Nos anos 1990, o Oriente Médio tornou-se o principal foco das ações internacionais dos Estados Unidos, assim permanecendo por longo tempo. O fim da Guerra Fria teve influência, fazendo a região sobressair entre os alvos prioritários, mas foi a questão energética que, de fato, motivou a concentração de tropas estadunidenses naquela região (atingindo Afeganistão, Iraque, Líbia, Chade) com progressividade nunca vista desde a II Guerra Mundial. (Gresh, 2008)

É significativo que, logo depois do seu início, a ocupação do Iraque tenha propiciado contratos sem concorrência para que grandes empresas ocidentais extraíssem petróleo nesse país. Junto com *advisors* estadunidenses, Exxon Mobil, Shell, Total e British Petroleum ajudavam o Ministério do Petróleo do Iraque em consultorias e treinamentos, situação que levou o país a prescindir da concorrência internacional posteriormente. Tais companhias voltavam ao Iraque três décadas após a perda de suas concessões, que ocorreu durante governo em que Saddam Hussein foi vice-presidente, no início dos anos 1970. (Kramer, 2008)

O interesse na energia também explica a criação de um comando militar dos Estados Unidos para a África no começo de 2007: o *Africa Command* ou *Africom*. A iniciativa representou mudança de status desse continente na política externa daquele país, que durante a Guerra Fria, e mesmo depois, nunca protagonizou medida semelhante. O motivo é que a África avultou na política de segurança nacional dos Estados Unidos, um processo indissociável da questão energética, segundo declarações do governo Bush (filho) sobre o caráter estratégico do acesso estadunidense às fontes africanas de petróleo em contexto de guerra ao terrorismo global. (Volman, 2008) O aumento já em 2008 dos recursos destinados ao *Africom* é eloquente sobre a importância atribuída a tais fontes.

Mas não são poucas as dificuldades do Ocidente, dos EUA em particular, na tentativa de avançar em segurança energética seja no Iraque – a rigor, no Oriente Médio como um todo –, na Ásia Central ou no Cáucaso, e também na África, de um modo geral.

No Iraque, as grandes limitações em infraestrutura, recursos humanos e segurança são agravadas por fatores de natureza política que representam risco permanente à estabilidade, como destaca O'Sullivan (2011). O desemprego e a carência de serviços públicos, sobretudo no setor elétrico, nutrem protestos populares que

põem continuamente sob ameaça as instituições do país.

Problemas de partilha do poder no âmbito do Estado dificultam ainda mais a situação, cuja complexidade é especialmente intensificada pelas grandes diferenças políticas existentes, manifestadas até quanto ao uso dos recursos energéticos (grupos nacionalistas contestaram os convites às empresas internacionais mencionados anteriormente). A própria natureza do Estado (federado ou mais centralizado) é objeto de desacordo, uma questão que afeta o setor energético, como indicam as tensões entre Bagdá e o Governo Regional Curdo sobre a divisão das receitas do petróleo entre governo central, regiões e províncias.

Também os vínculos do Iraque com países vizinhos sinalizam problemas. Para ser escoado, o petróleo iraquiano precisa das estruturas que atravessam os territórios de outros países. O Kuwait, um corredor quase natural devido à geografia, representaria um obstáculo certo haja vista o histórico das relações bilaterais. Além disso, credor do Iraque, o Kuwait poderia confiscar o petróleo de passagem para abater a dívida do primeiro, algo que outros países credores também poderiam fazer.

Numa perspectiva mais ampla, os desdobramentos da Primavera Árabe adicionam incerteza sobre o futuro da região, em particular quanto às possibilidades do setor energético.

Como foi amplamente divulgado, a autoimolação de um vendedor ambulante tunisiano em dezembro de 2010, em protesto contra o governo, desencadeou onda de revoltas que varreu vários países do Oriente Médio e Norte da África. Egito, Iêmen, Líbia e Tunísia registraram derrubadas de governos, e muitos outros foram afetados – a Síria convivendo até hoje com uma verdadeira guerra civil. Novas ameaças se configuram, como a representada pelo chamado Estado Islâmico, e, nesse quadro, governos se apressam em atender demandas populares, com ações exigentes de recursos cuja fonte principal tende a ser, na maioria, a venda de petróleo e gás.

Com tais pressões, o assédio da Rússia, que tentou estabelecer coalizões (*cartéis*, em postura *rent-seeking*) com Arábia Saudita (em petróleo) e Qatar (em gás), pode acabar vencendo resistências historicamente garantidas pelas relações desses países com os Estados Unidos no esquema “segurança em troca de óleo” (Fang, Jaffe e Temzelides, 2012). Essa hipótese não está afastada também para outros países da região, autorizando a consideração de que, se a lógica econômica suplantar a (até agora prevalente) lógica geopolítica, os mercados energéticos sofrerão forte impacto e os Estados Unidos deparar-se-ão com o agravamento das adversidades que já vivenciam na área, tendo em vista a contração do espaço para a sua influência e suas políticas.

A Ásia Central e o Cáucaso, notadamente a área do Mar Cáspio, não acenam com desafios menores. Cabe destacar o grande interesse internacional pela região, como se falou, diverso nas suas origens (Rússia e China destacando-se como fontes não ocidentais) e expressões (vínculos produtivos e financeiros, acordos, interferências sobre infraestruturas), e em parte reflexo do que o território significa como possível alívio energético perante a instabilidade no Oriente Médio, sobretudo no Golfo Pérsico.

Agrava a complexidade local o fortalecimento da presença política e militar russa. É eloquente o episódio de 2008, quando a Geórgia, acreditando no apoio ocidental, invadiu a Ossétia do Sul, território étnico não georgiano que se declarara independente em 1990 com o reconhecimento da Rússia. A reação militar desta foi imediata, pondo fim à ofensiva da Geórgia no que Wallerstein (2008) chamou de “miniguerra no Cáucaso”.

Mas a proeminência russa repercute de modo mais amplo. No especialmente rigoroso inverno de 2008-2009, disputa sobre preços de combustíveis entre Rússia e Ucrânia – sendo a primeira a origem do gás necessitado pela segunda, e esta, área de passagem para as vendas russas à Europa – resultou em inédita interrupção do fornecimento para numerosos países europeus, que padeceram para assegurar aquecimento e iluminação. (Pan, 2009)

Na África, as inquietações dos Estados Unidos devem muito à crescente investida chinesa sobre recursos principalmente energéticos, ampliando a influência econômica e política da China nesse continente. (Klare, 2008) Segundo Fiori (2007), a principal preocupação dos Estados Unidos com relação à África na atualidade refere-se à concorrência em torno do acesso às reservas petrolíferas, para além da contenção dos movimentos islâmicos e do combate aos terroristas nas áreas implicadas.

A mencionada criação do Africom, no fim da gestão Bush (filho), seria um reflexo desse desassossego. (Volman, 2008) Motivos para tanto não parecem faltar: para Fiori (2007, p. 99), a África vive um “[...] verdadeiro ‘desembarque econômico’, liderado por empresas estatais [da China e da Índia, transformando] [...] a África Subsaariana [...] numa nova fronteira de expansão econômica e política [...] nas primeiras décadas do século XXI”.

Assinale-se que a China repete na África Subsaariana o tipo de ofensiva que adota historicamente no Golfo Pérsico. No que parece constituir uma transição duradoura, os produtores do Golfo passaram a enviar mais petróleo àquele país do que aos Estados Unidos, uma reorientação que diz muito sobre o quanto a expansão econômica chinesa representa de mudança no mercado e na geopolítica do petróleo. (Mouawad, 2010) Assim, na renhida disputa



por territórios africanos detentores de reservas importantes de recursos energéticos, travada nos últimos anos principalmente por Estados Unidos e China, a África Subsaariana passou a integrar uma geografia em que já se destacavam o Golfo Pérsico e a região do Cáucaso e da Ásia Central.

A alta tensão do embate entre os Estados Unidos e a China com respeito à energia é salientada na abordagem de Klare (2011) sobre as ações do governo Obama na região Ásia e Oceania. O aumento da presença militar estadunidense nos últimos anos, tendo como pano de fundo a destinação de volumosos recursos para ampliar sua capacidade, sobretudo naval (incluindo armas e bases no exterior), conforme Klare (2008), refletiria o modo como o país hegemônico percebe a ascensão econômica (e política) chinesa e avalia as correspondentes necessidades energéticas.

A exigência de importação, crescente devido à expansão econômica, amplia a dependência da China por rotas (não só) marítimas, sem as quais fração importante do seu abastecimento energético ficaria comprometida. As recentes iniciativas dos Estados Unidos na região Ásia e Oceania podem ser interpretadas como tentativa de controlar o Mar do Sul da China, um corredor prioritário no trajeto do comércio exterior chinês.

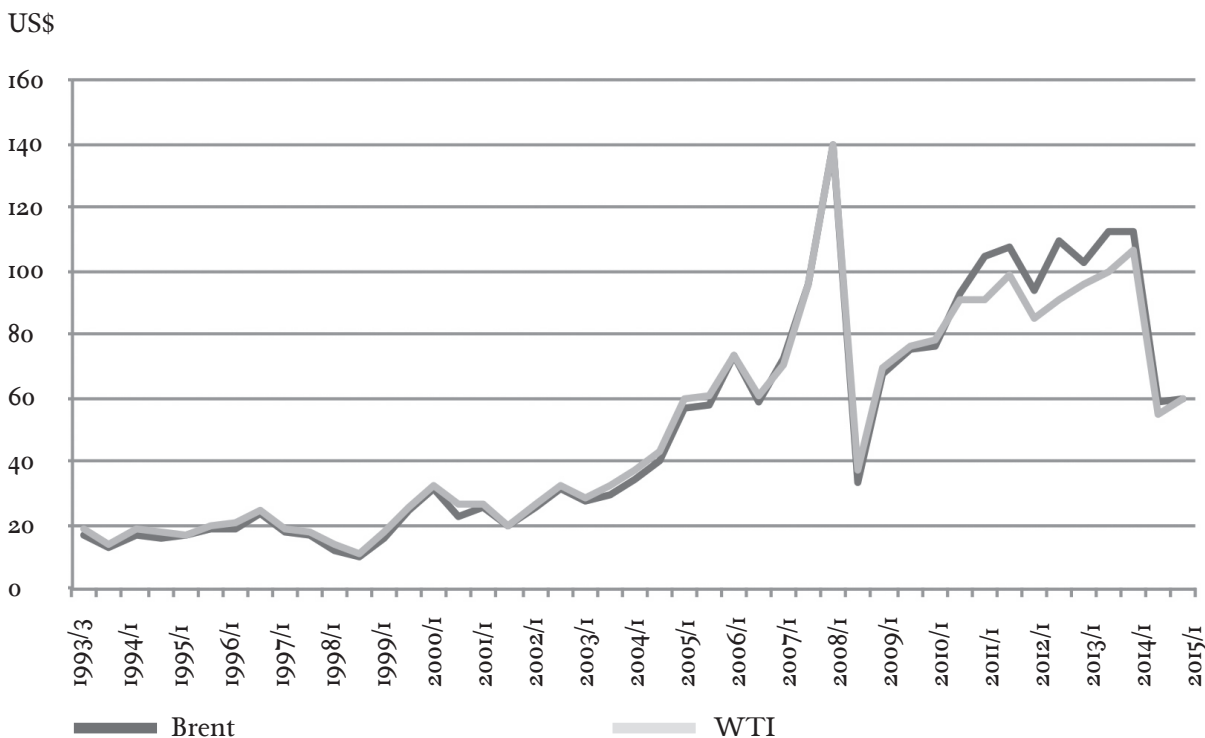
Esse tipo de situação não permite descartar a possibilidade de resposta chinesa para proteger suas linhas de transporte de petróleo, uma circunstância apta a deflagrar ou nutrir uma “[...] genuína corrida armamentista na Ásia ao estilo Guerra Fria” (Klare, 2011, s/p), de consequências imprevisíveis. Cabe assinalar que os Estados Unidos têm acusado a China de ambiguidade quanto aos investimentos militares, ao que esta retruca apontando o caráter defensivo das suas atitudes nesse âmbito. (Wines, 2011) Seja como for, Florini e Sovacool (2011, p. 59) têm razão quando dizem que “Ressurgem agora temores de que a competição interestatal por recursos energéticos poderia se tornar conflituosa, mesmo violenta.”

Tudo isso afeta as expectativas sobre o sistema energético mundial, gerando ainda mais incertezas e agravando as preocupações em governantes e outras lideranças. Provoca apreensão o próprio comportamento dos preços, não raramente de difícil compreensão à primeira vista. O preço do petróleo (por barril) alcançou os níveis de US\$ 126 (petróleo Brent, vendido em Londres) e US\$ 113 (petróleo *West Texas Intermediate* – WTI, negociado em Nova York) em abril de 2011. Esse foi o segundo maior pico em vinte anos, tendo o primeiro ocorrido em julho de 2008, com quase US\$ 144 no Brent e praticamente US\$ 145 no WTI, como se observa

na Figura 1. Ora, o segundo pico teve lugar no calor da presente crise financeira e econômica mundial, após uma brusca e forte queda no segundo semestre de 2008 e o retorno ao crescimento já no começo de 2009, numa volatilidade inquietante.

Talvez a grande demanda de consumidores como China e Índia tenha compensado os efeitos dessa crise. Mas, para Roubini (2012), a explicação residiria muito mais em algo como “ágio por medo”, ligado às tensões geopolíticas em escala de Oriente Médio (na esteira da Primavera Árabe).

**Figura 1. Movimento semestral do preço do petróleo Brent e West Texas Intermediate (WTI): 1993-2015 (US\$ 1,00 por barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Energy Information Administration (EIA); preços Brent: <<http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RBRTE&f=D>>; preços WTI: <<http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RWTTC&f=D>>. Acesso em 03/07/2015

Obs.: no primeiro semestre, o preço corresponde à última sexta-feira de junho; no segundo, à última sexta-feira de dezembro (em casos de feriado, usou-se a cotação do dia imediatamente anterior).

Cabe, sobretudo, considerar as expectativas sobre um possível conflito militar entre Israel e Irã: o primeiro ameaça atacar instalações nucleares do segundo, e a resposta deste, com o bloqueio do Estreito de Ormuz, por exemplo – passagem diária para grandes quantidades de petróleo para o mundo todo –, agravaria perigosamente as tensões no Golfo Pérsico. Assim, “[...] governos em quase todas as grandes nações consumidoras estão agora cercados por dúvidas sobre sua segurança energética, como em nenhum momento desde as crises do petróleo nos anos 1970” (Victor & Yueh, 2010, p. 61).

O mergulho dos preços no segundo semestre de 2014, levando-os no primeiro trimestre de 2015 a níveis inferiores a US\$ 50 por barril – uma barreira que nos últimos anos fora ultrapassada somente durante a forte contração no consumo do final de 2008, quando o preço do Brent atingiu cerca de US\$ 34 e o do WTI, de US\$ 33 –, só faz adicionar dúvidas. Esse quadro, que afeta a viabilidade da extração em diversas reservas de petróleo e repercute no valor das ações de empresas petrolíferas mundo afora, deve ser considerado à luz de movimentos muito recentes – mas sinalizadores de uma situação que haverá de perdurar longamente – no cenário energético internacional.

## **Novos movimentos dos Estados Unidos no setor energético**

No contexto de hesitações e insegurança dos últimos anos, os Estados Unidos desencadearam um movimento impregnado de sentido estratégico. No preâmbulo do *Blueprint for a Secure Energy Future*, divulgado em março de 2011 – quando os preços do petróleo avançavam para exceder amplamente o nível de US\$ 120 por barril –, o governo Obama assim se pronunciou sobre os termos que norteariam as suas ações com respeito à energia:

A demanda por petróleo em países como China e Índia só faz crescer, e [...] o preço do petróleo continuará a aumentar. Essa é a razão pela qual necessitamos nos tornar mais seguros e controlar nosso futuro energético, mediante a mobilização de todos os recursos que temos disponíveis e adotando um diferente portfólio energético. (Blueprint..., 2011, p. 3).

O eixo dessa política é duplo: “[...] produção de mais petróleo domesticamente e redução da nossa dependência do petróleo pelo aumento da produção de gás natural e biocombustíveis e [...] da eficiência energética.” (*ibidem*). Resultados nessa direção podiam ser observados, a rigor, desde meados da década de 2000: a tendência ascendente da dependência dos Estados Unidos em relação a fornecimentos externos de combustíveis, mantida por décadas, foi estancada e revertida. Mas foi nos últimos anos que

a participação das importações líquidas no consumo de petróleo caiu de modo realmente considerável, com projeções que indicam continuidade do declínio. (U.S..., 2013a)

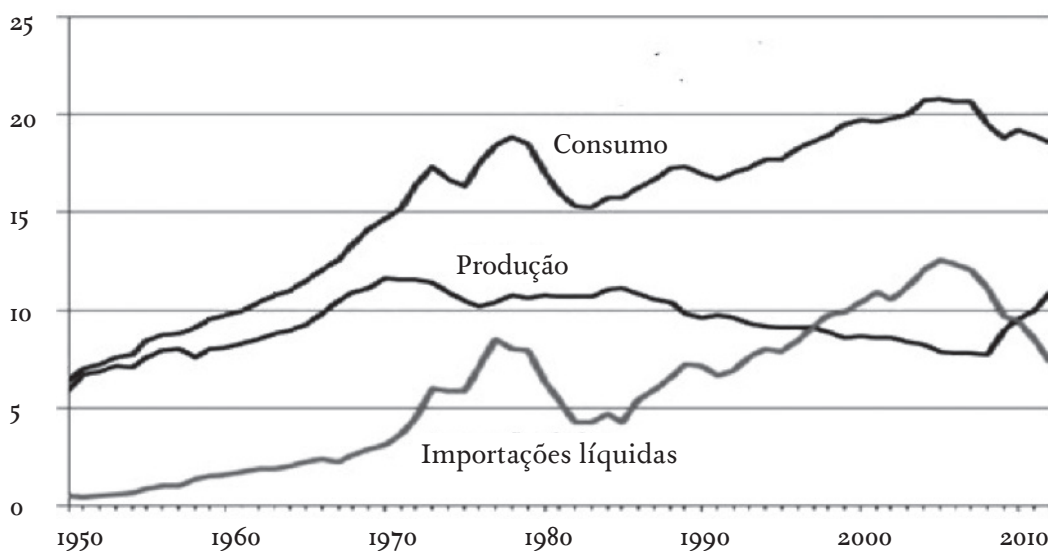
A reversão das importações líquidas de petróleo, mostrada na Figura 2, foi simultânea à queda do consumo desse recurso e ao aumento da sua produção interna. O crescimento da produção resultou de desenvolvimento técnico e de comportamento dos preços que, na segunda metade dos anos 2000, viabilizaram o uso de tecnologia (*fracking technology*) apropriada para perfurar horizontalmente rochas *shale* (xisto), formadas por grãos muito finos e repletos de óleo leve e gás. A fratura (hidráulica) dessas rochas, existentes no subsolo de estados como

Virgínia Ocidental, Pensilvânia, Texas, Arkansas e Luisiana, tem proporcionado grandes volumes de petróleo e, principalmente, de gás. A escalada subjaz à ultrapassagem da Arábia Saudita pelos Estados Unidos, já em 2013, na condição de primeiro produtor mundial de petróleo: naquele ano, enquanto a primeira permanecia no patamar de 11,7 milhões de barris diários, o segundo passou de um nível inferior para o de 12,3 milhões, com outro salto (de 13%) em 2014.<sup>1</sup>

O entusiasmo foi tanto, que expressões como “revolução do xisto” e “nova energia americana” passaram a frequentar os discursos em vários meios. Klare (2013) chegou a associar o petróleo e o gás ligados ao xisto ao que considerou ser

**Figura 2. Estados Unidos: consumo, produção e importação de petróleo (1950-2012)**

Milhões de barris diários



Fonte: adaptado de U.S. Energy (2013b) pelo autor.

uma nova era em termos de combustíveis, a dos recursos energéticos “não convencionais”. Contudo, a expectativa manifestada nessa retórica, de que os Estados Unidos terão abundância energética por décadas, poderá ser dramaticamente frustrada, a julgar por estimativas realizadas no âmbito de pesquisas muito recentes, conforme assinalado por Inmam (2014). Seja como for, as realizações em torno da energia ligada ao xisto exibem grande importância, já que

[...] os avanços em petróleo de difícil extração [*tight oil*] contribuirão para reverter mais de duas décadas de reservas de petróleo geralmente declinantes nos Estados Unidos. Tanto para petróleo como para gás natural, esses aumentos nas reservas comprovadas representam um papel cada vez maior dos hidrocarbonetos domesticamente produzidos no atendimento às demandas energéticas correntes e projetadas dos Estados Unidos. (U.S..., 2012, s/p)

Além de redução das importações líquidas, houve reorientação das fontes externas para territórios situados no que a *Energy Information Administration* (EIA), do *Department of Energy* daquele país, chama de “hemisfério ocidental”: Américas do Norte, do Sul e Central, assim como o Caribe (U.S..., 2013b). Em sintonia com o propósito estadunidense de minimizar a dependência energética, sobretudo em relação ao Oriente Médio, e de transferir o grosso do seu abastecimento externo para ambientes mais seguros, o Golfo Pérsico não representou origem

de mais de 1/5 dos barris de petróleo cru importados pelos Estados Unidos em 2013, o dado mais recente da EIA (U.S..., 2015), em retração desde pelo menos 2012, quando a proporção atingiu 29% (U.S..., 2013b). Arábia Saudita, a maior fonte naquela região, participou com somente 13,5% em 2013.

A importância atribuída pelos Estados Unidos ao “hemisfério ocidental” tem expressiva tradução no fato de Canadá e México, juntos – o adjacente espaço do NAFTA, portanto –, terem originado 41% daquelas importações. O Canadá sozinho representou pouco menos de 1/3. A Venezuela, a terceira maior fonte na América Latina, participou com 8%.

Sobre a diversificação da matriz energética rumo à maior presença de combustíveis renováveis, os Estados Unidos não só se mantiveram na condição de grandes consumidores de biocombustíveis, como ampliaram consideravelmente o seu uso. A quantidade consumida cresceu mais de oito vezes entre 2000 e 2012, passando o país a representar 48% da utilização mundial (contra 36% em 2001), conforme dados da U.S. Energy Information Administration<sup>2</sup>, não obstante uma enorme expansão na Europa Ocidental (Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália, Suécia, Reino Unido). De todo modo, pertence à China a liderança planetária nos investimentos em energias renováveis no período recente. (Bradsher, 2010; Perkowski, 2012)

Essas iniciativas dos Estados Unidos, com resultados que ganharam em magnitude nos últimos anos, devem ser associadas ao entendimento das suas lideranças sobre a presente posição desse país no sistema mundial. Documento publicado no final de 2012 pelo *National Intelligence Council*, cuja função é, além de fornecer *expertise* em assuntos de inteligência, contribuir nas interações entre as esferas da inteligência e da política naquele país, apresentou o seguinte diagnóstico:

[...] o declínio relativo dos Estados Unidos (e do Ocidente) vis-à-vis Estados em ascensão é inevitável [...]. [...] com o rápido ascenso de outros países, o “momento unipolar” chegou ao fim e a *Pax Americana* – a era de ascendência americana na política internacional que começou em 1945 – está rapidamente se dissolvendo. (National..., 2012, p. x).

As adversidades impostas por uma estrutura mundial multipolar, pelo ônus de ações executadas após os eventos de 11 de setembro de 2001 e pelas incertezas e reverses vivenciados em regiões mundiais com grandes reservas de recursos energéticos, provocaram nos EUA uma “fuga para frente”, basicamente centrada na internalização da cobertura de grande parte de suas necessidades energéticas e na promoção de mudanças na respectiva matriz. “Fuga para frente”, vale esclarecer, no sentido empregado por Fiori (2007, p. 86), como iniciativa de redefinição, pelo país, em conjuntura desfavorável,

do “[...] seu projeto internacional, para manter sua dianteira, na corrida pelo poder e pela riqueza, dentro do sistema mundial”.

Pertence a esse domínio de aspirações e iniciativas o interesse em comandar mundialmente o segmento de energias não poluentes: “Liderar o mundo em energia limpa é crítico para o fortalecimento da economia americana e o triunfo no futuro” (Blueprint..., 2011, p. 4). O *boom* na produção estadunidense de gás natural a partir do xisto é compatível com essa avaliação, já que esse recurso emitiria até 40% menos carbono do que o carvão, por exemplo (Blackwill & O’Sullivan, 2014). Eis aí um importante aspecto geopolítico da “revolução do xisto” ou da “nova energia americana”, que está longe, todavia, de ser o único.

De fato, a redução das importações estadunidenses de petróleo impõe a vários países produtores uma reorientação nas vendas – já afetadas pelo grande consumo chinês – que se reflete na geografia do comércio mundial desse recurso. E a pressão de baixa nos preços, fruto do forte aumento na produção, haverá de prejudicar os países cujas economias dependem em demasia do setor energético, ameaçando-lhes com desestabilização política. A Rússia e as monarquias do Golfo Pérsico são candidatas prováveis ao enfrentamento de tais problemas.

Pode ser lido (também) pelo ângulo geopolítico o recente (maio de 2014) acordo entre Rússia e

China, para duradouro fornecimento de gás à segunda por um país que, devido às suas tensas relações com o Ocidente na atualidade, necessita diversificar seus mercados (Perlez, 2014). O mesmo cabe para a manutenção, pela Arábia Saudita, de uma alta produção de petróleo em contexto de queda livre do preço desse recurso desde o segundo semestre de 2014, numa confessada estratégia para solapar a lucratividade dos produtores de petróleo de xisto nos Estados Unidos (Lawler, Bakr e Zhdannikov, 2014). Representando essa decisão um verdadeiro flagelo para países como Irã e Venezuela, a Arábia Saudita “[...] parece preparada para uma guerra de preços para bloquear a concorrência da produção de petróleo extraído do xisto dos Estados Unidos [...], que requer preços de pelo menos US\$ 80 por barril” (Maxwell, 2015, p. A2).

### **Considerações finais**

O século XXI praticamente não alterou a agenda internacional do século anterior em relação aos recursos energéticos. Ao contrário, reafirmou-a no que tais recursos tinham de importância estratégica e de centralidade em embates de intensidades, características e abrangências variadas. Com sucessivas crises, em trajetória marcada pela volatilidade, e com funcionamento pontilhado de interações complexas e diversificadas, o setor de petróleo, principalmente, permanece no epicentro da questão energética e das suas ressonâncias.

Essa agenda norteou especialmente as ações dos Estados Unidos desde a virada do século. O artigo abordou aspectos importantes dessas iniciativas, até a recente providência de repatriamento e deslocamento de fração crescente do seu abastecimento em energia para áreas de maior ascendência estadunidense, ao lado de um progressivo consumo de energia renovável. Esse movimento tem a forma de uma guinada estratégica, materializada igualmente na ascensão dos Estados Unidos ao posto de maior produtor mundial de petróleo – ultrapassando, como assinalado, a Arábia Saudita em 2013 por conta da extração do xisto –, e acena com repercussões agudas no cenário mundial da energia. Na atualidade, só no âmbito da hipótese pode-se cogitar sobre o perfil e a intensidade desses reflexos.

De toda maneira, há importantes processos em curso, seja ao ritmo da movimentação das placas tectônicas, falando-se metaforicamente, ou exibindo decisões e rearranjos mais bruscos e ruidosos. Que mudanças estão sendo, de fato, gestadas na geoeconomia e na geopolítica dos recursos energéticos em escala mundial, e quais as suas possíveis implicações? Eis uma indagação inescapável para quem se interessa por questões de economia política internacional nessa aurora do século XXI.

## Bibliografia

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BLUEPRINT for a Secure Energy Future. Washington: The White House, Mar. 30, 2011. Obtido em: <[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/blueprint\\_secure\\_energy\\_future.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/blueprint_secure_energy_future.pdf)>. Acesso em: jul. 2013.

BLACKWILL, R. D. & O'SULLIVAN, M. L. "America's energy edge: the geopolitical consequences of the shale revolution", *Foreign Affairs*, v. 23, n. 2, Mar./Apr. 2014. Obtido em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/140750/robert-d-blackwill-and-meghan-l-osullivan/americas-energy-edge>>. Acesso em: jan. 2015.

BRADSHAW, K. China leading global race to make clean energy, *The New York Times*, 30 Jan. 2010. Obtido em: <[http://www.nytimes.com/2010/01/31/business/energy-environment/3renew.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2010/01/31/business/energy-environment/3renew.html?pagewanted=all&_r=0)>. Acesso em: jan. 2015.

CARMODY, P. R. & OWUSU, F. Y. Competing hegemon? "Chinese versus American geo-economic strategies in Africa", *Political Geography*, v. 26, p. 504-524, 2007.

FANG, S., JAFFE, A. M. & TEMZELIDES, T. *New alignments? The geopolitics of gas and oil cartels and the changing Middle East*. Houston: Rice University, James A. Baker III Institute for Public Policy, jan. 2012.

FIORI, J. L. "A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul", *OIKOS*, n. 8, ano VI, p. 77-106, 2007.

FLORINI, A. & SOVACOO, B. K. "Bridging the gaps in global energy governance", *Global Governance*, v. 17, p. 57-74, 2011.

FRANK, A. G. "Caspian Sea oil – still the great game for Central Eurasia", *Journal of World-Systems Research*, v. VII, n. 1, p. 101-108, spr. 2001.

GENTÉ, R. "Du Caucase à l'Asie centrale, 'grand jeu' autour du pétrole et du gaz", *Le Monde Diplomatique*, n. 639, p. 18-19, juin 2007.

GRESH, A. "A l'aube d'un siècle postaméricain", *Le Monde diplomatique*, n. 656, p. 16-17, nov. 2008.

INMAN, M. "The fracking fallacy", *Nature*, v. 516, p. 28-30, 4 Dec. 2014.

JHAVERY, N. J. "Petroimperialism: US oil interests and the Iraq war", *Antipode*, v. 36, n. 1, p. 2-11, jan. 2004.

KANDIYOTI, R. "De nouvelles routes pour le pétrole et le gaz", *Le Monde Diplomatique*, n. 614, p. 8, mai 2005.

KLARE, M. T. "The new geography of conflict", *Foreign Affairs*, v. 80, n. 3, p. 49-61, 2001.

\_\_\_\_\_. "Les vrais desseins de M. George Bush", *Le Monde Diplomatique*, n. 584, p. 1, 16-17, nov. 2002.

\_\_\_\_\_. "The coming war with Iraq: deciphering the Bush Administration's motives", *Foreign Policy in Focus*, p. 1-6, jan. 2003.

\_\_\_\_\_. "The new geopolitics of energy", *The Nation*, may 19th 2008. Obtido em: <<http://www.thenation.com/article/new-geopolitics-energy>>. Acesso em: 26 mar., 2015.

\_\_\_\_\_. "Playing with fire: Obama's risky oil threat to China", *TomDispatch*, dec. 6, 2011. Obtido em: <[www.tomdispatch.com/dialogs/print/?id=175476](http://www.tomdispatch.com/dialogs/print/?id=175476)>. Acesso em: 25 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *The race for what's left: the global scramble for the world's last resources*. New York: Picador, 2013.

KRAMER, A. E. "Central Asia on front line in energy battle", *The New York Times*, s/p, Dec. 20th 2007. Obtido em: <[http://www.nytimes.com/2007/12/20/business/worldbusiness/20gas.html?pagewanted=print&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2007/12/20/business/worldbusiness/20gas.html?pagewanted=print&_r=0)>. Acesso em: dez. 2007.

\_\_\_\_\_. "Deals with Iraq are set to bring oil giants back", *The New York Times*, s/p, June 19th 2008. Obtido em: <[http://www.nytimes.com/2008/06/19/world/middleeast/19iraq.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2008/06/19/world/middleeast/19iraq.html?pagewanted=all&_r=0)>. Acesso em: jul. 2013.

LA GORCE, P.-M. "La Russie en quête d'un nouveau rôle", *Le Monde Diplomatique*, n. 566, p. 4-5, mai 2001.

LAWLER, A., BAKR, A. e ZHDANNIKOV, D. "Inside OPEC room, Naimi declares price war on U.S. shale oil", *Reuters*, 28 nov. 2014. Obtido em: <<http://www.reuters.com/article/2014/11/28/us-opec-meeting-shale-idUSKCN0JcGK20141128>>. Acesso em: jan. 2015.

MAXWELL, K. "Os mercados do petróleo", *Folha de S. Paulo*, p. A2, 8 jan. 2015.

MOUAWAD, J. "China's growth shifts the geopolitics of oil", *The New York Times*, s/d, mar. 19, 2010. Obtido em: <[http://www.nytimes.com/2010/03/20/business/energy-environment/20saudi.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2010/03/20/business/energy-environment/20saudi.html?pagewanted=all&_r=0)>. Acesso em: jul. 2013.

NAÏR, S. "Le monde selon Washington", *Le Monde Diplomatique*, n. 588, p. 14-15, mars 2003.

NATIONAL Intelligence Council. *Global trends 2030: alternative worlds*. Washington, DC: NIC, dec. 2012. Obtido em: <[www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends\\_2030.pdf](http://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends_2030.pdf)>. Acesso em: jul. 2013.

OF POLITICS and pipelines. *The Economist*, p. 4, July 10th 1999.



O'SULLIVAN, M. L. *Iraqi politics and implications for oil and energy*. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2011. (Geopolitics of Energy Project).

PAN, P. P. "Economy, politics stoke Russia-Ukraine gas quarrel", *The Washington Post*, p. A8, Jan. 8, 2009.

PERKOWSKI, J. "China leads the world in renewable energy investment", *Forbes*, 27 July 2012. Obtido em: <<http://www.forbes.com/sites/jackperkowski/2012/07/27/china-leads-the-world-in-renewable-energy-investment>>. Acesso em: jan. 2015.

PERLEZ, J. "China and Russia reach 30-year gas deal", *The New York Times*, 21 May 2014. Obtido em: <<http://www.nytimes.com/2014/05/22/world/asia/china-russia-gas-deal.html>>. Acesso em: jan. 2015.

PIPE dreams. *The Economist*, p. 60-61, Jan. 20th 2001.

RADVANYI, J. & REKACEWICZ, P. "Conflits caucasiens et bras de fer russo-américain", *Le Monde Diplomatique*, n. 559, p. 18-19, Oct. 2000.

RESEARCH UNIT FOR POLITICAL ECONOMY. Behind the war in Iraq. *Monthly Review*, v. 55, n. 1, p. 20-49, May 2003.

ROUBINI, N. "O petróleo assusta", *Folha de S. Paulo*, p. B12, 18 mar. 2012. (Mercado).

THE ROAD to 2050. *The Economist*, July 31st 1999. (A Survey of the New Geopolitics).

U.S. Energy Information Administration. *U.S. crude oil, natural gas, and NG liquids proved reserves*. Washington, DC: U.S. Department of Energy, Aug. 1, 2012. Obtido em: <<http://www.eia.gov/naturalgas/crudeoilreserves/>>. Acesso em: jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Annual energy outlook 2013. *With projections to 2040*. Washington, DC: U.S. Department of Energy, Apr. 2013a.

\_\_\_\_\_. *How dependent are we on foreign oil?* Washington DC: U.S. Department of Energy, May 10, 2013b. Obtido em: <[http://www.eia.gov/energy\\_in\\_brief/article/foreign\\_oil\\_dependence.cfm](http://www.eia.gov/energy_in_brief/article/foreign_oil_dependence.cfm)>. Acesso em: Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *U.S. imports by country of origin: total crude oil and products*. Washington DC: U.S. Department of Energy, Jan. 2015. Obtido em: <[http://www.eia.gov/dnav/pet/pet\\_move\\_impcus\\_a2\\_nus\\_epoo\\_imo\\_mbb1\\_a.htm](http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_epoo_imo_mbb1_a.htm)>. Acesso em: Jan. 2015.

VICTOR, D. G.; YUEH, L. "The new energy order: managing insecurities in the Twenty-First Century", *Foreign Affairs*, v. 89, n. 1, p. 61-73, Jan-Feb. 2010.

VOLMAN, D. "AFRICOM: the new U.S. military command for Africa". In: *African Security Research Project*, Washington, DC: ACAS, June 2008. Obtido em: <[www.concernedafrican-scholars.org/african-security-research-project/?p=12](http://www.concernedafrican-scholars.org/african-security-research-project/?p=12)>. Acesso: Jul. 2013.

WALLERSTEIN, I. "Por trás da miniguerra no Cáucaso, o xadrez geopolítico", *Folha de S. Paulo*, p. A22, 17 ago. 2008. (Mundo).

WINES, M. "Suspicion haunts China-U.S. military talks", *The Global Edition of the New York Times*, p. 5, July 16-17, 2011.

ZWEIG, D.; JIANHAI, B. "China's global hunt for energy", *Foreign Affairs*, v. 84, n.5, p. 25-38, 2005.

## Notas

1. Cf. dados disponibilizados pela Energy Information Administration. Obtidos em: <<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=53&aid=1&cid=regions&syid=1990&eyid=2015&unit=TBPD>>. Acesso em: 22/06/2015.

2. Obtido em: <<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=79&pid=79&aid=2&cid=regions&syid=2000&d=2012&unit=TBPD>>. Acesso em: 22/06/2015.



ELEUTÉRIO F.S. PRADO

## KALECKI: ENTRE MARX E KEYNES

Recebido em 19 de novembro de 2015

Aprovado em 20 de fevereiro de 2016

# KALECKI: ENTRE MARX E KEYNES

## Resumo

**M**ichal Kalecki, mesmo tendo partido da obra de Marx, nunca adotou de fato as suas diretrizes metodológicas. Desenvolveu apenas, isto sim, uma longa e profícua carreira de economista. De fato, ele nunca pretendeu mais do que desenvolver uma teoria positiva do funcionamento do capitalismo. Apesar de algumas divergências, construiu uma teoria muito similar à de Keynes – um economista liberal por formação e por opção política. Mesmo sendo um socialista, Kalecki não produziu uma teoria crítica do capitalismo. Tal como Keynes, analisou o sistema capitalista pela ótica da circulação do capital, dando sustentação à tese de que a meta desse sistema é a produção de valores de uso. Não escapou também, verdadeiramente, do paradigma da economia do equilíbrio.

**Palavras-chave:** Kalecki; marxismo; keynesianismo; demanda efetiva; pleno emprego.

**Classificação JEL:** B22; B24; E11; E12.

## Abstract

Michal Kalecki, even taking advantage of Marx's work, never actually adopted its methodological guidelines. He developed only, rather, a long and fruitful economist career. In fact, he intended only to develop a positive theory of how capitalism works. Despite some differences,

### ELEUTÉRIO F. S. PRADO

Professor titular e sênior do Departamento de Economia da FEA/USP. Correio eletrônico: [eleuter@usp.br](mailto:eleuter@usp.br). Blog na Internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

he built a theory very similar to the theory of Keynes – a liberal economist by training and by political option. Even though socialist, Kalecki did not produce a critical theory of capitalism. As Keynes, he analyzed the capitalist system from the perspective of capital circulation, supporting the thesis that the goal of this system is the production of use values. In addition, he does not truly escaped from the equilibrium economics paradigm.

**Keywords:** Kalecki; Marxism; Keynesianism; effective demand; full employment.

## Introdução

Há mais de trinta anos tem subsistido no Brasil um esforço continuado – e à contracorrente – para fazer uma boa divulgação, uma justa apreciação e mesmo uma apologia da obra econômica de Michal Kalecki. Esse empenho se mostra, por exemplo, nas introduções feitas por Jorge Miglioli em marcantes coletâneas de artigos desse economista polonês (Kalecki, 1977; Kalecki, 1980), assim como em artigos teóricos que procuram apresentar a originalidade e a fertilidade das ideias desse autor (Possas & Baltar, 1981; Possas, 1999). Fica claro quando se compulsa esse material – os artigos originais, assim como os textos explicativos que procuram captar os conteúdos teóricos aí contidos – que

o propósito é encontrar e apresentar as bases de uma macroeconomia diferenciada, classista e dinâmica, em relação às macroeconomias que se sobressaem no campo definido pela teoria neoclássica. Os arautos desse saber alternativo que procura renegar o consenso vigente não deixam de associar o parentesco de sua obra originalíssima com a de Keynes, em particular com a *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1983). No conjunto das construções que buscam se contrapor ao chamado *mainstream*, encontra-se a questão de saber quais são os fundamentos teóricos da macroeconomia kaleckiana.

Como se sabe, foi Joan Robinson quem sustentou com grande empenho a tese avançada sinteticamente no título do presente artigo (Sardoni, 2011, p. 118-120). Kalecki, segundo ela, foi um autor muito importante na história do pensamento econômico, pois, tendo vindo de Marx, juntou-se com originalidade a Keynes, na construção de um paradigma teórico capaz de se contrapor, com notória efetividade, ao domínio do pensamento “clássico” (no sentido de Keynes) na compreensão do capitalismo como um todo. “Kalecki” – segundo ela – “teve uma grande vantagem em relação a Keynes – pois, nunca teve de aprender economia ortodoxa”. Segundo ela ainda, “a única teoria econômica (*economics*) que estudou foi a de Marx”. Mesmo

assim, por seus próprios meios e mesmo antes daquele que se tornou a referência principal do novo paradigma, ele “explicou a teoria de Keynes em palavras simples”. Keynes, numa carta a Bernard Shaw, “sustentou que a sua teoria iria retirar o solo sob os pés dos marxistas”; porém, “se ele tivesse começado de Marx, isto lhe teria posto a salvo de um bocado de dificuldades” (Robinson, 1978, p. 56).

Robinson anota que Kalecki formulara o princípio da demanda efetiva antes do que Keynes. Eis que já em 1933, no livro *Esboço de uma teoria do ciclo econômico*, por meio de um modelo simples, ele mostrara, antecedendo a *Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro*, publicada em 1936, que a demanda concretizada comanda a geração da renda na economia capitalista e que, portanto, não é a oferta que cria a sua própria procura tal como reza a Lei de Say. Ao fazê-lo, assentara também as bases de uma teoria do emprego que prevê que este flutue e assim permaneça, por certos períodos, fora do ponto em que haveria plena ocupação da força de trabalho disponível. Se Keynes não fora capaz de se libertar dos esquemas que permitem pensar a economia capitalista em equilíbrio, Kalecki fora mais longe, pois formulara uma teoria dinâmica em que o nível de atividade oscila com o ciclo econômico. Ao fazê-lo, por isso, não raciocinara com base na noção de multiplicador de emprego, mas considerara – o que é crucial

– “o mecanismo dos ajustamentos dos estoques de capital, tomado agora como base de todas as modernas teorias dos ciclos econômicos” (*ibidem*, p. 55).

Também na teoria do investimento, segundo Robinson, Kalecki chegara a um patamar teórico superior àquele alcançado por Keynes. Este último mostrara que o investimento tende a prosseguir na economia capitalista desde que existam projetos viáveis cuja “eficiência marginal” se mostre superior às taxas de juros que devem ser pagas às finanças. Ora, com base nessa teorização, se a taxa de lucro esperada mostra-se superior ao retorno do capital tomado emprestado, nada parece limitar o ímpeto dos capitalistas para continuar investindo com vista à ampliação da capacidade de produção. Isto, porém, não parece nada realista. Keynes, segundo Robinson, não fora capaz de perceber que “nenhuma empresa individual pode comandar uma quantidade indefinidamente ampla de finança a uma dada taxa de juros”. Kalecki, ao contrário, tendo estudado Marx, foi capaz de “postular que a quantia de recursos financeiros que uma empresa individual pode obter para fazer investimento [...] depende da razão entre a sua dívida e o seu capital próprio” (*ibidem*, p. 57). Sendo assim, o seu grau de endividamento – e, assim, a sua capacidade de crescimento – está condicionado tanto pela taxa de lucro prospectiva quanto pela própria capacidade

de reembolso do capital emprestado, a qual diminui mais e mais com o endividamento crescente.

Keynes não chegou a esse ponto – e isto Robinson não diz – porque tomou a finança, em tese, como mera servidora funcional da produção, a qual, para ele, consiste inerentemente na geração de valores de uso, isto é, de bens e serviços na linguagem típica da teoria neoclássica, aliás, por ele sempre preferida. Ora, para os seus leitores atentos, essa perspectiva é bem patente já que chamou a economia capitalista de economia monetária de produção, supondo que a finança deve atuar como auxiliar da produção de coisas úteis para o conforto dos seres humanos. Notava, entretanto, que ela podia se tornar autocentrada e mesmo extravagante, prejudicando, assim, a produção. De qualquer modo, deixou de considerar que a finança também atua como exigente supervisora dos processos particulares de acumulação de capital que ocorrem na esfera do capital industrial (em sentido amplo). Como se sabe, ele tomou o fornecimento de capital a juros como se fosse meramente fornecimento de dinheiro ao setor produtivo para o seu bom funcionamento; nesse sentido, pensou uma demanda por dinheiro, por parte das pessoas e das empresas, como mera soma que advém dos motivos transação, precaução, especulação e finanças. (Carvalho, 1996) Nessa condição, o dinheiro é simplesmente

emprestado como dinheiro e ganha juro apenas devido à sua escassez – e não por ser capital financeiro propriamente dito, que compartilha com o capital funcionante o poder socialmente constituído da relação de capital.

A teoria de Keynes é algo patética quando trata da finança – a irmã siamesa da indústria capitalista. E não só porque propôs a impossível “eutanásia do *rentier*”, isto é, a supressão do “poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor de escassez do capital”, algo possível, segundo ele, porque esse poder pode em princípio ser eliminado já que “a taxa de juros atual não compensa nenhum verdadeiro sacrifício” (Keynes, 1983, p. 255). Mas também porque não foi capaz de compreender que a relação de capital, em sua articulação de capital funcionante e capital financeiro, não permite normalmente que a economia capitalista chegue ao pleno emprego. Tudo isso vem do fato de que a sua teoria acolhe a tese de que a indústria e a finança podem não só ser analiticamente separadas, mas também avaliadas diferentemente enquanto participantes no processo do crescimento econômico.

Já Robinson, mesmo se considerando uma keynesiana, não deixa de pensar a finança como uma relação de poder que requer regulação não apenas em função do pleno emprego. Por isso, não deixou de mencionar que Kalecki foi agudo nessa questão, já que tinha uma visão

mais clara sobre a natureza do capitalismo. Em seu artigo de 1943, *Os aspectos políticos do pleno emprego* (Kalecki, 1977, p. 54-60), mostrara ele com clareza que, nessa situação limite, é bem provável que o ânimo investidor dos capitalistas venha a se abater em geral. E que venha a se formar, então, uma coalizão entre “os grandes negócios e os interesses rentistas” e, em consequência, também uma grande onda conservadora, com a finalidade de exigir a eliminação da “finança doente” (*unsound finance*). Assim, ao promover “um retorno à finança saudável” (*sound finance*) – convém Robinson na esteira do ceticismo de Kalecki –, a atuação prática dessa coalizão política “recriará o desemprego outra vez” (Robinson, 1978, p. 59).

Segundo Robinson, Kalecki teria, assim, predito a existência necessária de um “ciclo político econômico” no evoluir da governança democrática (limitada) no mundo ocidental, no pós-guerra: o Estado mostrar-se-ia ativo na formulação de políticas econômicas visando o crescimento, mas o keynesianismo seria oscilante. Por exemplo, os governantes de plantão esmerar-se-iam pela manutenção e pelo crescimento do emprego antes das eleições, mas teriam de optar pela austeridade depois que estas tivessem ocorrido, pois, após o pleito, eles teriam como objetivo principal, justamente, restaurar a saúde financeira do sistema econômico e do próprio Estado. Ter apontado, no entanto, que fora capaz de apreender corretamente,

não sem uma certa ironia, algo bem central no modo de funcionar da política econômica contemporânea, é insuficiente como apreciação final das teses de Kalecki.

Antes de discutir mais detidamente as suas teses sobre a demanda efetiva e o pleno emprego, não se pode deixar de mencionar aqui as suas opiniões sobre a perspectiva metodológica que deve ser adotada na interpretação de Marx. Num discurso de 1964, ele procurou responder à seguinte pergunta: *Por que a economia ainda não é uma ciência exata?* De um modo surpreendente, conveio então que essa ciência tem algumas semelhanças com a física teórica. Eis que “ambas são disciplinas que, com base em premissas gerais derivadas do conhecimento dos fenômenos reais, desenvolvem um sistema dedutivo” (Kalecki, 1980, p. 39-40). Mas que, entretanto, difere daquela invejada porque abriga motivações ideológicas que não descuidam de elogiar o mecanismo de mercado (por meio da Lei de Say, por exemplo) e porque as suas proposições não são testáveis por meio de experiências. Dito de outro modo, ele não só compreende a economia como ciência positiva, mas também propõe que a sua positividade está bem fundada numa ontologia determinista. É por isso que ele, durante a sua brilhante carreira de economista, apesar de contínuas frustrações na tarefa de resolvê-lo satisfatoriamente, não abandonou nunca “o problema de encontrar os reais determinantes do investimento”, apresentando-os



numa função matemática supostamente exata. (*ibidem*, p. 41)

Em outro ensaio do mesmo ano de 1964, *Modelo econométrico e materialismo histórico*, ele se aventurou na discussão de uma questão mais difícil, que diz respeito diretamente ao método de Marx. De modo também surpreendente, aí ele arriscou que esses dois modos de apreender a natureza do capitalismo não são divergentes: “as duas abordagens não parecem irreconciliáveis. No final das contas, os esquemas de reprodução de Marx não mais são do que modelos econométricos simples” (*ibidem*, p. 43). Assim, o mais famoso dos economistas poloneses ignorou solenemente que Marx não fez ciência dedutiva em *O capital*, mas ciência no suporte da dialética. Por isso, nessa obra, ele procurou apresentar o capital como conceito. (Müller, 1982) Buscou, dizendo de outro modo, fazer a exposição dialética do “sujeito automático” capital como conceito e, portanto, como totalidade (ainda que falsa). E que, por isso mesmo, os esquemas de reprodução são meios para expor, num grau elevado de abstração, certos aspectos importantes da circulação do capital – e não meros instrumentos de análise empírica. Ora, Kalecki deveria saber que a sua interpretação era arbitrária, já que os esquemas de reprodução são apresentados em valor e em valor monetário, simultaneamente, mas ele, Kalecki, por meio dela, suprimia a primeira dimensão porque rejeitava explicitamente a noção

de valor trabalho de Marx. Eis que a considerava metafísica e, portanto, supérflua.

Se tivesse levado a sério a obra, ele saberia que, para a dialética, a essência se manifesta nos fenômenos e que, na hipótese de desprezá-la, não se consegue chegar senão a uma compreensão incoerente desses mesmos fenômenos. Saber, também, que a necessidade e a contingência são determinações do real que não se excluem e que, portanto, da perspectiva de Marx, é vulgar – e mesmo enganoso – fazer ciência positiva, aparentemente exata, de um objeto tão complexo quanto o sistema econômico. Eis que o saber da aparência é em si mesmo insatisfatório e, por isso, vale apenas como um primeiro momento superável da investigação científica. Se a Física teórica por ele referida desenvolve-se sob o pressuposto de que vem a ser possível chegar aí a uma cientificidade exata, é porque as contingências que afetam as conexões aparentes entre fenômenos do mundo físico são desprezíveis, tanto na teoria como na experiência e na prática. E que, assim sendo, a essência dos fenômenos pode permanecer implícita.

### **Demanda efetiva**

O miolo da teoria da demanda efetiva foi apresentado por Kalecki no artigo *Os determinantes do lucro*, publicado em 1965 (Kalecki, 1980, p. 51-59). Aí ele parte de um esquema de reprodução específico, construído por ele mesmo segundo

as necessidades de sua elaboração teórica dedutiva, ainda que formalmente inspirado nos esquemas de reprodução de Marx. Note-se, entretanto, que os de Marx referem-se à reprodução do capital, mas os de Kalecki tratam, pressupondo a produção, da geração de rendimentos. Nesse artigo, ele opera com uma economia fechada, sem governo e com apenas duas classes de recebedores de renda. Admite que a capacidade de produção do sistema econômico é fixa em geral e que não existem estoques finais de bens não vendidos. Supõe, portanto, que o sistema está em equilíbrio. Os valores estão expressos numa determinada unidade monetária que não precisa ser especificada.

Para ele, a economia capitalista não produz propriamente mercadorias, mas bens em geral; estes são usados por capitalistas e por trabalhadores para satisfazer as suas necessidades. Divide, então, o sistema econômico em três partes: o departamento I, que produz bens de investimento; o departamento II, que produz bens de consumo dos capitalistas; e o departamento III, que produz bens de consumo dos trabalhadores. Os três setores são plenamente integrados de tal modo que a existência de bens intermediários fica embutida em cada um deles. Se  $P$  é lucro,  $W$  é salário,  $I$ ,  $C_c$  e  $C_w$  representam, respectivamente, os montantes produzidos de bens de investimento, de consumo dos capitalistas e de consumo dos trabalhadores, tem-se:

$$P_I + W_I = I$$

$$P_{II} + W_{II} = C_c$$

$$P_{III} + W_{III} = C_w$$

Kalecki supõe, para simplificar, que os trabalhadores gastam tudo o que ganham no consumo de bens do setor III. Chama o lucro total de  $P$ . Então, mediante uma simples manipulação algébrica, obtém uma identidade bem óbvia, segundo a qual o lucro bruto total é igual ao investimento bruto mais o montante do consumo dos capitalistas. Em si mesma, essa expressão contábil diz pouco sobre o funcionamento do sistema econômico.

$$P = I + C_c$$

Em sequência, Kalecki passa a interpretar essa relação teoricamente com base em determinados supostos de causalção: esta – pergunta – vai da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda? Pode-se pensar que os lucros – indaga – determinam num dado período o investimento e o consumo dos capitalistas? Ou, ao contrário, que são estes dispêndios é que determinam o lucro? Segundo ele, a resposta é encontrada tão logo se pergunte quais dessas variáveis estão sujeitas às decisões dos capitalistas. Como considera a variável “lucro” como passiva – eis que os capitalistas não podem decidir quanto ganham –, chega à conclusão de que “são suas decisões de investimento e consumo que determinam os lucros e não vice-versa”

(*ibidem*, p. 52). Segue-se, portanto, a famosa demonstração de Kalecki: na economia assim construída e assim pensada, os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam. Em seu esquema teórico, a renda dos trabalhadores é determinada pelo que denomina de “fatores de distribuição” (grau de monopólio, poder de barganha etc.). É por meio deles que explica a repartição do valor adicionado em salários e lucros. Posto isto, ele conclui que “o investimento e o consumo dos capitalistas juntamente com os ‘fatores de distribuição’ determinam o consumo dos trabalhadores e, em consequência, o emprego e a produção nacional” (*ibidem*, p. 53-54).

Por meio dessa formulação, ao atribuir autonomia ao gasto, ao tomar o gasto em geral como variável de decisão, chega de um modo muito simples àquilo que foi denominado por Keynes de princípio da demanda efetiva. Pois, ao afirmar teoricamente a autonomia dos dispêndios, contradita já a Lei de Say. Kalecki toma, implicitamente, a economia capitalista como economia monetária, pressupondo em seu raciocínio que o dinheiro não só intermedeia as trocas em geral, mas que ele é, também, um ponto de parada possível na cadeia das transações mercantis: aquele que vende e recebe dinheiro por uma venda, tem de decidir se vai comprar ou se vai reter o próprio dinheiro. Ora, ao admitir que a oferta não cria a procura numa economia mercantil generalizada, teria ele admitido, então,

necessariamente, que é a procura que cria a sua oferta? A resposta a essa questão tem de enfrentar uma certa ambiguidade e ela se encontra nas próprias teorias aqui sob escrutínio.

Por meio do suposto de que esse tipo de economia tende ao equilíbrio e de que nela estão sempre em operação multiplicadores (eles não aparecem – advirta-se – na formulação aqui mencionada de Kalecki), os quais transformam os gastos em aumentos mais do que proporcionais da renda e do “produto”, pode-se dizer que Keynes admite que a Lei de Say não apenas deve ser negada, mas deve sim ser revertida. Esse autor supõe, sim, que a procura solvente por bens e serviços é a causa primeira da produção e isto se explicita pelo fato de que cunhou o termo princípio da demanda efetiva para indicar essa relação de causalidade. E essa opção teórica foi notada já por Mattick: “Keynes” – registrou em seu livro clássico sobre Marx e Keynes – “derrotara a Lei de Say do mercado no seu próprio terreno, ou seja, com base no pressuposto de que a produção é efetuada em prol do consumo. E como poderia ele ter mais êxito nesta tarefa do que mostrando que a oferta não cria a sua própria procura, justamente pelo ‘fato’ de a produção estar subordinada ao consumo?” (Mattick, 2010, p. 22).

Kalecki, porém, parece admitir que há apenas um problema de demanda efetiva na economia capitalista, sem se comprometer com a tese de

que o seu funcionamento está regulado pela demanda efetiva na condição de “princípio”. Contudo, como mostrou Shaikh (1989), ele se manteve prisioneiro do paradigma da economia de equilíbrio em que está já inscrita a ilusória autonomia da demanda dita agregada. Elaborou, é certo, uma teoria dinâmica do movimento do sistema como um todo, mas os modelos que construiu estão baseados na tendência ao rápido ajustamento (ainda que cíclico) da oferta e da demanda agregadas, sob a condição de que não há acumulação de capital na forma de capital fixo. Assim, fica formalmente escondido o protagonismo da oferta na economia capitalista, reflexo do fato que a sua meta sistêmica é a acumulação insaciável de valor e não, portanto, primariamente, a produção de bens e serviços. O modelo estático acima apresentado é, desde o início, encarado como uma base para a construção de uma teoria dinâmica porque, desde o início, o equilíbrio é tomado como um ponto de repouso dessa dinâmica.

De qualquer modo, para compreender melhor essa questão, é preciso romper com o suposto de que a economia de referência está em equilíbrio e de que não existem aí estoques de bens finais não vendidos (ou que eles existem, mas são planejados). Na economia capitalista, justamente porque é descentralizada e anárquica, como condição necessária de seu funcionamento regular, existem normalmente estoques finais de mercadorias (e não de bens) prontas para a

venda, os quais, devido às contingências dos mercados, não são necessariamente vendidas. Dito de outro modo – e enfaticamente –, é preciso admitir que há constante excesso de oferta de mercadorias na economia capitalista. E que, ademais, há acumulação na forma de capital fixo. Admitida essa situação de não equilíbrio, pode-se voltar à interpretação da equação fundamental de Kalecki. O que ela diz, agora? É preciso ver, então, de modo preliminar, que se é certo que a produção não cria a sua procura, é também bem certo que não pode haver qualquer dispêndio sem que antes tenha havido produção.

Posto isto, é preciso admitir em sequência que as decisões sobre quanto gastar podem ser, em última análise, decisões sobre quanto produzir. Quando os capitalistas decidem o montante a ser investido, eles decidem, por um lado, quanto vão produzir no período subsequente e, por outro, quanto vão poder produzir num futuro mais distante. No primeiro caso, eles deliberam quanto empregar no período presente de meios de produção correntes e força de trabalho; e, no segundo, eles resolvem quanto aplicam em capital fixo, tendo em vista elevar a capacidade de produção para os próximos períodos. Neste segundo caso, eles escolhem, no presente, quanto acumular tendo em vista a capacidade de produção futura. Em ambos os casos, eles decidem prospectivamente, num ambiente permeado de incerteza (a qual, é claro, decorre

da própria anarquia da produção capitalista), quanto esperam ganhar por meio da esperada realização do valor das mercadorias. É verdade, porém, que não podem decidir previamente, tal como Kalecki menciona, de um modo bem preciso, quanto vão ganhar efetivamente...

É preciso renovar agora a pergunta: o que diz, afinal, a equação fundamental de Kalecki? Eis que, agora, não se pode dizer mais que o gasto capitalista determina exatamente, em última análise, junto com os fatores distributivos, o montante do “produto nacional”. Pois, agora, mesmo ficando no curto prazo, é preciso considerar a variação dos estoques de mercadorias finalizadas. A equação completa (antes do cancelamento dos ganhos e dos gastos dos trabalhadores) mostra, por um lado, que no valor realizado por meio das vendas de mercadorias está reproduzindo o valor gasto no curso do processo de produção na compra de força de trabalho; mostra, por outro, que além do retorno do capital gasto em folha de salário, os capitalistas obtêm um lucro (um mais-valor), o qual surge “milagrosamente” em seus caixas após a efetiva venda nos mercados de um determinado volume de mercadorias. Como o resultado final contém um tanto de “surpresa”, é bem certo que aquilo que os capitalistas esperavam ganhar *ex-ante* nunca coincide exatamente com o que de fato obtêm, *ex-post*.

Tal “milagre” só pode ser bem explicado – é

evidente – retomando a teoria valor de Marx e, assim, a sua crítica do fetichismo da produção capitalista. De qualquer modo, a diferença de perspectiva assim introduzida revela-se como bem notável: ao invés de analisar a economia capitalista por meio da esfera da circulação do capital e, assim, da repartição, passou-se a examiná-la a partir da esfera da produção, não meramente como local da produção de bens e serviços, mas como domínio da produção de valor sob a capa da produção de valores de uso, isto é, de mercadorias. O esquema de geração das rendas de Kalecki passou a ser reinterpretado como mero reflexo superficial da reprodução do capital.

A decisão dupla do capitalista sobre quanto produzir no período corrente e quanto se capacitar para produzir no futuro apresenta como dilema subjetivo uma contradição inerente à relação de capital: eis que o capital é, ao mesmo tempo, impulso de conservação do que se encontra acumulado – e que, por isso, está limitado – e impulso de acumulação sem limite. E, no curso do processo social, qualquer um deles pode alimentar ou contrariar o outro, sem dó nem piedade, como sói acontecer num mundo anárquico em que imperam as contradições agônicas e antagonicas.

É preferível entesourar o mais-valor recém obtido como lucro, tentando preservá-lo da fúria da concorrência, ou é melhor lançá-lo de novo

no processo social da acumulação para, eventualmente, obter mais-valor? É conveniente tomar capital emprestado em adição ao capital próprio para investir na produção presente ou futura ou, alternativamente, parece melhor passar a emprestar o capital já acumulado? O capitalista é ganancioso, mas sempre sabe que pode quebrar. Do ponto de vista do capitalista individual, as decisões acima referidas parecem isoladas e independentes entre si mesmas, mas, como se sabe, elas se encontram intrinsecamente imbricadas sistemicamente.

Kalecki não deixa de mostrar que os dispêndios acumulativos de cada capitalista atuam como demandas para os outros capitalistas, numa cadeia de alimentação e retroalimentação que define não apenas o nível de atividade no presente, mas também no futuro. De igual modo, ele mostra também que esse mecanismo funciona em sentido contrário e o faz quando analisa os ciclos econômicos. Nesse sentido, porém, “uma carência de procura efetiva” – como observa Mattick – “é apenas outra expressão para fazer referência a uma insuficiência de acumulação de capital” (Mattick, 2010, p. 23). E, em consequência, a falta de demanda, de incentivo ao investimento, de disposição psicológica à acumulação, não pode ser uma explicação para a falta de acumulação. Por que, então, surge em dados momentos e por certos períodos uma carência de demanda efetiva? Como indica Mattick, “Marx identificara já a raiz última do dilema:

o caráter da produção enquanto produção de capital” (*ibidem*, p. 34). Eis que num processo dinâmico complexo não resolve indicar um ou outro mecanismo aí presente, mas é preciso apontar o motor do processo como um todo, assim como explicar a sua lógica de funcionamento no tempo e no espaço.

Eis que a produção capitalista é produção de valor e de mais-valor, que precisa ser vendida na forma antitética de valores de uso. A lógica da produção de mercadorias tem de obedecer, pois, à lógica da acumulação de capital, que consiste em obter lucros em quantidade suficiente para remunerar o capital já acumulado. Ora, o ímpeto de acumulação de capital não apenas incentiva em certos momentos, mas também tem a capacidade de minar em outros momentos, a própria produção de capital. Pois se a produção corrente de mercadorias deixar de propiciar os lucros esperados pela relação de capital, ela será inapelavelmente sacrificada.

### **Pleno emprego**

Como se sabe, Marx considerou a existência constante de um exército industrial de reserva como uma condição necessária do funcionamento da economia capitalista, pois a sua existência e permanência é que controla a manutenção oscilante dos salários na esfera do custo da reprodução da força de trabalho. Como Shaikh explicou recentemente, para esse autor

– assim como para a economia política clássica – o sistema capitalista é internamente regulado de modo turbulento; por isso, apresenta certos padrões recorrentes de comportamento que se revelam apenas como “médias” (Shaikh, 2016, p. 4-7). Nesse sistema anárquico, a ordem surge da desordem constrangida por certos limites também internos; os padrões de regularidade emergem apenas por gravitação em torno de certos “pontos de não repouso”, os quais foram denominados por Adam Smith de “centros de gravidade”. Em consequência, o desemprego maior ou menor da força de trabalho nas variações da conjuntura e na irregularidade dos ciclos econômicos aparece nessa compreensão do capitalismo simplesmente como uma deformidade estrutural, como uma monstruosidade insuperável que lhe é intrínseca.

De modo distinto, na perspectiva das teorias de Keynes e Kalecki, centradas na esfera da circulação e orientadas pela noção de equilíbrio, o pleno emprego aparece normalmente como algo possível em princípio. Essa possibilidade, no entanto, é uma decorrência ilusória que surge simplesmente porque o sistema é pensado no paradigma do equilíbrio como ponto de repouso. Se os neoclássicos, de quem são tributários dissidentes, supõem concorrência perfeita, eles, os heterodoxos dessa tradição, admitem duplamente que ela é sempre imperfeita, mas que pode ser devidamente aperfeiçoada e mesmo corrigida. Para tanto, eles apelam

inevitavelmente para uma adequada regulação do Estado, suposta sempre como possível. A existência de desemprego tende a surgir nessas teorias como um problema que pode ser atacado por meio da gestão eficiente da demanda efetiva. E isto também se explica – é claro – por uma diferença de momento histórico; no correr do século XX, o desemprego – e mais ainda o desemprego alto e crônico que aparece na década dos anos 30 – deixa de aparecer como algo “natural” para se manifestar como uma questão de política econômica.

Em 1944, Kalecki publicou um artigo que inequivocamente contempla o pleno emprego como algo viável numa economia capitalista; denominou-o, por isso, de *Três caminhos para o pleno emprego* (1980, p. 75-97). A primeira frase desse estudo diz: “o propósito deste artigo é discutir os métodos para atingir e manter o pleno emprego numa sociedade capitalista”. A primeira frase do segundo parágrafo acrescenta enfaticamente: “vamos tratar neste artigo da geração de adequada demanda efetiva para assegurar e manter o pleno emprego” (*ibidem*, p. 75). Em sequência, discrimina os três caminhos: a) por meio do dispêndio do governo em gastos públicos (investimentos ou consumo) financiados por empréstimos; b) pelo estímulo ao investimento privado por meio da redução da taxa de juros e dos impostos; c) por meio de uma política de redistribuição de renda dos ricos para os pobres. Não é possível entrar aqui

no conteúdo do artigo que discute em detalhes esses três caminhos, pois, para os propósitos do presente texto, basta registrar somente uma sua conclusão: “o segundo método, isto é, o estímulo ao investimento privado, não é satisfatório, mas tanto o primeiro método quanto o terceiro são meios adequados de se manter o pleno emprego” (*ibidem*, p. 76).

Kalecki rejeita o estímulo ao investimento privado como meio eficiente para alcançar o objetivo colimado justamente porque parte de uma situação em que falta demanda efetiva. E lhe parece que incrementar a acumulação de capital – isto é, sendo mais preciso, dos estoques de meios de produção – no setor privado terá como efeito aumentar aí a capacidade de produção quando ela já existe de sobra no sistema econômico. “O papel do investimento privado” – segundo ele – “consiste em fornecer instrumentos para a produção de bens de consumo, e não o de propiciar trabalho suficiente para empregar a mão-de-obra disponível” (*ibidem*, p. 91). Eis que – e isto é bem evidente – para como uma sombra não eliminável sobre as suas análises a conhecida tese vulgar segundo a qual as crises capitalistas provêm do subconsumo. Além dessa razão que chama de econômica e fundamental, aponta também para uma razão de ordem política: o estímulo ao investimento privado depende da reação dos empresários e estes, num quadro de recessão generalizada, tendem a manter expectativas pessimistas. Os

capitalistas – resume – não costumam investir pesadamente mesmo se a taxa de lucro esperada é razoável e tende mesmo a aumentar um pouco “quando não sentem confiança na situação política” (*ibidem*, p. 92).

O tema que aparece nessa última frase foi retomado por ele, de modo extenso, num artigo famoso que foi chamado de *Os aspectos políticos do pleno emprego* (1977, p. 54-60). Nesse texto, também da década dos anos 40 – de fato, ele foi publicado pela primeira vez em 1943 –, Kalecki desenvolve a tese de que o pleno emprego é viável economicamente, mas difícil de ser alcançado politicamente: “é falsa a suposição” – sustenta – “de que um governo manterá o pleno emprego numa economia capitalista se ele sabe como fazê-lo” (Kalecki, 1977, p. 54). Antes de apresentar o cerne de seus argumentos, é bom mencionar já aqui que essa tese, por trazer à tona a luta de classes, mesmo se parece acompanhar uma suposta economia política marxiana, corre na verdade em sentido contrário à crítica da economia política de Marx.

Na leitura desse texto, fica evidente que Kalecki, para chegar ao seu ceticismo quanto à possibilidade de contrariar o desemprego maciço nas economias capitalistas avançadas, partiu de uma observação sistemática da conjuntura política nos países que enfrentaram as severas crises dos anos 30 – e não de uma consideração teórica bem fundamentada sobre a própria



natureza da acumulação de capital. Como foi visto, a sua teoria da demanda efetiva autoriza e mesmo clama por políticas que levem ao pleno emprego. Entretanto, esse estado da economia, paradoxalmente, tem adversários. Os capitalistas – segundo ele – sonham com uma expansão econômica que seja capaz de reverter a depressão, mas tão logo os governantes lhes ofereçam essa alternativa, por exemplo, por meio da implementação de políticas de gastos públicos financiados pelo endividamento, eles ficam amuados e as recusam. A pergunta que faz na abertura de seu artigo volta-se, assim, para saber por que surge tal aversão?

Tal como Keynes, que também veda uma compreensão mais profunda da opacidade e do automatismo constitutivos do sistema econômico, ele parte do comportamento dos agentes econômicos. Considera que eles, baseados em seus próprios interesses, conduzem de modo autônomo, ainda que em estado de incerteza, o processo econômico. Se Keynes trata os atores movidos por suas motivações como indivíduos, Kalecki pensa que eles formam classes sociais. A oposição dos “líderes industriais” ao pleno emprego – diz – tem motivos subjacentes e estes podem ser agrupados em três categorias: a) desaprovação da interferência do Governo em si mesma; b) oposição à natureza dos gastos que privilegiam diretamente os trabalhadores; c) “reprovação às mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego”

(*ibidem*, p. 55). E ele parece estar bem apoiado na observação empírica, pelo menos no que se refere aos itens “a” e “b” acima arrolados; entretanto, no que se refere ao item “c”, a sua leitura dos fatos está amparada numa consideração teórica que precisa ser aqui bem examinada.

Eis que nesse item “c”, Kalecki aponta para uma motivação de ordem política estrita que, supostamente, contraria a lógica econômica. Mesmo se essa conjuntura econômica lhes é favorável do ponto de vista dos lucros, os “líderes empresariais”, segundo ele, tendem a fazer enorme oposição à política de pleno emprego, pois ficam muito “aborrecidos” diante das dificuldades crescentes que encontram no controle dos trabalhadores que empregam em suas empresas. Conforme o sistema econômico atinge essa situação de auge e uma onda de relativa satisfação passa a percorrer a sociedade, torna-se enfraquecida a dominação política da burguesia sobre os assalariados. Eis que “os trabalhadores se soltam das mãos dos capitalistas e os ‘capitães da indústria’ ficam ansiosos por ‘ensinar-lhes uma lição’” (*ibidem*, p. 59). Nessa situação – convém ele – “é provável que se forme um poderoso bloco de grandes empresários e de rentistas, o qual encontrará mais de um economista disposto a declarar que a finança, nessa situação, está doente [...], fazendo com que o Governo retorne à política ortodoxa de corte do déficit público” (*ibidem*, p. 60)

Mesmo se essa tese de Kalecki levanta corretamente a questão da dominação de classe na esfera da economia política, ao se pensar a questão a partir de Marx e de sua crítica, há pontos na elaboração teórica desse autor que devem ser criticados. Primeiro, porque é bem duvidoso que os capitalistas se oponham à política de pleno emprego quando, de fato, as margens de lucro se encontram – se, de fato, estiverem – majoradas. Se o fazem, é bem provável que essas margens, ao contrário, foram apertadas em consequência da luta crescente, individual e coletiva, dos membros da classe assalariada por aumentos do salário real. A elevação do poder de barganha dos trabalhadores em tal conjuntura de auge produz, em geral, uma elevação dos seus ganhos e, assim, um decréscimo das margens de lucro e, portanto, também, uma queda das taxas de lucro, à qual os capitalistas reagem mediante a suspensão dos planos de investimento. Na busca de recuperação das margens, eles também procuram elevar os preços das mercadorias, mas a inflação decorrente vem criar, também, um ambiente desfavorável às novas inversões. A política de demanda por austeridade não vem antes, mas depois que o quadro econômico se deteriora. Pois, os capitalistas em geral não são agentes autônomos no sentido pleno da palavra, mas, ao contrário, são suportes da relação de capital. São, na verdade, atores que emprestam a sua vontade e consciência às demandas das mercadorias, do dinheiro

e do capital, e que atuam econômica e politicamente em função dos imperativos objetivos da acumulação de capital.

Ademais, como apreende o modo de produção capitalista a partir da circulação do capital – e não a partir de sua produção –, Kalecki caracteriza as classes pela forma de apropriação dos rendimentos e, assim, acaba caindo numa distinção de longa tradição, mas também keynesiana, entre empresários e rentistas. Os primeiros aparecem como capitalistas “bons”, pois, junto com os trabalhadores, atuam na produção de bens e serviços; já os segundos, proprietários ausentes que se apropriam de uma parte da renda gerada sem atuar na sua produção, figuram como capitalistas “maus”. E esses adjetivos constrangedores se justificam, pois é bem usual considerar, nessa tradição, os rentistas como parasitas eventualmente anuláveis ou mesmo descartáveis no processo de acumulação. De qualquer modo, ao manter essa distinção, ele se afasta da compreensão de Marx quanto à natureza do capitalismo. Para esse autor, como bem sabe, este modo de produção orienta-se centralmente pela acumulação de capital, seja lá quais forem as formas por meio das quais este existe – e não pela produção de bens e serviços: “o valor de uso nunca deve ser tratado” – escreveu – “como meta imediata do capitalismo; tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho” (Marx, 1983, p. 129).

A consequência principal dessa posição teórica é que ela obstrui e elude a compreensão do capital como sujeito automático, fetichista e totalizante e, assim, por extensão, a união siamesa entre o capital funcionante e o capital financeiro. A relação de capital encontra-se reificada não apenas como capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria no circuito  $D - M \dots P \dots M - D'$ , mas também, necessariamente, como capital portador de juros, que subsume em si o capital funcionante no circuito  $D - (D - M - D') - D''$ . Assim, pois, o capital funcionante e o capital financeiro existem necessariamente numa relação de completa simbiose, já que ambos constituem o sistema de dominação do capital. Às vezes, há mesmo certa correspondência entre o capital aderido aos suportes materiais e o capital fictício que circula na esfera financeira, na forma de títulos de renda fixa e variável. Outras vezes, essa relação é indireta e manifesta-se, também na forma de títulos de propriedade, somente como direito a certos ganhos futuros gerados no funcionamento do sistema econômico. Mediante uma forma fictícia, que surge necessariamente da transformação do capital em mercadoria, o capital, como diz Marx, parece se duplicar em capital extrator de mais-valor (capital propriamente dito) e capital meramente apropriador de renda (capital fictício). Porém, esse desdobramento não é uma anomalia, mas o modo próprio de auto-organização do monstro sistêmico para

melhor sugar a energia da classe trabalhadora na forma do mais-valor.

Pode-se mesmo dizer que a subordinação do trabalho ao capital no modo de produção capitalista se dá em dois níveis e que estes se encontram inerentemente acoplados (Sotiropoulos, 2011). No primeiro deles, que se dá no nível da empresa capitalista, concretiza-se aquilo que foi denominado por subsunção formal e real do trabalho ao capital pelo próprio Marx. Como se sabe, a subordinação do trabalho ao capital não nasceu pronta de uma vez por todas; ao contrário, desenvolveu-se por meio um processo secular, que partiu da cooperação simples, passou pela manufatura, galgou a grande indústria e chegou à pós-grande indústria. (Prado, 2005) No segundo nível, a dominação que ocorre no interior da empresa recebe um reforço do exterior e este se dá por meio da subordinação do capital funcionante ao capital financeiro. Ora, este reforço também passou por um processo secular de desenvolvimento, em que se pode distinguir diversas fases. Marx indicou apenas que nessas etapas ocorre uma progressiva socialização do capital, isto é, que este deixa de aparecer como capital privado para passar a existir cada vez mais como propriedade de indivíduos diretamente associados, como propriedade social. E que esse processo ocorre junto com o desenvolvimento da centralização e da concentração do capital. Sob essa luz que faz ver longe, o que é atualmente denominado de financeirização, o

reinado dos fundos de investimento em geral e dos bancos que os administram, é apenas um estágio avançado desse processo que, agora, engloba o mundo como um todo.

É por isso que atualmente, após o amplo desenvolvimento da transformação do capital em propriedade coletiva de grandes associações de capitalistas, mesmo se o capital como tal é ainda, sobretudo, a relação que explora o trabalho, o capital financeiro tende a aparecer na esfera da circulação como capital por excelência. Marx observou, como bem se sabe, que na forma de capital a juros “o capital recebe sua forma pura de fetiche,  $D - D'$ , como sujeito” em si e para si (Marx, 1984, p. 294). Primeiro porque está e fica na forma dinheiro de modo perene e, segundo, porque o juro que recebe parece algo que lhe cabe enquanto tal. No capitalismo contemporâneo, a múltiplas formas do capital fictício, as quais se derivam por duplicação do capital a juros, constituem um sistema fantástico que parece se mover por energia própria rumo ao desconhecido. Porém, esse sistema enquanto tal é, em última análise, uma alavanca da exploração e, assim, da acumulação e, assim também, da superacumulação, já que a acumulação de capital (roubando aqui uma frase lapidar) é “forçada aqui até seus limites extremos”. E assim (roubando outra), “acelera as erupções violentas dessa contradição (entre as forças produtivas e as relações de produção), as crises e,

com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção” (*ibidem*, p. 335).

## Conclusão

Este artigo buscou mostrar a insuficiência da teoria econômica de Michal Kalecki como compreensão do modo de produção capitalista, mesmo se representa um avanço significativo na compreensão do sistema como um todo em relação às teorias concorrentes, mais conservadoras, no campo da macroeconomia. E que é – e isto pode ser apresentado como conclusão – apenas uma teoria econômica, uma construção intelectual que deseja apenas explicar o funcionamento do sistema econômico que aí está, que pode ajudar a reformá-lo, mas não se move pelo desejo de superá-lo. Ademais, também se pode dizer dela o que Paul Mattick disse da teoria consagrada e muito mais difundida de John M. Keynes, ou seja, que também ela é “um regresso parcial à teoria clássica” (Mattick, 2010, p. 33).

Mesmo se não vem da teoria neoclássica, Kalecki não acompanha Marx na crítica da economia política. Eis que se preocupa com o movimento do sistema econômico como um todo, com as suas flutuações, com os seus déficits de desempenho e mesmo com as suas crises inexoráveis, mantendo o foco analítico na repartição da renda e nas lutas pelos ganhos das classes sociais. Porém, falta-lhe a perspectiva da crítica da compulsão acumulativa, da

reificação e do fetichismo, características estas que marcam esse sistema de reprodução social como uma religião do dinheiro que engendra mais dinheiro – religião cujo caráter repressivo não se apreende de imediato, mas que requer o longo e árduo esforço da crítica dialética.

Joan Robinson, portanto, está certa quando diz que Kalecki se encontra entre Marx e Keynes; porém, ela não foi capaz de indicar que ele se encontra muito, muito, muitíssimo mesmo, mais perto de Keynes do que de Marx. É justo, pois, considerá-lo apenas como um economista keynesiano.

## Bibliografia

CARVALHO, Fernando J. C. “Sorting out the issues: the two debates (1936/37; 1983/86) on Keynes’s finance motive revisited”, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 50 (3), p. 312-327, 1996.

KALECKI, Michal. *Kalecki: economia*. Org.: Jorge Miglioli. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Org.: Jorge Miglioli. São Paulo: Hucitec, 1977.

KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Editora Abril, 1983.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro I, Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*, Livro III, Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATTICK, Paul. *Marx & Keynes: Os limites da economia mista*. Lisboa: Antígona, 2010.

MÜLLER, Marcos L. “Exposição e método dialético em ‘O Capital’”. In: *Boletim SEAF*, nº 2, 1982. Na internet: <<https://eleuterioprado.wordpress.com/2015/09/09/metodo-de-o-capital/>>.

POSSAS, Mário L. “Demanda efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica”, *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 3 (2), p. 17-46, 1999.

POSSAS, Mário L. & Baltar, Paulo E. A. “Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, p. 107-160, 1981.

PRADO, Eleutério F. S. “Pós-grande indústria e neoliberalismo”, *Revista de Economia Política*, vo. 25 (1), p. 11-27, janeiro-março de 2005.

ROBINSON, Joan. Kalecki and Keynes. In: *Contributions to modern economics*. Oxford: Basil Blackwell, p. 53-60, 1978.

SARDONI, Claudio. *Unemployment, recession and effective demand: the contributions of Marx, Keynes and Kalecki*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2011.

SHAIKH, Anwar. *Capitalism: competition, conflict, crisis*. New York: Oxford University Press, 2016.

\_\_\_\_\_. “A dynamic approach to the theory of effective demand”, *Revista de Economia Política*, vol. 9 (1), nº 3, p. 131-152, 1989.

SOTIROPOULOS, Dimitris. “Kalecki’s dilemma: toward a Marxian Political Economy of Neoliberalism”, *Rethinking Marxism*, vol. 23 (1), p. 100-116, 2011.



ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

# O NEOLIBERALISMO RELIGIOSO E ARISTOCRÁTICO DE VON MISES

Recebido em 25 de setembro de 2015

Aprovado em 29 de março de 2016

# O NEOLIBERALISMO RELIGIOSO E ARISTOCRÁTICO DE VON MISES

## Resumo

A tese defendida no artigo é de que o neoliberalismo de von Mises fundamenta-se em uma filosofia de inspiração religiosa e aristocrática. Defende-se que a teoria de von Mises contém um comprometimento com uma ontologia de dois mundos, inspirada pela filosofia de Tomás de Aquino. Tal ontologia de natureza religiosa ganha caráter secular com o argumento aristocrático, presente em sua teoria da história, sua visão da democracia e do funcionamento dos mercados. Conclui-se que o neoliberalismo de von Mises baseia-se em argumentos da reação feudal à ascensão do capitalismo, com o fim de preservar e justificar este último.

**Palavras-chave:** von Mises; neoliberalismo; religião; aristocracia.

**Classificação JEL:** B25; B11; B00.

## Abstract

This paper defends that von Mises' neoliberalism is grounded on a religious and aristocratic philosophy. It is maintained that von Mises' theory includes a commitment with an ontology of two worlds, inspired by Thomas Aquinas. This religious ontology became secular through the aristocratic argument comprised in von Mises theory of history, political theory and his conception of markets. In the conclusion it is indicated that von Mises' neoliberalism is based on the

## ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx/UFF).



allegations made by the feudal reaction to the raise of capitalism, but to support and justify the last.

**Keywords:** von Mises, neoliberalism, religion, aristocracy.

O neoliberalismo muitas vezes é identificado com o conjunto de políticas estabelecidas a partir dos anos 1980 nos governos Reagan e Thatcher e difundidas nas décadas seguintes. Outras vezes, o neoliberalismo, como corrente de pensamento, é identificado como tendo origem na fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, em 1947. Reunindo nomes como Hayek, von Mises, Karl Popper e Milton Friedman, a Sociedade de Mont Pèlerin era o *think tank* do qual sairiam os princípios que fundamentariam as políticas econômicas nos anos 1980.

O ponto de partida deste artigo é a constatação de um alinhamento ideológico e político entre o fundamentalismo religioso, a apologia neoliberal da sociedade de mercado e as defesas de formas aristocráticas de governo – da monarquia à ditadura fascista das elites. Essa “sagrada aliança”, visível no apoio de Hayek e Friedman à ditadura de Pinochet e na encíclica *Centesimus Annus* (1991) de João Paulo II, pode ser

encontrada de forma mais acabada nos circuitos dos autodenominados libertários americanos, organizados em torno do von *Mises Institute*. A sagrada aliança do neoliberalismo ganhou visibilidade recentemente no Brasil em manifestações de rua, mas é encontrada nos últimos tempos, de forma cotidiana, na imprensa, em pregações religiosas e no discurso de vários políticos. A questão que move o artigo é se tal aliança, aparentemente incoerente, encontra sentido e fundamentação na ideologia neoliberal em sua corrente austríaca.

É na obra de Ludwig von Mises que a expressão mais pura dos fundamentos da argumentação neoliberal pode ser encontrada.<sup>1</sup> O lançamento do *Liberalismo* de von Mises em alemão em 1927 e em inglês em 1962 assinala o nascimento da ideologia – termo que o próprio von Mises usa para definir o liberalismo (von Mises, 1985, p. 192) – neoliberal. No livro, von Mises propõe uma renovação do liberalismo, cunhando o termo “neoliberalismo” em distinção ao “antigo liberalismo” (*ibidem*, p. 27).

O artigo não tratará dos argumentos de natureza estritamente econômica do neoliberalismo, mas de seus pressupostos. A tese defendida no artigo é de que o neoliberalismo de von Mises fundamenta-se em uma argumentação anti-iluminista de natureza religiosa e aristocrática.

## I. Praxeologia e comprometimentos ontológicos

Para compreender o neoliberalismo de von Mises, é necessário partir da estrutura de sua argumentação. Tal estrutura pode ser compreendida a partir dos escritos epistemológicos do autor, nos quais este visa, por um lado, fundamentar a apologia da propriedade privada dos meios de produção e, por outro, atacar o materialismo, especialmente o marxismo.

O dualismo metodológico é defendido por von Mises (von Mises, 2007, p. 1), distinguindo entre as ciências físicas, que lidam com a matéria, e as ciências humanas. Essas últimas são derivadas de uma ciência geral da ação humana, a praxeologia. As proposições básicas da praxeologia “antecedem qualquer definição real ou nominal. São categorias finais, impossíveis de serem analisadas” (von Mises, 1990, p. 51); “Não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos” (*ibidem*, p. 48) nem “derivam da experiência” (*ibidem*).

A praxeologia é puramente dedutiva; as conclusões já estão contidas nas premissas. As inferências da praxeologia são tautológicas e analíticas e “Sua função é tornar claro e evidente o que antes era obscuro e desconhecido” (*ibidem*, p. 56). Sua premissa é o conceito de ação. Segundo von Mises, a ação é um comportamento propositado, que se caracteriza pelo “emprego de meios para atingir fins” (*ibidem*, p. 22).

Os fins são tidos como irreduzíveis e não são passíveis de análise. Como ciência subjetivista, não caberia à praxeologia pronunciar-se sobre os melhores fins. Os fins seriam resultado de uma escolha, um exercício da vontade autode-terminada. A única aplicação prática da praxeologia seria a de recomendar os meios mais adequados para a obtenção dos fins (*ibidem*, p. 34).

A despeito das afirmações categóricas de von Mises, suas conclusões inferidas do conceito de ação e as justificativas para o seu caráter *a priori* estão longe de serem “claras e evidentes”. Primeiramente, as conclusões que von Mises alegadamente retira do conceito geral de ação não estão contidas necessariamente neste. Em segundo lugar, o caráter *a priori* dessas premissas apresenta vários problemas, se tomado em termos puramente epistemológicos.

O conceito de ação apresentado pelo economista austríaco não é suficiente para se derivar sua defesa do liberalismo, por exemplo. A definição da ação como um comportamento em que os homens usam meios para atingir fins não contém a conclusão de que a propriedade privada dos meios de produção organizada pelo mercado e sem nenhuma interferência coletiva é a única configuração possível para o desenvolvimento da civilização.

Em toda ação, a busca dos fins realiza-se por meio de atos em que se utilizam meios que

não dependem dos fins dos agentes, incluindo a ação dos outros agentes (Kotarbinsky, 1983, p. 6). Para se chegar à conclusão neoliberal de von Mises é necessária uma hipótese adicional sobre a interação de agentes, e pressupor que as ações não são conflitantes. Tais hipóteses não estão contidas na premissa do conceito formal de ação.

Uma forma de se chegar à coordenação dos fins de diferentes indivíduos, partindo do mesmo conceito de ação, é pressupor um fim último que seja comum a todos os indivíduos. Mas isso não impede que diferentes indivíduos busquem esse mesmo fim com meios conflitantes. Portanto, é preciso o pressuposto adicional de que só há uma única maneira de buscar o fim último comum a todos e que todos podem fazer igual uso desses meios. Isso significaria afirmar que os homens são igualmente dotados das mesmas capacidades. A esse pressuposto pode ser dado conteúdo substantivo com a igual capacidade de maximização e perfeito conhecimento, embora isso não seja necessário.

Esses pressupostos adicionais ao conceito formal de ação não estão presentes no argumento neoliberal de von Mises. O autor nega que os homens sejam maximizadores capazes de conhecer antecipadamente o resultado de suas ações. Assim, os homens não teriam a racionalidade perfeita que levaria ao melhor uso dos meios e à consecução dos fins. De forma geral, von Mises pressupõe que os homens não têm

igual capacidade de utilizar os meios. Além disso, afirma que os homens têm um fim último em comum em todas as suas ações. Mas esse fim comum é a felicidade, entendida tautologicamente como a satisfação de um desejo. Ou seja, é meramente formal, sem conteúdo definido.

Sendo os fins substantivamente desiguais e livremente determinados pelas vontades dos indivíduos, nada impede que a realização dos fins de alguns seja obstáculo para a realização dos fins de outros. Isso pode ocorrer quando os trabalhadores buscam aumento de salários e os capitalistas buscam diminuir os salários como meio de aumentar ou manter os lucros, ou quando vários indivíduos desejam o mesmo bem que não está disponível para todos.

Nesses casos, von Mises tem que incluir a premissa de uma ordem espontânea que tornaria compatíveis, no longo prazo, as ações movidas pelas vontades autodeterminadas. A ordem espontânea não está contida no conceito formal de ação e só é possível a realização de todos os fins após uma longa travessia em que é necessário fazer “sacrifícios”. Nessa travessia, alguns, *de facto*, nunca terão seus desejos realizados. Adicionalmente, é necessário incluir premissas substantivas sobre a economia para se concluir que a divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção levam a essa ordem espontânea.

Pode se exemplificar a necessidade de premissas adicionais ao conceito formal de ação para se chegar às conclusões neoliberais de von Mises com o debate sobre o cálculo socialista, onde os dois lados partiam do mesmo conceito formal de ação. O principal opositor de von Mises no debate, Oscar Lange, afirmava que o socialismo era “uma tentativa de aplicar o princípio da racionalidade econômica não somente a uma questão ou empresa particular, mas à economia nacional como um todo” (Lange, 1983, p. 364).

De acordo com Lange, os instrumentos da praxeologia aplicada, como a pesquisa operacional e a teoria da programação, são instrumentos de planejamento que visam o melhor uso dos meios para atingir os fins. Seu objetivo é a eficiência no uso dos meios. No socialismo, afirma Lange, estes instrumentos são aplicados à economia nacional (*ibidem*, p. 367). Partindo do conceito formal de ação e adicionando a este a existência de fins últimos comuns a todos os homens e a igual capacidade de utilizar os meios sob a hipótese da maximização, Oscar Lange deriva o planejamento socialista.

Não é objeto desse artigo retomar o debate do cálculo socialista. O ponto central aqui é de que a impossibilidade de derivar apenas as conclusões neoliberais do conceito formal de ação não é o resultado de uma inconsistência lógica no argumento de von Mises. O conceito formal de ação requer determinadas condições necessá-

rias para que este ganhe conteúdo; em outros termos, requer pressupostos que não são apenas lógicos, mas pressupostos ontológicos, sobre a constituição da realidade. O mesmo conceito formal de ação com conteúdos derivados de pressupostos ontológicos diferentes leva a conclusões diferentes e até mesmo opostas.

A necessidade de pressupostos ontológicos na praxeologia de von Mises pode ser observada também em sua defesa do caráter *a priori* do seu conceito de ação. Von Mises defende o método *a priori* na ciência da ação humana a partir do conhecido problema da indução. Tal problema consiste na impossibilidade de se retirar generalizações de caráter universal a partir do conhecimento empírico, posto que este nunca esgota todas as instâncias do universal.

Invocando Kant, von Mises afirma que todo conhecimento é condicionado por categorias que antecedem a experiência, categorias *a priori* (von Mises, 1962, p. 12). Aqui von Mises recorre à “regularidade na sucessão de eventos” como categoria *a priori* necessária para toda teoria. A estrutura lógica imutável da mente humana seria uma regularidade pressuposta para a praxeologia (*ibidem*, p. 16).

O apelo de von Mises a Kant é enganoso. Como argumenta Barota (1996), os conceitos *a priori* de Kant referem-se às condições epistemológicas para a realização da ciência. Conceitos *a priori* são transcendentais e distintos dos cientí-

ficos. Em termos kantianos, uma teoria científica explanatória não pode ser deduzida de conceitos *a priori*, mas deve incluir elementos a posteriori retirados da experiência. Assim, as mesmas categorias *a priori* podem resultar em teorias científicas diferentes (*ibidem*, p. 59). Do ponto de vista kantiano, von Mises conflagra as condições para a ciência com a própria ciência ao dar a ação o status de categoria *a priori*.

O caráter *a priori* do conceito de ação em von Mises também não é defensável com base na lógica pura em termos kantianos. As categorias lógicas kantianas – quantidade, qualidade, relação, modalidade – seriam puramente intelectuais, sem qualquer referência à experiência (Young, 1992, p. 101-103). Essas categorias dizem respeito à forma do pensamento sobre qualquer coisa e não ao seu conteúdo (*ibidem*, p. 105-106), sendo válidos para qualquer ciência independente de seu objeto. Von Mises defende que os conceitos *a priori* da praxeologia – finalidade, meios, vontade, razão – não se referem ao “conteúdo material” das ações, mas apenas à sua forma. Contudo, ao contrário das categorias lógicas kantianas, eles não se referem à forma do pensamento sobre qualquer coisa, mas à forma da ação enquanto distinta de outras coisas. Von Mises é claro ao distinguir a ação, por exemplo, de um comportamento automático (von Mises, 1990, p. 33).

Como distinguir a lógica da ação em relação à lógica do comportamento automático ou da natureza, se não por meio da experiência? Von Mises afirma que essas categorias são fruto da “reflexão sobre a essência da ação” (*ibidem*, p. 58). Se por tal reflexão faz-se referência à introspecção, esta se constitui a partir de uma experiência subjetiva. Sendo subjetiva, sua realidade deve ser validada intersubjetivamente. A validade intersubjetiva de experiências subjetivas, por sua vez, implica uma experiência objetiva comum. Como von Mises nega categoricamente que a realidade dos *a priori* se funde em qualquer experiência, é plausível supor que a categoria da ação de von Mises seja inferida a partir de compromissos ontológicos implícitos que são explicitados na seção seguinte.

## **2. Ontologia finalista e de dois mundos**

A princípio pode-se negar a existência de compromissos ontológicos na praxeologia de von Mises, alegando que este apresenta apenas argumentos sobre como conhecemos o mundo, argumentos de natureza epistemológica. Von Mises adota um argumento cético, apontando para a limitação de nosso conhecimento sobre a origem das ideias (*ibidem*, p. 29-30).

O argumento cético sobre a origem das ideias, no entanto, não impede von Mises de afirmar que estas “são geradas por algum processo desconhecido no corpo humano” (von Mises, 2007,

p. 97). Deste modo, ele admite que a mente depende do corpo humano, algo material, para existir. Mas os pensamentos e ideias produzidos pela “estrutura lógica da mente” são “intangíveis e imateriais” (*ibidem*, p. 95) e a “Mente ou razão é posta em contraste com a matéria” (von Mises, 1962, p. 11).

Com uma justificativa epistemológica, von Mises assume comprometer-se de caráter ontológico.<sup>2</sup> Apesar de admitir que a mente atua a partir de processos materiais gerados no corpo, com a justificativa do ceticismo epistemológico compromete-se ontologicamente com uma substância imaterial e intangível, a mente. Em sua argumentação, a mente funciona independente de qualquer restrição material objetiva provinda do ambiente físico e social. Sua teoria da ação é a mais explícita expressão desse comprometimento ontológico.

Embora von Mises não afirme nada sobre o conteúdo dos fins visados pela ação, afirma algo sobre sua causa: “O que faz alguém sentir-se desconfortável, ou menos desconfortável, é estabelecido a partir de critérios decorrentes de sua própria vontade e julgamento, de sua avaliação pessoal e subjetiva” (von Mises, 1990, p. 24). A ação não passa de uma “manifestação da vontade” e, portanto, da escolha incondicionada dos fins (*ibidem*, p. 23).

A ação tal como formulada por von Mises consiste nos atos que dependem apenas dos indiví-

duos, o que Kotarbinsky (1983, p. 11) denominou de “ação absoluta”. Desta forma, as finalidades da ação são produtos puros da mente dos indivíduos. O ceticismo metodológico garante apenas uma negação sobre a origem e o funcionamento dos fins, mas não justifica a afirmação de von Mises. Esta só pode ser justificada assumindo-se o compromisso ontológico de que a ação é um produto apenas da mente “intangível” e “imaterial”. Isso fica claro quando afirma que mesmo a satisfação de necessidades biológicas e a preservação da vida são um resultado da escolha (von Mises, 1990, p. 31).

Mas se a ação é “o comportamento total do homem” (*ibidem*, p. 22), ela não pode se resumir à escolha de um fim. Aqui pode se argumentar que os fatores distintos da mente “imaterial” teriam efeito causal na consecução dos fins através da busca dos meios. Em outros termos, se os constrangimentos materiais estão ausentes na “ação absoluta”, eles estão presentes nos atos pelos quais essa ação se efetiva. Desta forma, o reconhecimento de causalidades materiais seria um condicionante da ação e, portanto, parte de sua explicação.

No entanto, von Mises afirma que o reconhecimento correto de uma relação causal supõe que os fins foram atingidos (*ibidem*, p. 36). Não só se trata de um “círculo vicioso”, como von Mises admite, mas a própria causalidade é entendida como um “*a priori*” (von Mises, 1962, p. 20).

Deste modo, a causalidade é um produto da estrutura lógica da mente humana.

Von Mises compromete-se com uma ontologia de “dois mundos diferentes” e na qual “nenhuma ponte liga esses dois mundos” (von Mises, 1990, p. 29). Para esse economista, a ação humana é homogênea com a razão e é um produto desta (*ibidem*, p. 58). A razão, por sua vez, parece se identificar com a estrutura lógica da mente humana. Como a ação é tomada como sendo idêntica à razão, a praxeologia funda-se na razão pensando a razão. O caráter *a priori* das premissas da praxeologia é ontologicamente justificado por sua origem em um “mundo diferente” do mundo material dos sentidos, o mundo da mente imaterial.

Para von Mises, não é possível estabelecer qualquer tipo de relação causal na direção do mundo da matéria para o mundo da mente, embora, como será visto adiante, ele viola esse pressuposto em pelo menos uma ocasião. Mas a direção contrária é admitida. Von Mises afirma categoricamente, e de forma não condicionada pelo estado de nosso conhecimento, que as ideias e pensamentos “produzem mudanças nas coisas tangíveis e materiais” (von Mises, 2007, p. 96).

Von Mises, *de facto*, atribui um valor ontológico maior à teleologia em relação à causalidade. O autor admite que teleologia é uma espécie de causa, que ele designa como “causa final”. Von

Mises defende, ainda, que toda mudança se origina de uma causa e, conseqüentemente, que a conduta humana é dirigida pela causalidade (*ibidem*, p. 177). No caso da ação humana, no entanto, essa causa é a vontade, algo subjetivo que não possui causas. Admitindo que tudo se origina de uma causa, a vontade só pode ser causa de si mesma. A vontade é a causa primeira, o motor não movido da ação humana.

Deste modo, von Mises reduz toda causalidade no que se refere ao mundo humano às finalidades dos agentes. Nos termos das quatro causas aristotélicas, a causa material da ação, aquilo de que ela é feita, é a estrutura lógica da mente, uma substância imaterial. O que dá a forma específica de uma ação sua causa formal, nos termos de Aristóteles, é o fim determinado que ela busca, e este é escolhido de acordo com a vontade autodeterminada dos agentes. O que gera a ação, sua causa eficiente, são as finalidades dos agentes; do mesmo modo, as mudanças no mundo material são causadas pelas finalidades dos agentes. Ao admitir que a causalidade é um produto da mente humana, ao colocar a causa material das ações em uma substância imaterial e ao conflagrar as outras causas com a causa final, von Mises assume um compromisso ontológico com um mundo humano regido exclusivamente pela teleologia.

A ordem espontânea é também um tipo de teleologia transposta da mente dos indivíduos

para a sociedade como um todo. Tal teleologia refere-se primeiramente à criação de uma ordem social a partir de ideias dos indivíduos, de suas finalidades. Em diversos momentos, von Mises admite que a ordem social é criada de acordo com as finalidades, senão de todos os indivíduos – e não poderia sê-lo, pois não existem fins comuns –, pelo menos de alguns indivíduos. Em alguns momentos, von Mises é dúbio ao supor que essa finalidade pode visar algo ainda por vir; em outros, visa manter o que já existe. O comprometimento ontológico de von Mises com uma teleologia social pode ser observado em sua teoria da história.

### 3. A teoria da história de von Mises

Pertencendo ao campo da ação humana, a história não estaria sujeita ao mesmo método das ciências naturais, segundo von Mises. Não seria possível, portanto, extrair leis gerais a partir da observação de fatos históricos. Mais do que isso, sendo a história um produto da mente humana, os homens “estão livres para recorrer a interpretações bastante arbitrárias” (von Mises, 1990, p. 47-48) quando se trata de eventos históricos. Assim, só é admissível uma história que seja inferida dos *a priori* praxeológicos.

Mais do que a coerência com seu método *a priori*, mesmo quando em desacordo com as evidências históricas, a teoria da história de von Mises revela seus comprometimentos ontológicos. Sua

teoria da história pode ser resumida em sua afirmação de que “Não há nada para a história além das ideias das pessoas e as finalidades que elas procuravam motivadas por essas ideias” (von Mises, 2007, p. 161). Assim, a história pertence ao mundo imaterial da mente humana.

Mas von Mises admite algo que parece peculiar perante suas afirmações de que as finalidades são causadas unicamente pela vontade não causada dos indivíduos. Admitindo que todo indivíduo nasce em sociedade, este é “imbuído” com “ideias preexistentes”, que ele pode modificar ou não, e “suas ações são guiadas por ideologias que ele adquiriu através de seu ambiente” (*ibidem*, p. 160)

Isso significaria admitir que as finalidades dos indivíduos não se originam de sua vontade incondicionada, mas são causadas por ideologias preexistentes. Sendo a escolha causada, ela não pode ser a causa primeira e a pessoa não tem “liberdade para fazer o que quer” (von Mises, 2009, p. 27). Desta forma, seria admitida a existência de uma causa social para as ideias dos indivíduos. Por outro lado, se as ideologias “são produtos da mente humana” (von Mises, 2007, p. 160), isso implicaria em admitir a existência de uma “mente humana” acima dos indivíduos humanos.

Von Mises apresenta uma solução para esses problemas mantendo-se coerente com sua praxeologia. Em lugar de apelar para uma mente



acima dos indivíduos ou para uma causa social objetiva da ideologia, von Mises admite que a origem de uma ideia só pode estar em outras ideias. Mas isso levaria ao regresso infinito e o ponto de chegada dessa causação de ideias por ideias é a mente de um indivíduo ou de alguns indivíduos (*ibidem*). A ideia surgida na mente de um indivíduo se torna aceitável por outros e assim se transforma em ideologia. (*ibidem*)

A causação das ideologias pelas ideias de um indivíduo restringe a liberdade entendida como o exercício da vontade sem constrangimentos. Alguns indivíduos têm sua ação guiada por ideologia preexistente e que não é produto da sua escolha. Mas se a liberdade da ação é entendida como exercício de uma vontade autodeterminada, nem todos os indivíduos são livres.

As afirmações de von Mises levam à proposição de uma teleologia na história. Se são as ideologias que guiam as ações dos indivíduos, se na história não há nada além dessas ideias e se as ideologias originam-se da mente de um ou alguns indivíduos, são as finalidades destes que determinam a história. Assim, o capitalismo teria sido um produto teleológico da mente dos economistas e “o que é comumente chamado de ‘revolução industrial’ foi o resultado da revolução ideológica efetuada pelas doutrinas dos economistas” (von Mises, 1990, p. 14).

O mesmo tipo de teleologia social está presente no debate sobre o cálculo socialista. Aqui

a ordem espontânea gerada pelo mercado é o resultado de uma “divisão mentalmente calculada do trabalho entre os vários empresários” (von Mises, 2009, p. 39). Deste modo, a teleologia social reproduz a finalidade de alguns indivíduos, os empresários. A causa final da história é constituída pelos fins que alguns indivíduos buscam. No caso do capitalismo, trata-se dos fins buscados pelos empresários como causa final da reprodução econômica.

Poder-se-ia alegar que a ordem espontânea da história não é teleológica, mas sim um processo evolucionário análogo ao da evolução biológica. Mas não só as evidências textuais negam tal analogia, como isso incluiria von Mises na ideologia à qual dedicou toda sua vida a combater, o materialismo. Quando trata das origens das ideias, von Mises rejeita explicitamente as analogias biológicas do contágio propostas pelas explicações materialistas como uma “comparação superficial e que não explica nada” (von Mises, 2007, p. 99).

Fica por explicar o motivo de algumas ideias surgirem em alguns indivíduos e não em outros e como elas são aceitas se transformando em ideologia. A explicação da aceitação e da origem das ideias leva a um outro elemento fundamental na ontologia de von Mises: a desigualdade natural dos homens e a superioridade de uns em relação aos outros. Trata-se aqui do argumento aristocrático que será tratado de forma

mais detalhada adiante. Tal argumento supõe que alguns são naturalmente predestinados a terem ideias vencedoras e outros a aceitá-las.

Assim, von Mises tem um comprometimento ontológico com a existência de dois mundos, com a existência de uma substância imaterial, com uma teleologia social e com a predestinação dos indivíduos. Conforme argumentaremos na próxima seção, as raízes desses comprometimentos ontológicos podem ser encontradas em uma ontologia de origem religiosa.

#### **4. Crítica ao materialismo e ontologia religiosa**

Os comprometimentos ontológicos de von Mises têm origem e natureza religiosa, e suas raízes podem ser encontradas na filosofia aristotélica reinterpretada em termos religiosos por Tomás de Aquino. Tal proximidade é bastante plausível, uma vez que o ensino no Império Austro-húngaro era dirigido pela Igreja Católica, fundamentando-se na filosofia tomista. (Hülsmann, 2002, p. li)

A praxeologia de von Mises atende a todos os critérios da ciência no sentido estrito (*scientia scire simpliciter*) de Tomás de Aquino. Para Aquino a *scientia* é o conhecimento completo e certo da verdade de algo. (Mac Donald, 1993, p. 162) Como na praxeologia de von Mises, a *scientia* “não argumenta para provar seus princípios, mas argumenta a partir dos princípios

para provar outras verdades” (Aquino, 1947 p. 8). Segundo Tomás de Aquino, “Os princípios de qualquer ciência ou são autoevidentes em si ou redutíveis às conclusões de uma ciência superior” (*ibidem*).

Os princípios da argumentação são autoevidentes, significando que “seu conhecimento é naturalmente implantado em nós” (*ibidem*, p. 12). Aquino argumenta que algo pode ser autoevidente em si ou em si e para nós. Uma proposição é autoevidente para todos “quando”, sendo seus termos conhecidos, imediatamente se “conhecem”, ou quando nelas “algo se predica de si mesmo, como homem é homem, ou se o predicado delas está incluído na definição do sujeito, como homem é animal” (Aquino, 1990, p. 34) ou, de outra forma, “quando o predicado está incluído na essência do sujeito” (Aquino, 1947, p. 13).

Mas uma proposição pode ser autoevidente em si, mas não para nós quando “não sabemos o significado e o sujeito da preposição” (*ibidem*, p. 12). Quando a essência que se predica do sujeito é desconhecida, é “necessário demonstrar a preposição por algo que é conhecido por nós” (*ibidem*, p. 13) uma vez que, argumenta Aquino citando Boécio “Existem alguns conceitos mentais que são autoevidentes somente para os instruídos” (*ibidem*, p. 13)

O caráter autoevidente das premissas, ou princípios primeiros da argumentação, as torna

irrefutáveis e não passíveis de prova. Assim, argumenta Aquino, para conhecer as verdades autoevidentes “não é necessário um esforço de investigação” (Aquino, 1990, p. 34) e “Ninguém pode admitir mentalmente o oposto do que é autoevidente” (Aquino, 1947, p. 12).

A fundamentação dada por Aquino ao caráter autoevidente dos princípios primeiros é a mesma dada por von Mises ao caráter *a priori* das premissas da praxeologia. Tais premissas são resultados de uma “reflexão sobre a essência da ação” (von Mises, 1990, p. 58). O sentido da reflexão pode ser entendido como um ato puramente mental sem referente nas ações realmente existentes. Sendo essa “essência da ação” independente dos atos pelos quais qualquer ação realmente existe, sua fundamentação é metafísica.<sup>3</sup>

A *scientia* tomista depende da natureza do que é conhecido. No caso das coisas naturais, a matéria faz parte de sua própria definição (Aquino, 1947, p. 573) e seu conhecimento depende da “matéria sensível em comum” (*ibidem*, p. 575), embora não da individual. Trata-se aqui da “filosofia da natureza”, cujos princípios primeiros devem ser obtidos indutivamente a partir dos sentidos. Os objetos matemáticos, por sua vez, “podem ser abstraídos pelo intelecto da matéria sensível”, “podem ser considerados à parte das qualidades sensíveis”, mas não podem ser abstraídos da “matéria inteligível comum” (*ibidem*).

Aqui se trata das ciências *a priori* – a matemática e a lógica. Já a metafísica, lida com coisas “que podem existir sem a matéria, como ocorre claramente com coisas imateriais” (*ibidem*).

Von Mises admite que as ciências naturais se utilizam da experiência, mas o mesmo seria impossível para as ciências do homem. Assim, as premissas da praxeologia “São como a lógica e a matemática aprioristas” (von Mises, p. 48), o que implicaria um compromisso ontológico com a mente como algo que se situa como uma “matéria inteligível comum”, distinta da “matéria sensível”.

A praxeologia de von Mises também está próxima dos argumentos de Tomás de Aquino sobre a alma. Aquino reconhecia a existência de seres corpóreos e seres espirituais (Aquino, 1947, p. 342) e de substâncias intelectivas separadas das substâncias corpóreas (Aquino, 2008, p. 26-27), analogamente à divisão entre o mundo material e o da mente imaterial em von Mises. Como a mente em von Mises, a alma humana em Aquino é uma substância incorpórea: “É necessário dizer que aquilo que é o princípio da atividade intelectual, aquilo que chamamos da alma humana, é um princípio incorpóreo e subsistente” (Aquino, 1947, p. 482).

Mas o homem não é um ser puramente espiritual em Aquino. Para Aquino o homem “é composto de uma substância corpórea e outra espiritual”, corpo e alma, sendo assim um “ser

limítrofe” entre as coisas materiais e as puramente espirituais. As teses praxeológicas de von Mises sobre a mente humana que funciona em um corpo mas não depende dele em nenhum sentido causal levam a inferir a presença de uma noção do homem como um ser composto de duas substâncias separadas, como em Aquino.

A praxeologia de von Mises poderia ser remetida diretamente à ética aristotélica. Von Mises, da mesma forma que Aristóteles e Aquino, afirma que o fim último do homem é a felicidade. Mas Aristóteles dá um sentido ético à felicidade como fim último que todos os seres humanos deveriam buscar e analisa o sentido do termo felicidade para inferir dele um conteúdo determinado como bem comum (MacInerny, 1993, p. 200).

Para Aquino a felicidade é identificada com o bem e deus é o bem supremo. Se o fim é o objeto da vontade, o fim tem o aspecto de um desejo, e todas as coisas desejam o bem (Aquino, 1947, p. 32), este é fim último de todas as ações. Para Aquino, deus é o bem último e a felicidade plena só pode ser obtida quando o homem coloca deus como fim último.

Aqui von Mises difere tanto de Aristóteles como de Aquino, pois a felicidade é definida subjetivamente pelos indivíduos, ou seja, é informal e indeterminada. Mas em um ponto pelo menos ela se aproxima mais da ética tomista do que da aristotélica. Primeiramente, sem o elemento teológico, a felicidade de von Mises se aproxima

do bem de Tomás de Aquino, pois, para este, “porque o bem é de vários tipos”, “a vontade não é determinada necessariamente por um” e a capacidade da vontade “não é submetida a qualquer bem individual” (*ibidem*, p. 550). Se os bens são de vários tipos e o que é desejado é o bem, por definição, pode se inferir a conclusão de que a finalidade da ação é indeterminada.

Também com relação à vontade autodeterminada, von Mises se aproxima de Aquino. A vontade é autodeterminada em Aquino, como em von Mises, pelo menos em suas primeiras obras (Kretzman, 1993, p. 147). Nas obras posteriores, Aquino afirma que a vontade move a ação em direção ao fim que é determinado pelo intelecto. Assim a vontade é determinada pelo intelecto apenas como causa final, mas não como causa eficiente (Aquino, 1990, p. 132). No entanto, no argumento de Aquino, resta uma vontade indeterminada, pois quer a si mesmo e a todas as coisas (*ibidem*, p. 133-135), que se identifica com a própria essência do volente (*ibidem*, p. 132-133) e que não tem nenhuma causa fora de si (*ibidem*, p. 147): a vontade divina. Pode-se inferir que, sob esse aspecto, a ação humana na praxeologia de von Mises é formalmente idêntica à ação divina em Aquino.

De modo geral, a explicação de von Mises para as transformações na sociedade são análogas à criação divina. O intelecto puramente imaterial é, para von Mises, a causa eficiente e final das

coisas existentes no mundo humano, e as finalidades da ação humana são criadas ex nihilo (a partir do nada) como no ato da criação divina. A vontade humana é a causa final não causada do mundo humano, um análogo da vontade divina.

Ademais, ao afirmar que as premissas da praxeologia são incontestáveis lógica e empiricamente, von Mises dá a ela o mesmo status da verdade revelada por Deus. Causaria espanto em qualquer pessoa capaz de um raciocínio lógico mínimo a falácia contida no argumento de que tal teoria possa se proclamar “acima de disputas de partidos e facções”, quando ela mesma se constitui como uma facção, ou “indiferente aos conflitos de todas as escolas de dogmatismo” (*ibidem*, p. 43), quando ela mesma proclama seu dogmatismo.

A motivação explícita de von Mises para a formulação da praxeologia e para o argumento liberal deduzido a partir dela é a evidência mais forte de sua fonte religiosa. Em sua cruzada pelo neoliberalismo, von Mises afirma que a libertação das pessoas da “doutrinação” do marxismo e do “progressivismo” será decidida “pelas questões fundamentais da epistemologia e teoria do conhecimento” (von Mises, 1990a, p. 206). Note-se de passagem que isso contradiz a afirmação de von Mises de que “Ninguém tem condições de determinar o que faria alguém mais feliz” (von Mises, 1990, p. 24), uma vez que

ele não exclui que suas ideias neoliberais façam os outros mais felizes.

As ideias das quais von Mises magnanimamente pretende libertar os homens são as ideias do materialismo. Von Mises entende por materialismo uma ontologia que atribui as origens de todas as características humanas a processos físicos e biológicos (von Mises, 2007, p. 94). A partir dessa definição estreita, o materialismo é identificado com o fisicalismo e com o mecanicismo. Esse último se refere não só à analogia do homem com a máquina, mas ao determinismo causal estendido da natureza ao homem.

Von Mises só reconhece a causalidade de tipo mecânico: ele rejeita explicitamente a causalidade probabilística (von Mises, 1962, p. 93); não considera a dialética de Marx, atribuindo a ele o estrito mecanicismo; e desconhece a causalidade complexa do materialismo emergentista que se desenvolveu nos últimos anos.

O alvo imediato do ataque ao materialismo é obviamente o marxismo. Mas von Mises vai mais longe em sua cruzada contra o materialismo, atingindo o positivismo e o Iluminismo. Todos são tidos como essencialmente o mesmo materialismo. Desta forma, o materialismo que von Mises ataca pode ser classificado como um espantalho.

Sendo o materialismo uma ontologia, sua contraposição deveria ser feita no mesmo plano ontológico. Von Mises não o faz explicitamen-

te, apresentando o ceticismo epistemológico como contraponto ao materialismo. Segundo ele o materialismo foi incapaz de explicar como eventos materiais produzem eventos mentais. A possibilidade de o problema ser o determinismo mecânico e não o materialismo não é aventada em nenhum momento por von Mises, uma vez que identifica superficialmente os dois.

Seu ceticismo epistemológico levaria logicamente à conclusão de que se não podemos falar como causas materiais levam a eventos mentais, também não poderíamos falar que eventos mentais não têm causas materiais. Mas von Mises não tem o hábito de se calar sobre o que ele mesmo afirma não poder ser dito. Admitindo que não sabemos o que faz a mente operar, não há nenhuma razão para admitir a separação entre o “corpo material” e a “mente intangível”. O próprio ceticismo epistemológico põe em suspeita essa separação, posto que ela é “realizada pela própria mente” (*ibidem*, p. 11). Se não sabemos as causas da operação da mente, também não sabemos se a separação é real. Ou seja, o ceticismo epistemológico não justifica o realismo dos pressupostos apriorísticos da ação. Por outro lado, a ação executada por um corpo material em um mundo em que há coisas materiais e outros homens com corpo e mente se relacionando em sociedade não pode ser atribuída apenas à mente e à vontade dos indivíduos. Mesmo admitindo o ceticismo sobre as origens

das finalidades, os atos pelos quais a ação se realiza devem contar com causas eficientes de natureza externa à mente dos indivíduos, independente de tais causas serem conhecidas. Portanto, von Mises só pode se contrapor ao que ele entende por ontologia materialista adotando o comprometimento com uma ontologia não materialista, de origem religiosa. Isso se evidencia na posição que assume na disputa entre materialismo e religião.

Von Mises afirma que a ontologiamaterialista surgiu como uma contraposição à ontologia religiosa dos dois mundos (von Mises, 2007, p. 99). Nesse ponto, von Mises assume claramente o partido da religião contra o materialismo: “[...] é impossível para o raciocínio *a priori* e para as ciências naturais refutar de forma convincente os refinados dogmas religiosos. [...] críticas elaboradas não afetam o núcleo da fé” (*ibidem*, p. 100). Em seguida, afirma que a popularidade do materialismo se deveu a motivações políticas, decorrentes do envolvimento da Igreja com a aristocracia do antigo regime. É uma hipótese bastante plausível, portanto, que von Mises tenha recorrido aos referidos dogmas para se contrapor ao materialismo.

Mas os comprometimentos ontológicos de natureza religiosa de von Mises não podem ganhar um caráter mundano sem o argumento aristocrático. Uma ontologia religiosa que prescinde de um Ser absoluto sobrenatural torna-se viável

como ontologia social se é admitida a existência de seres superiores no mundo terreno da sociedade. O argumento aristocrático é o ponto fundamental dos comprometimentos ontológicos de von Mises.

### **5. O argumento aristocrático**

Von Mises admite que o liberalismo clássico fundava-se na igualdade natural de todos os homens; as desigualdades seriam fruto das condições sociais. Esse argumento do liberalismo clássico encontra-se em Adam Smith, por exemplo. Ao tratar da divisão do trabalho, Smith admite que todos os homens têm as mesmas capacidades e que não há diferença natural entre um filósofo e um carregador. Smith recorre à comparação entre pessoas antes e depois da idade de trabalhar e entre países com divisão do trabalho pouco desenvolvida e mais desenvolvida para validar sua afirmação de que as diferenças de capacidades são causadas pela divisão do trabalho (Smith, 1985, p. 483).

Von Mises afirma que os homens são naturalmente desiguais e que, mesmo entre irmãos, há desigualdade de capacidades físicas e mentais (von Mises, 1985, p. 27). Afirma também o caráter hierárquico dessa diferença, sentenciando que a partir da desigualdade natural, “Podemos – sem nenhum juízo de valor – distinguir entre homens superiores e inferiores” (von Mises, 1990a, p. 21). Note-se a falácia no argumento

de von Mises, uma vez que as diferenças entre indivíduos ou grupos humanos não implica necessariamente a superioridade in toto de uns sobre outros. Para deduzir a suposta superioridade das diferenças, von Mises inclui um juízo de valor implícito.

Não é possível inferir essa desigualdade do conceito formal de ação de von Mises. Além disso, ao contrário de Smith, von Mises não apresenta evidências empíricas capazes de comprovar sua afirmação. Sendo uma diferença natural, isso seria violar seus princípios, pois se refere ao mundo da matéria. Se há desigualdade natural em capacidades mentais, isso significaria admitir um efeito causal da matéria sobre a mente imaterial.

A aparente contradição entre a negação absoluta do materialismo e a explicação das diferenças naturais dos homens com base em “fatos biológicos” pode ser entendida como um resultado de comprometimentos ontológicos de natureza religiosa sem uma teologia. Sem uma teologia, não se pode apelar para a providência divina para justificar a existência de uma predestinação dos indivíduos. Tal predestinação é incompatível também com a proclamação da livre escolha movida pela vontade não causada. Assim, resta apenas a violação de um princípio epistemológico para manter um compromisso ontológico.

Von Mises mobiliza explicitamente o argumento da causa biológica em sua defesa da desigualdade natural dos homens (von Mises, 2007, p. 327-328). Deste modo, afirma sobre os indivíduos que “as capacidades mentais que circunscrevem as potencialidades de seus atos mentais e de sua personalidade” são herdadas de seus pais, e que “há uma correlação entre a estrutura corporal e as características mentais” (*ibidem*). Von Mises fundamenta a diferença entre “o gênio e o idiota” nos “fatos da biologia e da história” (*ibidem*, p. 331). Mas, como veremos a seguir, “os fatos da biologia” são descartados pelo autor austríaco com base no ceticismo epistemológico.

Para justificar com os “fatos da biologia” a diferença natural dos homens, von Mises assume uma teoria biológica das “raças”. Afirma que “a espécie humana é subdividida em grupos raciais com distintas características biológicas hereditárias. A experiência histórica não impede o pressuposto de que alguns grupos raciais são mais bem-dotados que outras raças para conceber ideias mais sensatas” (*ibidem*, p. 161).

Von Mises assevera que é possível conceber que determinadas “raças” possam alcançar o nível cultural de outras pelo processo de evolução biológica (*ibidem*). Mas a evolução biológica das “raças” dar-se-ia em uma direção pré-determinada para o nível alcançado pelas “raças” que produziram “ideias mais sensatas” e que foram

“mais bem-sucedidas que outras na busca das finalidades de todos os homens” (*ibidem*, p. 333). Deste modo, von Mises afirma que “a moderna civilização é um feito dos homens brancos” (*ibidem*, p. 334). Cabe assinalar que esse é mais um aspecto do caráter teleológico da teoria da história de von Mises.

Mas von Mises sustenta que a teoria “racial” biológica e a superioridade da “raça branca” no atual momento da história não justificam as doutrinas políticas racistas (*ibidem*). Não haveria, segundo ele, como garantir que a suposta superioridade da “raça branca” permanecerá no futuro, pois isso só seria garantido por uma descoberta biológica “de características anatómicas dos membros das raças não-caucasianas que contivessem naturalmente suas faculdades mentais”, o que segundo ele não teria acontecido até aquele momento (*ibidem*, p. 336).

Von Mises, no entanto, afirma que não é seu objeto na discussão da história “a análise dos problemas controversos da pureza racial e da miscigenação”, nem “investigar os méritos do programa político do racismo” (*ibidem*). Dessa forma, embora assumindo o racismo biológico como um dado *a priori*, posto que não calcado em qualquer evidência além de afirmações vagas, von Mises livra-se de ter que fundamentar sua teoria da história na biologia.

Apesar de descartar as políticas racistas como consequência de sua teoria da história, ao admi-



tir o racismo biológico como ponto de partida, von Mises afirma, no mínimo, a compatibilidade de sua teoria da história com as políticas racistas. Se a teoria da história de von Mises não deve se pronunciar sobre tais pressupostos biológicos, se o mundo da mente humana é separado do mundo material no qual se incluem os fatos biológicos e se, de acordo com von Mises, a história afirma a “superioridade da raça branca”, resta apenas uma teoria racista da história no autor. Livre dos fatos biológicos, os “fatos da história”, segundo von Mises, corroboram que “até o momento” se estabeleceu a “superioridade da raça branca”.

Ao colocar de forma cética o argumento do racismo biológico e ao mesmo tempo afirmar a superioridade de uma suposta “raça” sobre as outras na história, a refutação da teoria das raças pela biologia – algo já estabelecido hoje – não levaria à negação de políticas racistas. Sob esse aspecto, o racismo contido na teoria de von Mises revela-se ainda mais profundo e pernicioso que o racismo biológico. O racismo cultural, característico da extrema direita contemporânea, é uma conclusão implícita no argumento de von Mises.<sup>4</sup>

A manutenção da civilização capitalista, que seria um feito da “raça branca” segundo von Mises, implicaria políticas racistas que contivessem os “não-caucasianos” que “odeiam e desprezam o homem branco”, que “planejam

sua destruição e se comprazem no orgulho extravagante de sua civilização” (*ibidem*, p. 332). Tais afirmações de von Mises, em que pese sua recusa em se pronunciar sobre políticas racistas, não deixam de ser uma defesa implícita de tais políticas.

O racismo é apenas a faceta mais repugnante do argumento aristocrático de von Mises. A defesa das diferenças naturais e da superioridade de alguns em relação a outros estende-se da relação entre as supostas “raças” para a relação entre governantes e governados na política e entre indivíduos na economia.

Segundo von Mises, a defesa Iluminista da democracia baseava-se na defesa da superioridade intelectual e moral do povo frente aos monarcas e à aristocracia. (von Mises, 1985, p. 42) Von Mises vê na defesa da democracia pelo liberalismo antigo um equívoco, pois “o povo é a soma de todos os cidadãos individuais; e se alguns indivíduos não são inteligentes e nobres, então todos juntos também não o são” (*ibidem*). Com base nisso, von Mises defende a democracia como “o governo dos melhores”, ainda que os melhores aqui sejam aqueles capazes de convencer os outros de que são qualificados para governar. (*ibidem*, p. 42-43)

Outra diferença apontada por von Mises entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo é a concepção da evolução histórica. O liberalismo clássico acreditava em uma evolução progressi-

va, iluminada pela razão e pelo conhecimento, que levaria a sociedade a se conformar aos princípios do liberalismo, supostamente naturais e derivados da razão. (*ibidem*, p. 157) O liberalismo clássico defendia essa progressão da aplicação de seus princípios com base na igualdade natural das capacidades intelectuais de todos. (*ibidem*)

Aqui o argumento da desigualdade natural é mobilizado por von Mises para contrapor-se ao argumento do liberalismo clássico, afirmando que “as massas carecem da capacidade de pensar logicamente” (*ibidem*). Von Mises acrescenta que o programa do liberalismo não poderia se realizar por uma evolução natural, porque mesmo que a sua suposta racionalidade fosse reconhecida, “os ganhos momentâneos” decorrentes de “vantagens especiais” pareceriam mais importantes que os “ganhos maiores e duradouros que devem ser adiados” (*ibidem*). Von Mises atribui isso à falta de “força de vontade”, que, ao lado da “incapacidade intelectual da maioria das pessoas” (*ibidem*), as impediria de suportarem o “sacrifício provisório que toda ação social demanda” (*ibidem*, p. 158).

Claro está que se alguns são naturalmente mais capazes que outros, alguns são predestinados a governar. Mas a democracia política liberal é um incômodo para o argumento aristocrático. Os “melhores” devem convencer as massas “intelectualmente incapazes” de que são os

melhores. Tal tarefa inglória das pobres elites estaria sempre fadada ao fracasso pela ignorância “natural” das massas. A democracia política liberal nunca é uma democracia perfeita em um argumento aristocrático. A democracia perfeita para as elites deve ser buscada em outro lugar e não na política. É na economia neoliberal que o governo dos supostamente melhores poderia se dar sem amarras.

Von Mises defende a desigualdade da propriedade como a única forma de aumentar o produto e o bem-estar material. Deste modo, a manutenção da propriedade privada não representaria a manutenção de um privilégio, argumenta von Mises, mas “uma instituição social para o bem e o benefício de todos, mesmo que esta seja especialmente agradável e vantajosa para alguns” (*ibidem*, p. 30). Ou seja, a desigualdade beneficiaria a todos, mas beneficiaria mais alguns do que outros. Sendo natural, essa desigualdade não constituiria um privilégio, mas uma predestinação.

A mesma lógica de argumentação se dá em relação à desigualdade na distribuição da renda. Novamente, o argumento é subordinado à eficiência econômica, entendida no sentido de proporcionar o crescimento do produto (*ibidem*, p. 31). Von Mises vai mais longe nesse ponto, ao defender o consumo de luxo como um indutor de inovações tecnológicas e, portanto, do crescimento econômico (*ibidem*, p. 32). Deste modo,

von Mises está mais próximo de Malthus na defesa da necessidade econômica da aristocracia e distante das advertências do liberal Adam Smith contra a prodigalidade dos ricos.

De acordo com von Mises, a origem da desigualdade econômica está na desigualdade natural. Alguns se beneficiam mais da propriedade privada que outros, têm uma renda maior que outros e consomem bens de luxo por serem naturalmente mais capacitados que outros. São predestinados pela natureza a serem proprietários e ricos. O argumento de von Mises com relação à origem natural da desigualdade econômica, no entanto, é ocultado pela aparente defesa da soberania do consumidor.

Von Mises afirma que na economia de mercado são os consumidores que selecionam os vencedores no mercado. Os lucros “derivam sempre de uma correta previsão da situação futura” (von Mises, 1990, p. 928-929); portanto aqueles que conseguem se manter como proprietários são os naturalmente mais bem-dotados em suas capacidades mentais. Mas estes estariam subordinados à vontade dos consumidores. Von Mises afirma que “é o consumidor que faz algumas pessoas ricas e outras pobres” (von Mises, 1990a, p. 50), e os que obtêm lucros são os que “estão em condições de atender as necessidades mais urgentes do público” (von Mises, 1990, p. 927).

Tal capacidade de “atender as necessidades” do público, sendo oriunda de uma desigualdade

natural, não pode ser atribuída ao mérito, mas a uma predestinação. Em segundo lugar, os empreendedores parecem fugir do conceito formal de ação como livre exercício da vontade, pois suas vontades são determinadas pelo público, identificado por von Mises com os consumidores. Assim, von Mises, em um artifício de retórica, coloca aparentemente os empreendedores não como homens que exercem a sua vontade autodeterminada, mas como subordinados a um mestre, à massa dos consumidores. (von Mises, 1990a, p. 22)

Os artifícios de retórica para a apologia do neoliberalismo não são capazes de ocultar o argumento aristocrático de von Mises. Aparentemente, uma economia de mercado seria uma democracia governada pelas massas. A democracia de mercado, afirma von Mises, é “aquela em que cada centavo significa um voto” (*ibidem*, p. 81). Como os empreendedores que detêm a propriedade dos meios de produção e têm uma renda maior também são consumidores, a retórica da soberania do consumidor é a retórica de um populismo elitista.<sup>5</sup> Aqueles que são predestinados por sua maior capacidade natural de antecipar os desejos dos consumidores têm um “voto” de maior peso na “democracia do mercado”. A democracia do mercado é uma democracia aristocrática, um oxímoro.

O populismo elitista de von Mises no que se refere à “democracia do mercado” é explicitado

quando confrontado com a afirmação de que “as massas carecem da capacidade de pensar logicamente” (von Mises, 1985, p. 157). Sendo coerente com os argumentos de von Mises, como os consumidores são a massa da economia, estes careceriam de tal capacidade e, portanto, uma economia de mercado em que os consumidores são os mestres seria irracional. O argumento aristocrático da superioridade natural das elites, portanto, deve “corrigir” a soberania das massas. Von Mises afirma que os “consumidores como seres humanos são dados ao erro” (von Mises, 1990a, p. 28) e “é dever da elite induzi-los a alterar seu modo de vida ‘voluntariamente’” (*ibidem*).

Mais a elite econômica é formada pelos empreendedores, cujo voto no mercado tem maior peso. Assim, quem deve ensinar as massas dos consumidores qual deve ser o modo de vida correto são os empreendedores – ou seja, os capitalistas. Obviamente, a vontade das massas dos consumidores nesse caso não é autodeterminada, mas induzida. Sua liberdade é a liberdade de ser manipulado pelas elites. Não há dúvida sobre quem é o “mestre” e “soberano” na economia de mercado.

Von Mises mobiliza aqui o argumento de Pareto de que no capitalismo as elites estão em contínua mudança. (von Mises, 2009, p. 34) No entanto, se as desigualdades de capacidades são naturais, a mudança contínua dos indiví-

duos que compõem as elites só pode se dar no restrito limite dos naturalmente predestinados a fazer parte da elite.

Com o argumento da circulação das elites, von Mises avança o argumento do caráter meritocrático do capitalismo. Cada um só pode “culpar a si mesmo” se não chega à elite. (*ibidem*, p. 35) Mas sendo as capacidades humanas naturalmente diferentes e hierárquicas, segundo o próprio autor, ninguém poderia culpar a si mesmo pelas dotações que a natureza lhe deu. O argumento meritocrático só ganha coerência se for tido como uma “lição” das elites superiores sobre o “modo de vida” das massas inferiores, isto é, a aceitação “voluntariamente induzida” de sua condição material inferior.

O argumento aristocrático dá sentido a pontos aparentemente obscuros da teoria da história de von Mises. As “boas ideias” tornam-se ideologia quando a elite predestinada pela natureza cumpre o seu dever de “induzir as massas a alterar voluntariamente seu modo de vida” (von Mises, 1990a, p. 28). Embora von Mises afirme uma raiz biológica para a superioridade natural das elites, não é um mecanismo análogo ao biológico que define o caminho da história. O mecanismo que explica o desenvolvimento histórico para von Mises é de natureza religiosa e aristocrática. Sem uma teologia não é mais o Ser espiritual superior que guia a história na direção definida por sua vontade, mas a elite

composta pelos homens naturalmente “superiores” que o fazem.

A teoria formal da ação ganha assim um conteúdo preciso e definido com o argumento aristocrático de von Mises. A vontade da elite predestinada é autodeterminada. As massas devem se contentar em mudar seu modo de vida “voluntariamente” induzidos pela elite; caso as massas persistam na ignorância, só resta às elites induzirem coercitivamente a mudança em seu modo de vida. Um comportamento voluntário induzido não é um comportamento autodeterminado, mas a vontade das massas tem como causa a vontade das elites. No liberalismo de von Mises, apenas as elites têm sua vontade autodeterminada, apenas elas são livres. Sua defesa da liberdade é a defesa da liberdade de alguns induzirem a vontade de outros, pela coerção física quando necessário.

O argumento aristocrático de von Mises é completamente compatível com uma ditadura de elite, mesmo que essa deva se manter somente durante o “tempo necessário” para mudar o pensamento “das massas” (von Mises, 1985, p. 45). Cabe observar que a defesa que von Mises faz de uma “ditadura temporária de elite” não é apenas teórica. Em 1934, von Mises tornou-se membro da *Frente Patriótica* austríaca, com a carteira número 28632 (Hülsmann, 2007, p. 677, n. 149). A Frente Patriótica foi estabelecida como partido único da Áustria pelo chance-

ler Engelbert Dollfuss, chanceler da Áustria em 1933, após se aliar à Itália então governada pelo partido fascista de Mussolini, dissolver o parlamento e governar com bases em leis emergenciais; ou seja, após estabelecer uma ditadura temporária de elite.

## **6. Considerações finais: o neoliberalismo como reação**

Demonstrou-se nesse artigo que o neoliberalismo de von Mises fundamenta-se em uma ontologia religiosa e em argumentos aristocráticos. Pode parecer estranho a fusão do liberalismo com o pensamento religioso e aristocrático. No plano ideológico, o liberalismo combateu o pensamento aristocrático e religioso durante o alvorecer do pleno desenvolvimento do capitalismo no século XVIII, a despeito das diferenças que se possam observar entre a ideologia e a prática. É preciso assinalar que o neoliberalismo de von Mises é orientado pela obsessiva cruzada contra tudo que ele identificava como socialismo. O “tudo” que identifica, *de facto*, como socialismo é qualquer coisa que seja minimamente favorável aos trabalhadores, mesmo dentro dos marcos do capitalismo e da democracia liberal. A natureza da ameaça ao capitalismo mudou, já não é mais o clero e a nobreza, mas os trabalhadores ou, como denomina von Mises, “a massa”. Pode se entender isso a partir da natureza política da contraposição de von Mises ao materia-

lismo. Já no período iluminista, o materialismo continha elementos perigosos para a manutenção da ordem capitalista; mas como ele combatia o “*Anciën Regime*”, ainda era aceitável. Von Mises afirma que o materialismo se sustentou a partir de meados do século XIX por motivos políticos. Essa observação não é meramente casual; na verdade, o materialismo tornou-se perigoso para a manutenção da ordem capitalista a partir do momento que se tornou materialismo histórico. A partir daí, qualquer materialismo deve ser combatido pelos partidários da ordem – e von Mises é um de seus maiores aficionados.

Para combater o materialismo, os neoliberais buscam fundamentos na ideologia da reação feudal à ascensão do capitalismo. A ideologia de natureza religiosa, qualquer que seja a denominação desta, cumpre um papel fundamental na cruzada neoliberal. A religião não só é potencialmente capaz de induzir uma mudança “voluntária” no comportamento das massas, como mobiliza argumentos justificados apenas pelo sentimento da fé, “irrefutáveis pela evidência empírica”. Visto sob esse prisma, é possível entender que a defesa radical do neoliberalismo venha acompanhada não simplesmente da tolerância religiosa de Voltaire, mas do fundamentalismo religioso de Joseph de Maistre.<sup>6</sup> Mas se trata não apenas de uma aliança, consagrada na encíclica *Centesimus Annus* (1991) de João Paulo II, mas de uma verdadeira fusão encontrada

também na “teologia da prosperidade” pentecostal. Ademais, o neoliberalismo é defendido com um fervor religioso que deixa seus adeptos imunes à contestação empírica e à argumentação lógica.

Da mesma forma, a defesa da igualdade natural dos homens já não serve mais à manutenção do capitalismo. No século XVIII, os defensores do capitalismo tinham na nobreza que se via como naturalmente superior aos “comuns” um inimigo a ser combatido. Agora, são os “comuns”, isto é, os trabalhadores, que representam a maior ameaça à manutenção do capitalismo. A nova aristocracia já não é mais a nobreza proprietária de terras, mas os empreendedores – leia-se os capitalistas –, a suposta “raça” branca e os intelectuais neoliberais.

A oposição ideológica entre a democracia liberal e o absolutismo transforma-se em uma bizarra síntese na democracia aristocrática, no populismo elitista. A igualdade natural é substituída pela suposta superioridade e pela predestinação natural da nova aristocracia. O argumento aristocrático serve às autodenominadas elites para induzir os trabalhadores a se conformarem voluntariamente com sua condição. Se o céu das elites não é alcançado pelas massas terrenas, restaria a essas a autodepreciação induzida.

## Bibliografia

AQUINO, Tomás de. *O ente e a essência*. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.

AQUINO, Tomás de. *Suma contra os gentios*. São Lourenço de Brides: Escola Superior de Teologia; Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1990.

AQUINO, Tomás de. *Summa theologiae*. Digital edition, Public Domain. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>>. Benziger: Bros Edition, 1947.

BAROTA, P. “A neo-kantian critique of von Mises’s Epistemology”, *Economics and Philosophy*, vol. 12, n. 1, Abril 1996.

ECO, U. *Ur-Fascism*. New York Review of books, 22 de junho de 1995.

HÜLSMANN, J. G. “Introduction”. In: VON MISES, L. *Epistemological problems of economics*. Auburn: von Mises Institute, 2002.

\_\_\_\_\_. *Mises The Last Knight of Liberalism*. Auburn: von Mises Institute, 2007.

KOTARBINSKY, T. “The goal of an act and the task of the agent”. In: GARSPARSKY, W. & PSZCZOŁOWSKI, T. (eds). *Praxeological studies*. Polish Contributions to the Science of Efficient Action. Boston: Dredel, 1983.

KRETZMAN, N. “Philosophy of mind”. In: KRETZMAN, N. & STUMP, E. *Cambridge companion to Aquinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LANGE, O. “The importance of praxiology for political economy”. In: KRETZMAN, N. & STUMP, E. *Cambridge companion to Aquinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MAC DONALD, S. “Theory of Knowledge”. In: KRETZMAN, N. & STUMP, E. *Cambridge companion to Aquinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MACIERNY, R. “Ethics”. In: KRETZMAN, N. & STUMP, E. *Cambridge companion to Aquinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

NEW YORK TIMES. “Rand Paul’s Mixed Inheritance”, 25 de janeiro de 2014. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2014/01/26/us/politics/rand-pauls-mixed-inheritance.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2014/01/26/us/politics/rand-pauls-mixed-inheritance.html?_r=0)>. Acessado em: 24/09/2015.

SMITH, A. “Lectures on jurisprudence” In: *Glasgow edition of the works and correspondence*, Vol. 5. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

VON MISES, L. *As seis lições*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. *Theory and history*. An interpretation of social and economic evolution. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ação humana: um tratado de Economia*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

\_\_\_\_\_. *Economic freedom and interventionism*. An anthology of articles and essays. GRAVIES, B. (ed.). Indianapolis: Liberty Fund, 1990.

\_\_\_\_\_. *Liberalism*. In the classical tradition. San Francisco: Cobden Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *The ultimate foundation of economic method*. Princeton: D. Van Nostrand, 1962.

YOUNG, M. “Functions of thought and the syntheses of intuitions”. In: GUYER, P. *Cambridge companion to Kant*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

## Notas

I. A primeira obra de von Mises que visa a reconstrução e renovação do Liberalismo é “*Liberalismus*” publicado em Alemão em 1927. Os argumentos referentes à teoria do conhecimento e a praxeologia ainda não estavam elaborados nessa primeira obra e foram desenvolvidos no livro “*Nationalekonemie*”, escrito entre 1934 e 1939 e publicado em alemão em 1940. Uma versão modificada desse livro aparece em inglês em 1949 no livro *Human action*, mas a substância dos argumentos são mantidos. Em obras posteriores, como em *Theory and history* (1957) e *The ultimate foundation of economic science* (1962), von Mises aplica e desenvolve para questões específicas o conteúdo dos argumentos contido em *Human action*. A aplicação e desenvolvimento dos argumentos de *Human action* aparecem também na série de palestras proferidas em 1958 na Argentina e posteriormente publicas sob o título de “As seis lições”.

Pode-se afirmar, portanto, que os elementos mais substanciais da constituição do neoliberalismo de von Mises deram-se no período entre guerras. Embora haja reelaborações, aplicações e desenvolvimentos em obras posteriores a esse período seus argumentos metodológicos, sua defesa do liberalismo e o argumento aristocrático permanecem como uma constante. Muitos argumentos são repetidos em várias obras, muitas vezes literalmente, outras com adições ou omissões. A crítica ao otimismo do “velho liberalismo” em relação às massas contida em “*Liberalismo*” de 1927, por exemplo, reaparece modificado em alguns detalhes em todas as edições de “*Ação humana*”. Do mesmo modo, os argumentos sobre a praxeologia e a história contidos em “*Ação humana*” reaparecem desenvolvidos mas não substancialmente modificados em “*Theory and history*” e em “*The ultimate foundation of economic science*”.

**2.** Qualquer afirmação de natureza epistemológica, isso é sobre como conhecemos algo, supõe um comprometimento ontológico, isto é, uma afirmação sobre o que conhecemos. Mesmo o ceticismo epistemológico, ao asseverar que nada podemos afirmar sobre o que conhecemos independente do próprio ato de conhecer, faz uma afirmação sobre o que conhecemos.

**3.** Tecnicamente a metafísica é entendida como a ciência das categorias, que compreende a ontologia – a ciência do ser enquanto ser – como um de seus ramos. Mas se a partir de Kant a ontologia é entendida em sua relação com a epistemologia como se referindo ao que conhecemos, é possível fazer uma distinção em relação ao que se assevera sobre o que conhecemos. Em uma ontologia realista o que conhecemos é o existente. Em uma ontologia realista afirma-se que conhecemos *aquilo que* o existente é – sua essência ou quiddidade – e que somente é algo, ou seja, têm uma essência, aquilo que existe. Essência e existência não existem em dois mundos separados, trata-se de uma ontologia da imanência. Já a metafísica assevera que podemos conhecer a essência independente da existência. Assim afirma Aquino: “Efetivamente posso conceber o que é o homem ou a fênix e apesar disso ignorar se existem entre as coisas da natureza. Logo é evidente que o ser se distingue da essência ou da quiddidade, exceto se existir alguma coisa cuja quiddidade seja o ser” (Aquino, 2008, p. 30) Deste modo, afirma-se uma ontologia de dois mundos, um referente às essências, metafísico – aqui significando além do existente, transcendente – e outro o mundo existente.

**4.** Em que pese as muitas mediações entre as práticas e afirmações de adeptos da teoria de um autor, é possível ilustrar a compatibilidade entre as teorias de von Mises e o racismo com a postura de seus difusores contemporâneos, reunidos no von Mises Institute dos EUA. Lee Rockwell Jr., um dos fundadores do von Mises Institute, exalta a resistência dos estados do sul dos EUA à legislação dos direitos civis, e Murray Rothbard, outro fundador do von Mises Institute, aprovou o “populismo de direita” de David Duke, membro da Klu Klux Klan e um dos maiores defensores da “supremacia branca” nos EUA (*New York Times*, 25 de janeiro de 2014).

**5.** Trata-se aqui de uma analogia com o populismo de elite característico do fascismo universal, de acordo com Umberto Eco. Tal analogia é relevante, pois se defende nesse artigo que o neoliberalismo é uma ideologia aristocrática, da mesma forma que o fascismo, de acordo com a caracterização de Eco. Segundo a retórica do populismo de elite, qualquer um poderia fazer parte da elite, mas para haver elite deve haver “inferiores” e a participação no grupo de elite baseia-se no “desprezo pelo mais fraco”, reforçando um sentido do elitismo de massas. (Eco, 1995, p. 7)

**6.** Joseph de Maistre (1753-1821), jurista nascido no reino de Savóia. Foi um feroz oponente do Iluminismo e da revolução francesa, apologista do cristianismo e referência do pensamento conservador. Há pelo menos uma referência elogiosa de von Mises a de Maistre e outros autores anti-iluministas: “foram pensadores como Burke e Haller, Bonald e de Maistre que chamaram a atenção para o problema que os liberais não haviam percebido. Foram eles que souberam avaliar o pensamento das massas mais realisticamente do que seus adversários” (von Mises, 1990, p. 1177)



JOSÉ ALDERIR DA SILVA

**O CRESCIMENTO E A DESACELERAÇÃO DA  
ECONOMIA BRASILEIRA (2003-2014) NA PERSPECTIVA  
DOS REGIMES DE DEMANDA NEOKALECKIANOS**

Recebido em 05 de janeiro de 2016

Aprovado em 16 de maio de 2016

# O CRESCIMENTO E A DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA (2003-2014) NA PERSPECTIVA DOS REGIMES DE DEMANDA NEOKALECKIANOS

## Resumo

O crescimento apresentado no governo Lula (2003-2010) teve seu *driver* no consumo, estimulado por políticas de valorização do salário e de redistribuição de renda que contribuíram para reduzir a desigualdade da renda no país. No entanto, no início de 2011, a equipe econômica do novo governo entendeu que esse padrão de crescimento havia se esgotado, de modo que se devia buscar um novo *driver* para alcançar o crescimento de forma sustentável no longo prazo. Portanto, este artigo tem por objetivo analisar a trajetória de crescimento da economia brasileira a partir dos anos 2000, na tentativa de explicar o crescimento econômico apresentado no governo Lula e se a desaceleração da economia no primeiro governo Dilma teve relação com a tentativa de alterar o *driver* da economia. Toda essa análise terá como plano de fundo os regimes de demanda *wage-led* e *profit-led* desenvolvidos pela literatura neokaleckina.

**Palavras-chave:** distribuição de renda; *wage-led*; *profit-led*.

**Classificação JEL:** E63; E65; E11; O11.

## Abstract

The growth registered in the Lula's administration (2003-2010) had its driver in consumption, stimulated by valuation policies and redistributive wage, that helped to reduce income inequality

**JOSÉ ALDERIR DA SILVA**

Mestre em Economia pela  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte (UFRN).

in the country. However, in the early 2011 the economic team of the new government understood that this growth pattern had been exhausted, so that a new driver should be pursued to achieve sustainable growth in the long run. Therefore, this article aims to analyze the growth trajectory of the Brazilian economy from the 2000s in an attempt to explain the economic growth registered in the Lula government and whether the slowing economy in the first Dilma's administration has a relation with the attempt to alter the driver of the economy. All this analysis will have as background the wage-led and profit-led demand regimes led developed by neokaleckian literature.

**Keywords:** income distribution; wage-led; profit-led.

## Introdução

O crescimento apresentado no governo Lula (2003-2010) teve seu *driver* no consumo, estimulado por políticas de valorização do salário, expansão do crédito e de redistribuição de renda que contribuíram para reduzir a desigualdade da renda no país. Com efeito, o consumo das famílias cresceu de forma exponencial, levando consigo o PIB, que depois de duas décadas per-

didias passou a apresentar crescimento expressivo, com média superior a 4,0% a.a.

No entanto, no início de 2011 a equipe econômica do novo governo entendeu que esse padrão de crescimento havia se esgotado, de modo que se devia buscar um novo *driver* para alcançar o crescimento de forma sustentável no longo prazo. Diante dessa mudança de orientação na política econômica, passou-se a adotar a “nova matriz macroeconômica” com a função de estimular as exportações e, portanto, o investimento através da desvalorização cambial e da redução da taxa de juros. Porém, com essas medidas o crescimento voltou a apresentar o padrão à la *stop-and-go*, com média em torno de 2,0% a.a..

Assim, este artigo tem por objetivo analisar a trajetória de crescimento da economia brasileira a partir dos anos 2000, na tentativa de explicar o crescimento econômico apresentado no governo Lula e se a desaceleração da economia no primeiro governo Dilma teve alguma relação com a tentativa de alterar o *driver* da economia. Toda essa análise terá como plano de fundo os regimes de demanda *wage-led* e *profit-led* desenvolvidos pela literatura neokaleckina.

Este artigo está dividido em mais três seções, além desta introdução. Na primeira seção são

expostos os modelos de crescimento neokaleckianos. Na segunda seção, realiza-se uma análise a partir da contribuição de cada componente da demanda agregada ao crescimento econômico nos governos Lula e Dilma, com o objetivo de identificar o modelo de crescimento adotado nesse período e a desaceleração do crescimento no primeiro governo Dilma. Por fim, na última seção aparecem as considerações finais.

### **Modelos neokaleckianos de crescimento**

Uma questão fundamental, de que se descuidava a maior parte das teorias econômicas, encontra-se na forma como o processo de distribuição funcional da renda entre salários e lucros afeta a demanda agregada e, conseqüentemente, o crescimento econômico.<sup>1</sup>

De um lado, temos uma vasta literatura que sustenta o pressuposto de que altos salários (ou baixos lucros), ao aumentarem o consumo, tendem a provocar o aumento da demanda agregada. Por outro lado, outra vertente derivada das teorias de Ricardo e de Marx sustenta que uma alta taxa de lucro (ou seja, baixos salários) tende a aumentar o nível de investimento e, portanto, a aumentar a demanda agregada.

Dentro destas perspectivas, Kalecki (1935[1990]) foi pioneiro na construção de modelos macroeconômicos que incorporaram a influência do

processo de distribuição de renda no crescimento econômico. Primeiro, tomando como hipótese que os trabalhadores possuem maior propensão marginal a consumir do que os capitalistas, observou o efeito dos salários sobre a demanda agregada e, por conseguinte, sobre o crescimento econômico. Mas também se dedicou a construir modelos nos quais a taxa de investimento possui uma relação direta com os lucros. Portanto, ao afirmar que “os trabalhadores gastam o que ganham enquanto os capitalistas ganham o que gastam”, Kalecki não formulou apenas o princípio da demanda efetiva, mas chamou a atenção para os efeitos da distribuição de renda sobre o crescimento econômico.

Com efeito, nas últimas décadas, os neokaleckianos concentraram-se em desenvolver as teorias aqui examinadas. Dentre essas teorias, destacam-se as que passaram a ser denominadas de crescimento liderado pelos salários (*wage-led*) e crescimento liderado pelos lucros (*profit-led*).<sup>2</sup>

Desde o artigo seminal de Bhaduri e Marglin (1990), os regimes de crescimento podem ser divididos em *wage-led* e *profit-led*. O primeiro pode ser definido quando uma mudança na distribuição funcional da renda a favor dos salários resulta em um efeito positivo sobre o crescimento econômico. Já o crescimento *profit-led* é identificado quando a mudança em prol dos lucros provoca um efeito positivo sobre o crescimento econômico.

No entanto, são vários fatores que determinam o regime de crescimento econômico de acordo com as definições acima: i) a distribuição de renda existente; ii) o grau de abertura comercial e financeira; iii) propensão marginal a consumir; iv) elasticidade do investimento em relação à taxa de lucro ou consumo; v) o peso de cada componente da demanda agregada; vi) outras variáveis, como mudanças na taxa de câmbio e na demanda externa. (Lavoie & Stockhammer, 2012)

Economias caracterizadas por pequenos diferenciais na propensão marginal a consumir, alta elasticidade-lucro do investimento e grau de abertura econômica elevado tendem a apresentar um crescimento econômico puxado pelos lucros, isto é, *profit-led*. Por outro lado, economias caracterizadas por elevada propensão marginal a consumir dos trabalhadores em relação aos empresários, alta elasticidade do investimento ao consumo e pequeno grau de abertura econômica tendem a apresentar um crescimento puxado pelos salários, ou seja, *wage-led*. Dependendo das circunstâncias, o crescimento pode ser estagnacionista cooperativo/conflituoso ou exilaracionista cooperativo/conflituoso.

Para entender a dinâmica da modelagem neokaleckiana, vamos iniciar a análise por uma economia fechada incorporando os efeitos da distribuição de renda sobre a demanda agregada, para em seguida abrir a economia incorporando o setor externo. Com isso, será possível

observar a sensibilidade do investimento em relação à participação dos lucros na renda, bem como a variação do grau da capacidade instalada da economia.

Seguindo Rowthorn (1982), Dutt (1984, 1987) e Taylor (1983), considere que a taxa de crescimento do investimento tenha uma relação direta com a taxa de lucro efetiva, taxa de lucro esperada e a taxa de utilização da capacidade instalada.<sup>3</sup>

O efeito positivo da taxa de lucro pode ser justificado pela utilização do lucro retido pelas empresas como uma forma de aliviar as restrições financeiras sobre o investimento e/ou como a taxa esperada dos novos investimentos. Assim, quanto maior a taxa de lucro efetiva e quanto maior a taxa de lucro esperada, maior a taxa de crescimento do investimento. Do mesmo modo, a relação direta da taxa de utilização da capacidade instalada com o investimento é explicada pelo efeito acelerador estático, isto é, o crescimento da demanda por bens de capital é determinado pelo nível de utilização da capacidade instalada, que é encontrado pela relação capital/produto. Em outras palavras, quanto menor a relação capital/produto, maior a demanda por bens de capital e, portanto, maior o investimento.

Caso a demanda agregada da economia seja caracterizada como *wage-led*, e ocorra um fator exógeno que aumente a participação dos lucros

na renda, Blecker (2002) considera que isso pode levar a três resultados distintos: i) *estagnacionista*, quando reduz a taxa de utilização da capacidade instalada; ii) *estagnacionista cooperativo*, quando a taxa de lucro cai; iii) *estagnacionista conflituoso*, quando a taxa de utilização da capacidade instalada cai, mas o lucro aumenta.

Suponha que as empresas aumentem seu poder de monopólio elevando suas margens de lucro e a participação dos lucros na renda. Como o investimento tem uma relação direta com a taxa de lucro, ocorre um aumento do investimento. No entanto, como se trata de uma demanda agregada *wage-led*, o aumento da participação dos lucros diminui a participação dos salários na renda, o que provoca uma queda do consumo e, por conseguinte, da demanda agregada e concomitantemente uma redução da taxa de utilização da capacidade instalada. A redução dessa taxa, por sua vez, provoca uma diminuição no investimento que acaba compensando o efeito inicial da alta margem de lucro e da participação dos lucros, de modo que o nível de investimento fica estagnado. Este resultado é o que os neokaleckianos denominam de *estagnacionista*.

Contudo, é perfeitamente provável, diante de uma demanda agregada caracterizada por ser *wage-led* que a redução da taxa de utilização da capacidade instalada mais do que compense o efeito inicial sobre o investimento, já que

provoca também uma redução da taxa de lucro. Quando isso acontece, estabelecem as diretrizes para um modelo *estagnacionista cooperativo*, onde a única forma de obter uma alta taxa de lucro é permitindo uma maior participação dos salários na renda.

Isto ocorre porque um aumento da participação dos salários na renda agregada provoca o aumento do consumo e, portanto, da demanda agregada e, conseqüentemente, da taxa de utilização da capacidade instalada da economia. Como o nível de emprego e a taxa de lucro possuem uma relação positiva com a taxa de utilização da capacidade instalada, ocorre também um aumento do nível de emprego e da taxa de lucro da economia. Do mesmo modo, o aumento da taxa de utilização da capacidade instalada e da taxa de lucro provoca o aumento do investimento.

Porém, para que esse resultado aconteça, o salário real precisa ser alto o suficiente para induzir o crescimento da demanda agregada, ou seja, é necessário que as empresas aceitem um *mark-up* menor. Em outras palavras, neste regime de crescimento, se os empresários desejam taxas de lucros elevadas, devem permitir que os trabalhadores tenham um salário real maior e uma maior participação na renda agregada.<sup>4</sup>

Nesta situação, são estabelecidas as bases para uma “política de compromissos de classes”. Os trabalhadores e empresários assumiriam uma so-

lução cooperativa, com os empresários aceitando salários reais mais elevados em troca de maiores taxas de lucros e maior acumulação de capital, o que caracteriza uma economia nestas circunstâncias como estagnacionista cooperativo.

Contudo, Blecker (2002) destaca que esses resultados são fortes. À medida que as hipóteses simplificadoras forem sendo deixadas de lado, tais resultados serão alterados. Não obstante, Marglin & Bhaduri (1990) argumentam que esses resultados decorrem da hipótese de acelerador forte. Em outras palavras, os efeitos regressivos de um aumento da participação dos lucros são sempre maiores que os efeitos estimulantes sobre o grau de utilização da capacidade instalada. Portanto, para Marglin & Bhaduri (1990), o desejo de investir das empresas, quando ocorre uma distribuição de renda para os lucros, deve depender da demanda agregada, da taxa de utilização da capacidade instalada e/ou da taxa de rentabilidade. Isto é, deve levar em consideração: i) se a demanda agregada é *wage-led* ou *profit-led*; ii) se a taxa de utilização da capacidade instalada tem uma relação direta/inversa com a participação dos lucros, e; iii) se a taxa de lucro tem uma relação direta/inversa com a participação dos lucros.

Diante dessas considerações, um caso estagnacionista conflituoso pode ocorrer se o aumento da participação dos lucros gerar um cresci-

mento da taxa de lucro mesmo que o grau de utilização da capacidade instalada diminua<sup>5</sup>, ou seja, se a taxa de lucro tiver uma relação direta e o grau de utilização da capacidade instalada possuir uma relação inversa com a participação dos lucros na renda. Nesse caso, os capitalistas não têm incentivos para cooperar com os trabalhadores, dado que podem aumentar sua taxa de lucro mesmo que isso gere uma queda da demanda agregada e do grau de utilização da capacidade instalada.

O caso estagnacionista conflituoso pode permitir um compromisso de classe em outro sentido do descrito anteriormente. Os trabalhadores aceitam uma redução de seus salários e, portanto, uma redução da participação dos salários na renda, em troca de mais emprego. Dessa forma, embora a demanda agregada seja *wage-led*, o crescimento será *profit-led*.<sup>6</sup>

Por outro lado, quando a demanda é *profit-led*, abre-se a possibilidade de mais três casos: exilaracionista, exilaracionista cooperativo e exilaracionista conflituoso.

Quando o aumento da participação dos lucros, ao aumentar o investimento, gera um efeito positivo sobre a demanda agregada e, consequentemente, sobre o grau de utilização da capacidade instalada e, por sua vez, sobre a taxa de lucro, nesse caso, temos um regime denominado de *exilaracionista*.

No entanto, esse resultado exilaracionista

também é muito forte, dado que exige uma redistribuição de renda em favor dos lucros que gere estímulos sobre outros componentes da demanda agregada, e não apenas sobre o investimento. Outra condição é que o estímulo ao investimento mais do que compense a queda do consumo.

Com isso, quando a demanda é *profit-led*, ainda há possibilidade de dois casos exilaracionistas: cooperativo e conflituoso. O primeiro aparece quando um aumento da participação dos lucros tende a aumentar a massa salarial que leva ao aumento do consumo. No entanto, esse aumento não reduz a margem de lucro, dado que o aumento do salário é inferior ao da produtividade. O segundo caso acontece quando o aumento da participação dos lucros não pode ocorrer sem a redução dos salários. Dado que a economia se encontra próxima do pleno emprego, o aumento de salários tende a ser superior ao da produtividade e, portanto, a provocar uma redução dos lucros. Neste caso, podem surgir pressões políticas de determinados grupos empresariais para que o governo realize políticas que mantenham os salários baixos e, assim, a taxa de lucro elevada.<sup>7</sup> Diante disso, como a demanda é *profit-led*, o aumento do investimento é superior à queda do consumo.

Todos os resultados vistos anteriormente não incorporam a dinâmica do setor externo. No entanto, seus efeitos não podem ser negligenciados,

dado que, diferentemente do período de Kalecki, poucas economias contemporâneas ainda são relativamente fechadas.

Em uma economia aberta, a mobilidade de capital e/ou a concorrência internacional podem tornar mais difícil o crescimento sob o regime *wage-led*. Isto tende a ocorrer quando a produção doméstica fica exposta tanto à concorrência em mercados internos quanto em mercados externos, ou seja, quando os bens são substituídos próximos. Do mesmo modo, quanto maior a sensibilidade do investimento em relação à rentabilidade vis-à-vis o resto do mundo, menor a possibilidade de se obter um crescimento do tipo *wage-led*. Isto se deve ao fato de o investimento direto estrangeiro ser atraído por baixos salários.

Caso um aumento dos salários nominais seja repassado para os preços, os produtos domésticos tornam-se menos competitivos em relação aos produtos importados, reduzindo o saldo comercial e gerando efeitos negativos sobre a demanda agregada. Por outro lado, a concorrência dos produtos importados pode impedir que ocorra o repasse integral do aumento salarial sobre os preços e, assim, reduzir as margens de lucro da economia. Por consequência, acontece uma redistribuição de renda em prol dos salários, exercendo uma pressão negativa sobre a demanda agregada pela via das importações.<sup>8</sup>

No mesmo sentido, o aumento dos salários, ao



reduzir a margem de lucro, torna os investimentos doméstico e estrangeiro menos atrativos com relação ao resto do mundo, gerando uma fuga para outros países cuja taxa de lucro seja maior.

Se esses efeitos são fortes o suficiente para mais que compensar os efeitos, via consumo, do aumento dos salários, a economia pode apresentar um regime exilaracionista ou pelo menos, um crescimento *profit-led* no sentido estagnacionista conflituoso.

Uma desvalorização da taxa de câmbio real também pode interferir no regime de crescimento econômico, ao redistribuir renda em prol dos capitalistas. Uma desvalorização cambial, supondo Marshall-Lerner válida, ao provocar o aumento das exportações, gera um aumento da taxa de lucro e, conseqüentemente, o aumento do investimento. Neste caso, o crescimento da economia será exilaracionista ou *profit-led*.

Essa forma de crescimento, onde as exportações constituem a variável desencadeadora sobre o investimento, consiste em um regime de demanda *export-led* de tradição kaldoriana. De acordo com essa tradição, o aumento das exportações autônomas propicia, aos países em desenvolvimento, crescer sem esbarrar nas restrições externas. Porém, para que esse crescimento seja sustentável, na perspectiva kaldoriana, o país deve buscar exportar bens manufaturados, uma vez que este setor possui efeitos dinami-

zadores sobre os demais setores da economia.<sup>9</sup> Assim, o regime *export-led* pode ser visto como uma variante do regime *profit-led*.

Por outro lado, uma apreciação do câmbio real não garante um crescimento do tipo *wage-led* permanente, uma vez que parte do aumento dos salários reais tende a ser direcionada para o consumo de importações, gerando restrições externas ao crescimento econômico. Diante dessas restrições, a apreciação cambial tem que ser revertida em algum momento.<sup>10</sup> Portanto, quanto menor a propensão marginal a importar, maior a eficácia e permanência do crescimento econômico liderado pelos salários. Entretanto, essa situação não condiz com a de países que se encontram em fase desenvolvimento, uma vez que estes se deparam com uma alta elasticidade-renda da demanda por importações.

Não obstante, temos que considerar algumas hipóteses para que isso ocorra. Primeiro, as economias devem permitir fluxos comerciais e de investimentos. Segundo, o tamanho do país é relevante. Países pequenos que apresentam elevada participação dos fluxos comerciais e de investimento estrangeiro no PIB são mais susceptíveis de sofrerem com os efeitos descritos acima. Terceiro, a política econômica também tem relevância. Países que adotam políticas comerciais e controle sobre o investimento estrangeiro tendem a ser insensíveis a variações nos preços relativos ou na rentabilidade, mesmo

que o país seja pequeno e o fluxo de comércio e investimentos seja intenso. Por último, tais efeitos com preços competitivos podem ser menos significantes no longo prazo do que são no curto prazo.

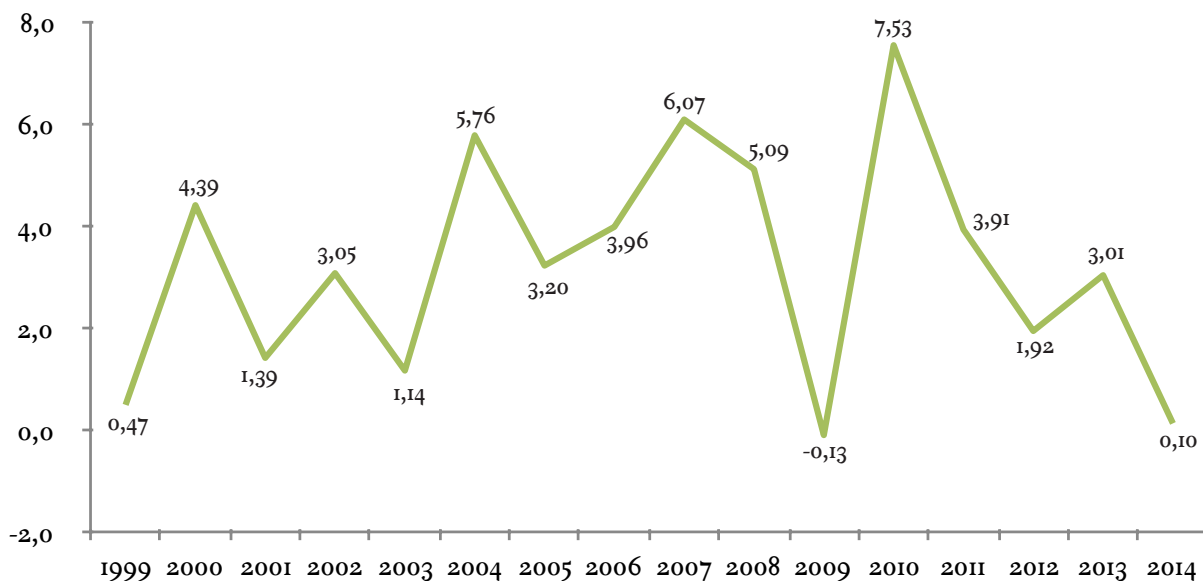
Assim, descritos os regimes de crescimento *wage-led* e *profit-led* e sua variante *export-led*, a próxima seção busca explicar o regime de crescimento adotado nos governos Lula e Dilma e, ao mesmo tempo, encontrar respostas para a desaceleração da economia brasileira no período recente.

## Crescimento e desaceleração da economia brasileira a partir dos anos 2000

Os anos 2000 se caracterizam por um crescimento do PIB combinado com maior distribuição de renda na economia brasileira. Depois de duas décadas de baixo crescimento<sup>11</sup>, a média de crescimento entre 2000 e 2010 foi da ordem de 3,8% a.a. Sendo o grosso desse crescimento obtido a partir de 2004, quando alcançou uma média de 4,5% a.a. Excluindo o ano de 2009 devido à crise internacional, essa média aumenta para 5,3% a.a.

Contudo, no primeiro governo Dilma, a taxa de crescimento do PIB caiu vertiginosamente, obtendo uma média de 2,2 % a.a. no período 2011-2014.

Gráfico 1. Taxa de crescimento do PIB: 1999-2014<sup>12</sup>



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2016).

Diante disso, esta seção busca observar a trajetória de crescimento da economia brasileira, destacando a importância do consumo, do investimento e das exportações. Em outras palavras, destacando a dinâmica do crescimento na perspectiva *wage-led*, *profit-led* e *export-led*. Para isso, será preciso analisar a distribuição funcional da renda na economia brasileira no período em estudo.

Diversos estudos<sup>13</sup> apontam que a América Latina apresentou um processo de crescimento econômico em paralelo com um processo consistente de redução da desigualdade de renda a partir da década de 2000. A explicação para esse desempenho pode ser encontrada na mudança de orientação das políticas econômicas domésticas, distanciando-se da visão neoliberal e direcionando-se para uma perspectiva mais desenvolvimentista, que buscava combinar crescimento econômico e redução da desigualdade de renda com a ascensão da China, que impulsionou as exportações e modificou os termos de troca da região.

No Brasil não foi diferente. Segundo Carvalho & Rugitsky (2015), o governo Lula (2003-2010) tomou como estratégia a expansão do mercado de consumo de massa através da inclusão de famílias e trabalhadores anteriormente excluídos e o aumento do investimento público.

O Brasil seguia uma trajetória de crescimento com redução da desigualdade de renda até me-

dos da década de 1960, quando estourou o golpe e os militares assumiram o controle político e econômico do país. Nesse período, que se estende de 1964 a 1985, a economia brasileira apresentou forte crescimento, média de 6,5% a.a., porém com forte concentração de renda<sup>14</sup> – o índice de Gini chegou a 0,623 em 1976. Esse resultado foi consequência da exigência do capital estrangeiro, que, para garantir uma taxa de lucro elevada, requeria baixos salários reais. Esse baixo salário real foi a variável chave para garantir a taxa de lucro e, portanto, a taxa de investimento da economia brasileira. Em outras palavras, o período militar pode ser caracterizado por um modelo de crescimento do tipo *profit-led*, mais especificamente exilaracionista cooperativo.<sup>15</sup>

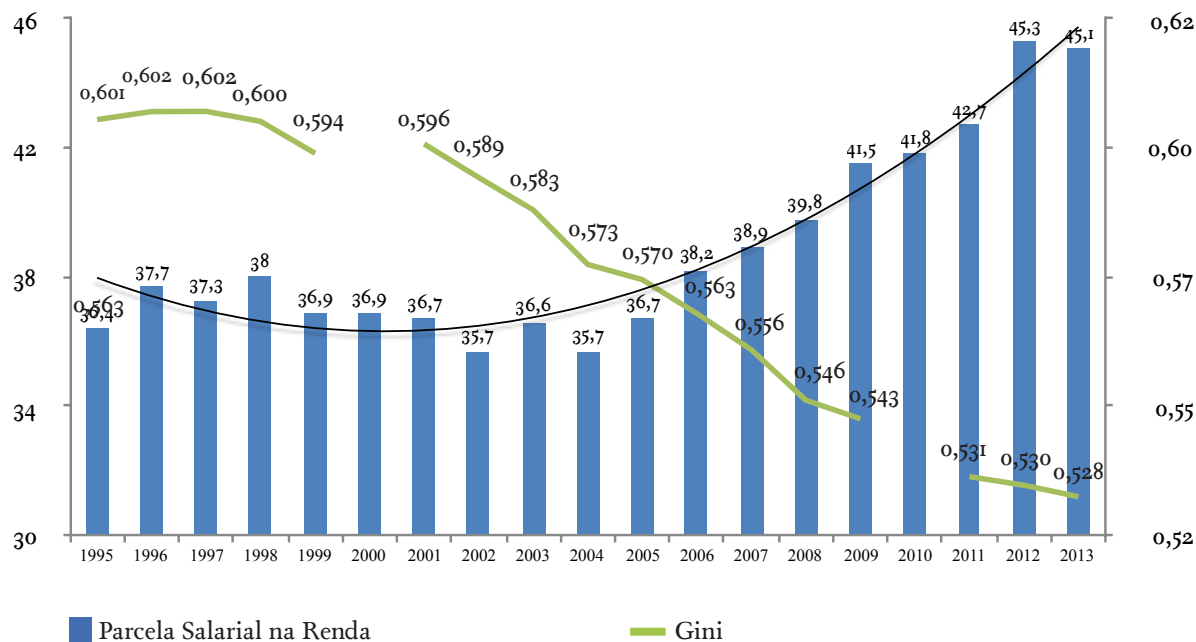
Essa tendência de baixa dos salários passou a ser revertida somente na década de 1990, com a estabilização da economia brasileira, mas foi somente nos governos Lula e Dilma que essa variável passou por aumentos reais expressivos. O salário mínimo cresceu muito acima da inflação nos anos 2000, proporcionado pela fórmula definida em 2007 – e renovada em 2015 – de reajustar o salário mínimo com base na inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB verificado dois anos antes. Não obstante, o crescimento do salário não foi acompanhado pelo aumento da taxa de desemprego, mas pelo contrário, ocorreu o aumento da formalização e do crescimento do emprego. O impacto do salário mínimo sobre a economia é muito forte,

dado que quase 50 milhões de trabalhadores são diretamente beneficiados com um aumento, e considerando que outra grande parte tem seu salário referenciado no salário mínimo, o impacto torna-se ainda maior. Com efeito, Brito, Foguel e Kerstenetzky (2015) mostram que a valorização do salário mínimo resultou em uma redução de aproximadamente 72% da desigualdade na distribuição da renda domiciliar no período 1995-2013, tendo o maior efeito isolado ocorrido pela via da renda de benefícios previdenciários, com 38%. Com efeito, ocorreu tanto

a redução da desigualdade de renda como o aumento da participação dos salários na renda (Gráfico 2). Entretanto, o salário em termos reais também continua abaixo do verificado antes do golpe militar.

Depois de dez anos de tendência instável, a participação dos salários no PIB volta a crescer de forma sustentável a partir de 2004. A participação dos salários na renda durante a década de 1990 não passou dos 38%, caindo para 35,7% em 2004. Mesmo com o PIB apresentando baixas taxas de crescimentos, a participação dos salá-

**Gráfico 2. Participação dos salários no PIB<sup>16</sup> e índice de Gini: 1995-2013**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2016).

rios não aumentou, o que coloca em evidência a forte queda da renda dos trabalhadores nesse período. Todavia, no período pós-2004, ocorreu a reversão desse processo, de modo que mesmo com o PIB tendo crescimento médio próximo dos 4% a.a., a participação dos salários no PIB aumentou de forma expressiva, apresentando 45% em 2013, ou seja, 10 p.p. superior ao percentual de 2004. Embora a renda ainda esteja muito concentrada em relação aos países desenvolvidos, o índice de Gini caiu significativamente no período em estudo, de 0,60 para 0,527 em 2013 e 0,518 em 2014.

Essa performance dos salários chama a atenção por dois pontos. Primeiro, pelo forte crescimento dos salários nesse período. Segundo, mesmo com esse forte crescimento, a participação dos salários na renda continua inferior à apresentada antes do golpe militar,<sup>17</sup> tamanha foi a concentração de renda até 2004.

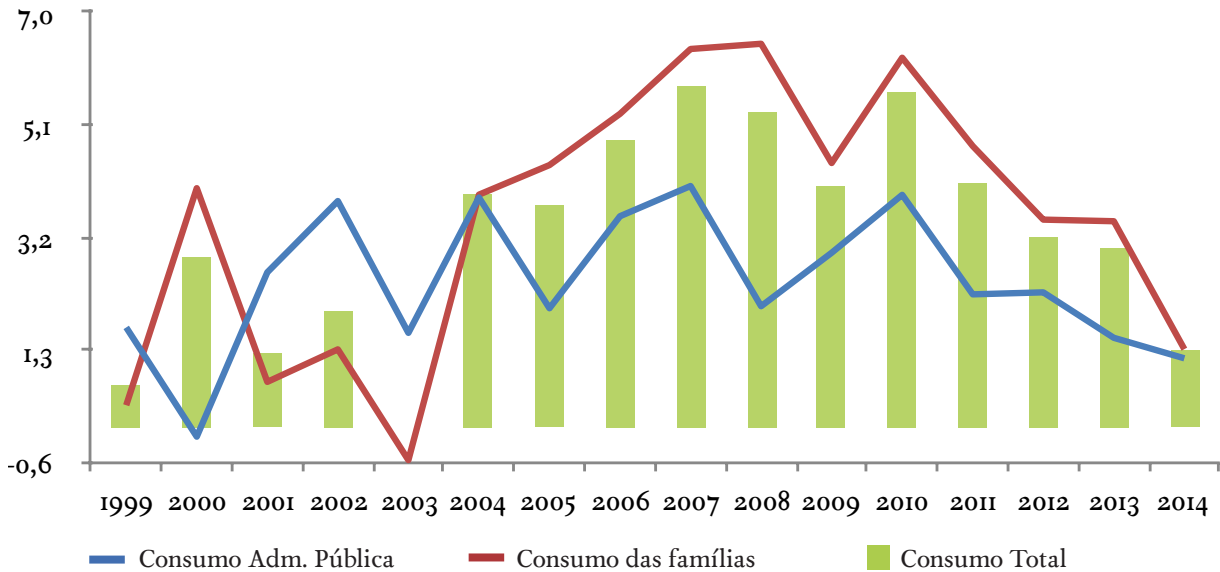
Concomitante à valorização do salário mínimo, dois outros fatores contribuíram para reduzir a desigualdade de renda no Brasil e para inserir consumidores com alta propensão a consumir no mercado. O primeiro foi o programa de redistribuição de renda Bolsa Família, cujo valor correspondia a R\$ 3,4 bilhões, e que, no início (2003), beneficiava apenas 3,6 milhões de famílias. Em 2010, o número de famílias aumentou para 12,9 milhões, com valor correspondente a R\$ 14,6 bilhões. Em 2013, esses números

aumentaram para 14,1 milhões de famílias e R\$ 24,9 bilhões.<sup>18</sup> Essas transferências contribuíram para uma queda significativa do índice de Gini, que varia entre 17% a 40%, conforme apontado por Hoffmann (2013) e Calixtre (2014). O segundo fator foi o aumento do crédito através da criação do crédito consignado, da redução da taxa de juros e, pós-crise de 2008, pela expansão do crédito fornecido pelos bancos públicos.<sup>19</sup> Esses dois fatores também contribuíram de maneira decisiva para o aumento do consumo e, portanto, para o crescimento *wage-led* no período 2003-2010.

Como se observa no Gráfico 3, o consumo das famílias cresceu de forma exponencial durante o governo Lula, alcançando 6,2% em 2010. Como este componente representa mais de 55% da demanda agregada (Tabela 1), seu impacto foi muito forte sobre o crescimento da economia, gerando uma contribuição média de 2,6 p.p. no período 2003-2010. Somado à contribuição do consumo do governo, o consumo total contribuiu com uma média de 3,3 p.p. no mesmo período.

Com efeito, esse forte crescimento do consumo ao impulsionar o PIB, aumentou o grau de utilização da capacidade instalada e induziu os empresários a aumentarem seus investimentos (FBKF), gerando uma taxa de crescimento média do investimento total de 6,6% entre 2003-2010 (Gráfico 4).

**Gráfico 3. Taxas de crescimento do consumo (%): Brasil, 1999-2014**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2016).

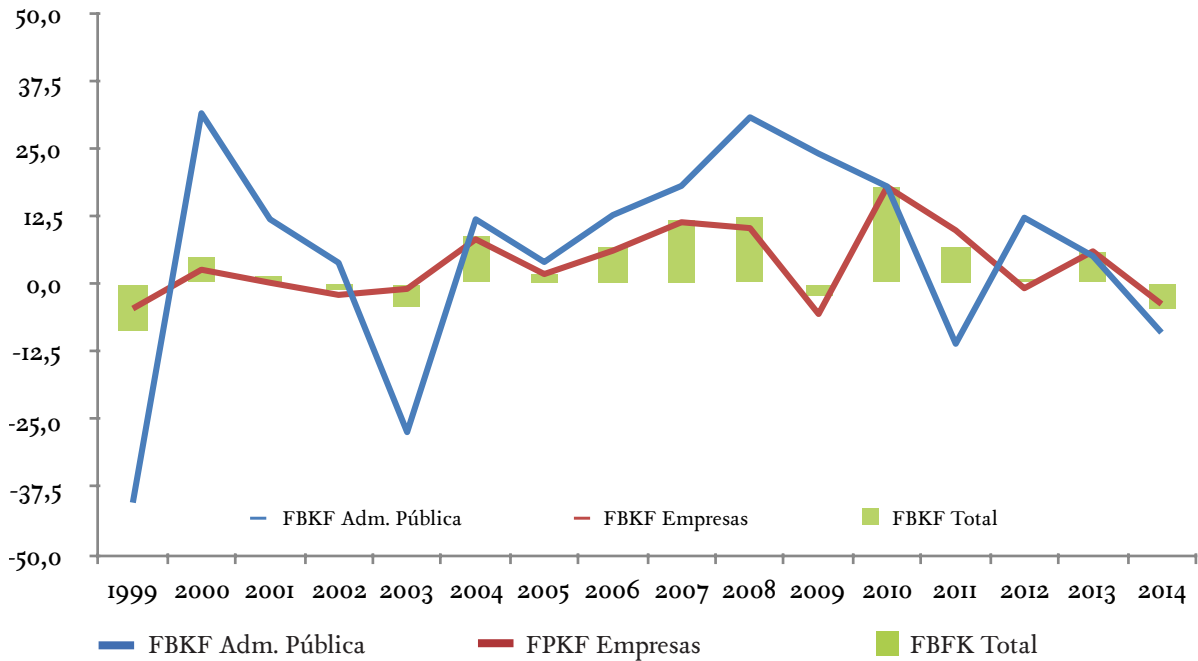
Bielschowsky, Squeff & Vasconcelos (2015) afirmam que essa alta taxa de crescimento do investimento nos anos 2000 não foi devida apenas ao investimento induzido pela demanda interna (como a de bens e serviços de consumo de massa) ou induzido pela demanda externa (como o investimento na exploração dos recursos naturais), mas também à outra frente de expansão relativamente autônoma, como o investimento em infraestrutura, cujo crescimento ocorreu, principalmente, devido ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O investimento das administrações públicas, ou seja, o investimento autônomo como um todo,

creceu, sobretudo a partir do segundo governo Lula, quando alcançou uma média de 22,6% contra uma média de 0,3% (ou média de 9,5 retirando o ano de 2003) no primeiro governo. Isso foi possível porque o país pagou sua dívida ao FMI, o que permitiu à equipe econômica do governo maior liberdade na condução da política econômica para reduzir as metas de superávit primário e criar o PAC I e o II.

No tocante ainda ao investimento do governo, Silva e Lourenço (2014) destacam que seu crescimento foi maior do que o apresentado pelo investimento das empresas durante praticamente todo o período do governo Lula, e

**Gráfico 4. Taxas de crescimento do investimento (%): Brasil, 1999-2014**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2015).

teve papel importante em 2009. Enquanto este último apresentou uma variação negativa de -5,6%, o investimento do governo aumentou 24%, evitando assim uma redução ainda maior do PIB nesse ano. Fora isso, o investimento das administrações públicas constituiu-se em uma forma de induzir o investimento das empresas, reduzindo as incertezas deste quanto ao futuro da economia, o que pode ter contribuído, em alguma medida, para a rápida recuperação do investimento em 2010, como pode ser observado no Gráfico 4.

Assim, o investimento total foi o segundo componente de maior contribuição ao crescimento da demanda agregada (Tabela 2), média de 1,4 p.p., excluindo o ano de 2009. Já o investimento das empresas contribuiu com uma média de 1,2 p.p. e o do governo com 0,2 p.p. no mesmo período (2003-2010). Não obstante, a participação do investimento das empresas na demanda agregada continuou muito baixa, cerca de 17,3 p.p. em 2010 (Tabela 1).

**Tabela 1. Participação de componentes selecionados na demanda agregada (%): Brasil, 2003-2014**

Ano	Consumo Família	Consumo Adm. Pública	Consumo Total	FBKF Adm. Pública	FBKF Empresas	FBKF Total	X (1)	M (1)	$\Delta E(1)$
2003	21,6	56,7	78,3	1,4	14,7	16,1	11,0	7,3	2,0
2004	21,2	55,7	76,9	1,5	15,0	16,5	11,9	7,6	2,3
2005	21,0	56,4	77,3	1,5	14,8	16,3	12,6	8,0	1,7
2006	20,9	57,1	78,0	1,6	15,1	16,7	12,7	9,0	1,6
2007	20,5	57,3	77,7	1,8	15,9	17,7	12,7	10,2	2,0
2008	19,9	58,0	77,9	2,2	16,7	18,9	12,2	11,3	2,4
2009	20,5	60,7	81,2	2,8	15,7	18,5	11,0	10,5	-0,3
2010	19,8	59,9	79,8	3,0	17,3	20,3	11,5	13,0	1,5
2011	19,5	60,4	79,9	2,6	18,2	20,8	11,6	13,7	1,4
2012	19,6	61,3	80,9	2,8	17,7	20,6	11,4	13,5	0,6
2013	19,3	61,6	80,9	2,9	18,2	21,1	11,3	14,1	0,7
2014	19,5	62,4	81,9	2,6	17,5	20,2	11,2	13,9	0,7
Méd 2003-10	20,7	57,7	78,4	2,0	15,7	17,6	11,9	9,6	1,6
Méd 2011-14	19,5	61,4	80,9	2,7	17,9	20,7	11,4	13,8	0,9

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE, STN e SPE (2016). (1) Os dados referem-se a exportações não-fatores (X), importações não-fatores (M) e variações de estoques ( $\Delta E$ ). Os dados foram calculados a partir da nova metodologia adotada pelo IBGE em 2015 e deflacionado a preços de 2014.



**Tabela 2. Contribuição no crescimento de componentes selecionados no PIB (%): Brasil, 2003-2014**

Ano	Consumo Família	Consumo Adm. Pública	Consumo Total	FBKF Adm. Pública	FBKF Empresas	FBKF Total	X (t)	M (t)	$\Delta E(t)$	PIB
2003	0,34	-0,31	0,03	-0,53	-0,15	-0,68	1,10	0,04	0,65	1,14
2004	0,84	2,22	3,06	0,16	1,20	1,37	1,59	-0,76	0,50	5,76
2005	0,43	2,46	2,89	0,06	0,26	0,32	1,14	-0,57	-0,59	3,20
2006	0,75	2,98	3,73	0,19	0,90	1,09	0,61	-1,14	-0,05	3,96
2007	0,85	3,64	4,49	0,29	1,71	2,00	0,78	-1,76	0,56	6,07
2008	0,42	3,70	4,12	0,55	1,62	2,17	0,05	-1,73	0,48	5,09
2009	0,59	2,58	3,17	0,53	-0,93	-0,40	-1,12	0,86	-2,63	-0,13
2010	0,80	3,78	4,58	0,49	2,81	3,30	1,29	-3,52	1,87	7,53
2011	0,45	2,84	3,29	-0,33	1,69	1,36	0,55	-1,22	-0,06	3,91
2012	0,44	2,12	2,56	0,31	-0,16	0,16	0,03	-0,10	-0,73	1,92
2013	0,30	2,13	2,43	0,14	1,06	1,20	0,27	-0,98	0,09	3,01
2014	0,23	0,81	1,04	-0,26	-0,69	-0,95	-0,12	0,15	-0,02	0,10
Méd 2003-10	0,63	2,63	3,26	0,22	0,93	1,15	0,68	-1,1	0,10	4,08
Méd 2011-14	0,35	1,98	2,33	-0,03	0,48	0,44	0,18	-0,54	-0,18	2,24

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE, STN e SPE (2016). (t) Os dados referem-se a exportações não-fatores (X), importações não-fatores (M) e variações de estoques ( $\Delta E$ ). Os dados foram calculados a partir da nova metodologia adotada pelo IBGE em 2015 e deflacionado a preços de 2014.

Não obstante, cabe observar o desempenho das exportações, sobretudo no primeiro governo Lula. Nesse período, o forte crescimento apresentado (média de 10% a.a.) pode ser explicado tanto pela política de diversificação comercial e quanto pelo crescimento da China, que permitiram uma contribuição média ao crescimento superior a 1,1 p.p., abaixo apenas do consumo das famílias. Porém, dada a desaceleração no crescimento das exportações no segundo governo Lula (média de 2,3% a.a.) e a pequena participação relativa deste componente na demanda agregada, sua contribuição não superou 1,0 p.p (Tabela 2) durante todo o governo Lula. Por outro lado, nesse mesmo período, com o aumento da renda e a sobreapreciação cambial,

as importações tiveram crescimento expressivo (média de 12,2% entre 2003-2010) e acima das exportações (Gráfico 5), gerando uma contribuição média negativa superior a 1,1 p.p. (Tabela 2).

Contudo, dada as circunstâncias favoráveis ao modelo de crescimento baseado no consumo, esse aumento significativo das importações não gerou restrições externas ao crescimento da economia brasileira. Conforme Ferrari-Filho & Fonseca (2015), a opção por um modelo de crescimento não resulta de uma simples escolha, mas também de fatores exógenos que contribuem para facilitar ou restringir sua viabilidade, como os de natureza política, de restrições externas e de alterações estruturais no padrão tecnológico vigente.

**Gráfico 5. Taxas de crescimento das exportações e importações (%): Brasil, 1999-2014**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2015).

Neste sentido, os novos-desenvolvimentistas<sup>20</sup> argumentam que o modelo de crescimento da economia brasileira baseado no consumo nos anos 2000 só foi possível devido à sobreapreciação da taxa de câmbio e a outras duas circunstâncias favoráveis. Primeiro, porque os salários vinham apresentando um crescimento abaixo da produtividade e, portanto, havia “folga” para sua expansão. Segundo, porque a conjuntura internacional permitiu o financiamento do saldo do balanço de pagamentos tanto através da entrada de capitais quanto pelo *boom* das *commodities* provocado pela crescente demanda chinesa (Araújo & Gala, 2012).

Porém, segundo Bresser-Pereira, Marconi & Oreiro (2013) e Basilio & Oreiro (2015), esse modelo de crescimento é insustentável no longo prazo, dado que a mudança dessas circunstâncias favoráveis pode reduzir as margens de lucro e gerar déficits no balanço de pagamentos, uma vez que as importações deixam de ser financiadas. Além disso, a forma que o modelo de crescimento *wage-led* tomou na economia brasileira tem provocado um grave processo de desindustrialização via “doença holandesa”.<sup>21</sup> Portanto, no longo prazo, restaria ao país baixa taxa de investimento, déficits no balanço de pagamentos e uma estrutura produtiva voltada para a produção de bens com vantagens comparativas.

Para evitar esses problemas, os novos-desenvolvimentistas defendem um modelo de cres-

cimento *export-led*, em que a desvalorização cambial constitui a panaceia e a variável-chave na condução da política econômica. Segundo Araújo e Gala (2012), uma desvalorização significativa da taxa de câmbio real aumentaria a lucratividade dos investimentos, levando a maior acumulação de capital, poupança, exportações e maior nível de demanda agregada e, assim, conduzindo a economia brasileira a um modelo de crescimento liderado por mais investimento e menos consumo e menos problemas de balanço de pagamentos, ou seja, um modelo de crescimento *export-led/profit-led*.

Por outro lado, os denominados social-desenvolvimentistas<sup>22</sup> argumentam que desvalorizar a taxa de câmbio é concentrar ainda mais a renda na economia brasileira e defendem que o crescimento econômico seja dinamizado pelo consumo de bens de massa estimulado pelo aumento do nível de emprego, pelo aumento do crédito para consumo e para investimento, pela distribuição de renda e maior participação do Estado em serviços públicos básicos. Assim, ao contrário dos novos-desenvolvimentistas, os social-desenvolvimentistas defendem políticas fiscais e monetárias ativas e uma taxa de câmbio apreciada com o objetivo de absorver o progresso técnico dos países avançados e reduzir o custo de produção.

O problema com essas duas abordagens é que elas impõem à política cambial um *trade-off*

entre o equilíbrio externo e uma distribuição de renda mais equitativa, de modo que o modelo *wage-led* exige crescimento dos salários e taxa de câmbio apreciada para obter uma melhor distribuição de renda, enquanto o modelo *export-led* exige câmbio depreciado e baixos salários, o que leva a uma distribuição de renda mais favorável aos lucros em relação aos salários. Para Ferrari-Filho & Fonseca (2015), deve-se realizar uma escolha por um desses regimes de demanda, mas essa escolha deve ser seguida de políticas econômicas que tenham por objetivo minimizar o impacto negativo da variável não escolhida. Os autores defendem uma estratégia keynesiano-institucionalista, isto é, um regime *wage-led* em conjunto com a formulação de políticas econômicas que visam induzir o investimento e uma taxa de câmbio real que seja, ao mesmo tempo, competitiva e não concentradora de renda.

Com o crescente endividamento das famílias,<sup>23</sup> o governo Dilma entendeu que o modelo de crescimento baseado no consumo estaria esgotado,<sup>24</sup> desse modo exigindo ajustes. Com efeito, em meados de 2011, foram colocados em prática vários ajustes, que receberam o nome de “nova matriz macroeconômica”. Essa nova matriz tinha por objetivo estimular o crescimento do investimento através da correção de dois preços relativos. Primeiro, a taxa de câmbio real deveria ser desvalorizada para expandir o crescimento das exportações. Segundo, a taxa

de juros real deveria cair para expandir o investimento das empresas. Atrélado a essas medidas de correção, o governo colocou em ação um ajuste fiscal e medidas macroprudenciais de restrição de crédito para desestimular o consumo. Portanto, a nova matriz seguiu uma tendência novo-desenvolvimentista, com o objetivo de redirecionar o *driver* do crescimento econômico para a exportação e o investimento.

O custo do investimento foi reduzido diante dessas medidas. A taxa de juros SELIC foi reduzida de 12% em setembro de 2011 para 7,25% em abril de 2013, provocando a redução da taxa de juros de longo prazo (TJLP) e dos *spreads* bancários, o que contribuiu para reduzir a taxa de juros real nas operações de crédito à pessoa jurídica. Pelo lado fiscal, o governo concedeu diversas desonerações tributárias, como por exemplo, o corte de impostos sobre os salários.<sup>25</sup> A taxa de câmbio real sofreu uma desvalorização de 30%.

O fato é que mesmo diante da queda do custo do investimento e da desvalorização cambial, isto é, mesmo com a correção dos preços relativos conforme o desejado pelo governo, o setor privado não reagiu aumentando o investimento nem ocorreu o aumento expressivo das exportações. A taxa de crescimento do investimento das empresas cresceu 9,8% em 2011 e decresceu 0,9% em 2012 para voltar a crescer 5,2% em 2013 e cair 3,8% em 2014 (Gráfico 4). Essa oscilação reflete

as expectativas do empresário diante das medidas de política econômica do governo Dilma. Do mesmo modo, as exportações cresceram 4,8% em 2011, ficaram estagnadas em 2012 e cresceram apenas 2,4% em 2013 e, mesmo com o câmbio depreciado, caíram 1,1% em 2014 (Gráfico 5).

A ausência de reação do investimento das empresas aos estímulos criados pelo governo pode encontrar explicação na queda expressiva do consumo e, conseqüentemente, do PIB. A taxa de crescimento do consumo das famílias passou de 6,2% em 2010 para 4,7% em 2011, 3,5% em 2012-2013 e apenas 1,1% em 2014 (Gráfico 3). Como o investimento é pró-cíclico, uma redução no crescimento da economia tende a provocar uma redução significativa da taxa de investimento e de sua contribuição ao crescimento, como de fato ocorreu no primeiro governo Dilma.<sup>26</sup> Segundo Lara (2015), a participação do consumo das famílias corresponde a mais de 55% do PIB da economia brasileira e, sendo assim, dificilmente a economia apresentará um crescimento robusto sem a contribuição desse componente, de modo que não faz sentido imaginar um *trade-off* entre o consumo das famílias e o investimento.

Neste sentido, espera-se que a elevação dos salários no modelo *wage-led* impacte positivamente sobre o consumo e o investimento e, assim, garanta o crescimento da demanda agregada.

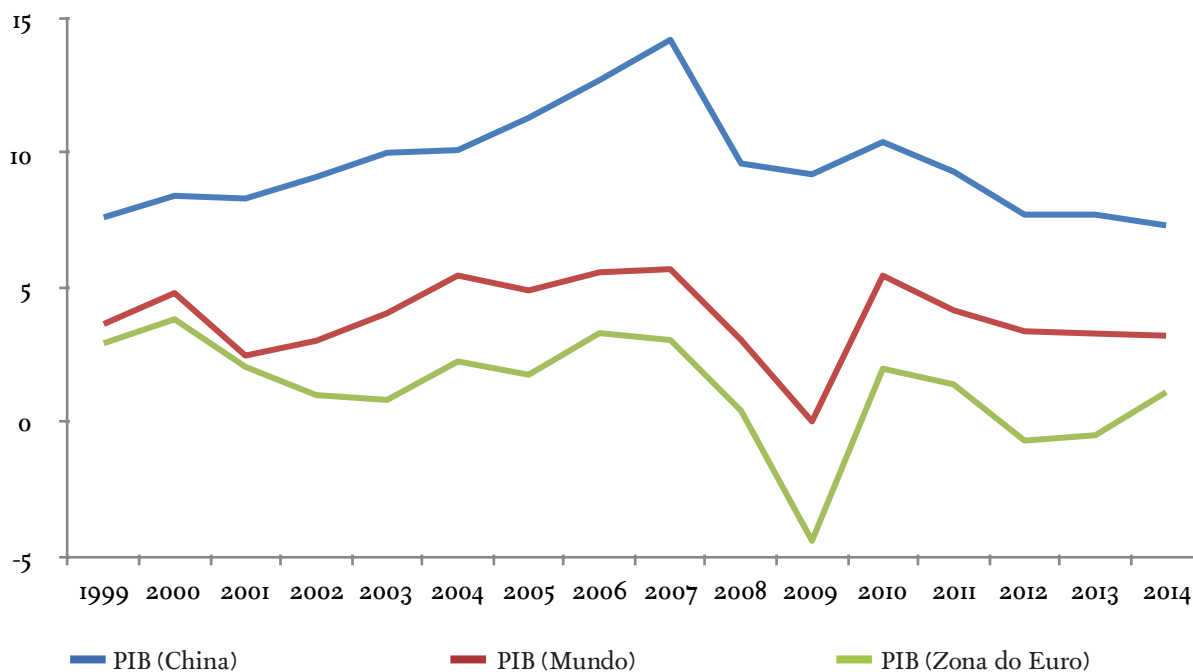
(Lavoie & Stockhammer, 2012) Em termos gerais, Ferrari-Filho & Fonseca (2015) mostram que seja qual for o modelo de crescimento (*wage*, *profit* ou *export-leds*), este somente poderá se reproduzir e configurar uma trajetória exitosa de crescimento se a variável desencadeadora for capaz de induzir uma maior acumulação de capital.

O fato é que com a queda do consumo e o baixo crescimento das exportações, isto é, sem demanda, dificilmente o *animal spirit* dos empresários será despertado e, portanto, o investimento tende a ficar inerte mesmo diante de uma redução de seu custo, levando os empresários a postergar ou cancelar suas decisões de investimentos.

No que diz respeito à estratégia de desvalorizar a taxa de câmbio real para estimular o crescimento das exportações, o resultado não ocorreu conforme o desejado. Ao considerar a condição Marshall-Lerner sempre válida no curto prazo, o governo subestimou o cenário de baixo crescimento internacional, a desaceleração da China (Gráfico 6) e a acirrada concorrência nos mercados de bens industriais.

Todavia, a fraca reação das exportações e a desvalorização cambial deveriam, de certo modo, serem conhecidas no caso do Brasil, uma vez que as exportações do país tendem a reagir com maior rigor ao aumento da renda do que a uma

**Gráfico 6. Taxas de crescimento do PIB, países selecionados: China, Mundo e Zona do Euro, 1999-2014**



queda no preço.<sup>27</sup> Além disso, o peso das exportações no PIB é muito pequeno para esperar que este componente sozinho seja suficiente para gerar um crescimento expressivo (Lara, 2015) ou uma redução drástica (Serrano & Summa, 2015) no crescimento da economia brasileira. A taxa média de contribuição das exportações no governo Dilma foi de 0,18 p.p., significativamente menor do que o percentual apresentado no governo Lula (Tabela 2).

A tentativa do governo de impulsionar o crescimento da economia brasileira via aumento do investimento das empresas e das exportações

através da correção da taxa de juros e da taxa de câmbio pode ser incompatível no caso da economia brasileira, dado que a correção da taxa de câmbio tende a eliminar parte do efeito positivo da queda da taxa de juros sobre o investimento das empresas.<sup>28</sup> Uma desvalorização da taxa de câmbio real tende a gerar inflação e, assim, a reduzir o poder de compra do salário e, portanto, a reduzir o consumo. Dado o peso desse componente no PIB, o crescimento da economia brasileira tende a ser reduzido e, conseqüentemente, por ser pró-cíclico, tende a diminuir o investimento. Além disso, os estí-

mulos fornecidos por meio de corte de impostos sobre a folha salarial podem ter sido contrabalanceados pela redução do investimento público (cuja taxa média de contribuição ao crescimento situava-se negativa em 0,03 p.p. no governo Dilma) e outras despesas discricionárias, não garantindo o aumento da margem de lucro. Nestas circunstâncias, parece ser inviável para a economia brasileira tentar conciliar um crescimento *profit-led* cujo *driver* seja as exportações, uma vez que a desvalorização cambial pode anular os estímulos dado ao investimento.

Com as medidas adotadas no primeiro governo Dilma (cujo objetivo era aumentar as margens de lucro) frente a uma demanda agregada *wage-led*, o resultado foi a queda da demanda agregada e a redução do grau de utilização da capacidade instalada e, conseqüentemente, a redução da taxa de lucro na economia brasileira. No entanto, ainda não é possível caracterizar esse momento da economia brasileira como um caso estagnacionista, pois não houve no período uma redução significativa da participação dos salários na renda (Gráfico 2). Mas, o efeito da queda do consumo sobre o grau de utilização da capacidade instalada e, assim, sobre a taxa de lucro não pode ser desprezado.

Segundo Carvalho & Rugitsky (2015), as margens de lucros ainda eram suficientes para incentivar o aumento do investimento até 2010, mas foram caindo para um nível em que as

empresas não estavam mais dispostas a investir, o que explica a estagnação da taxa de investimento observada desde 2011. Isso significa que apesar da elevação sustentada dos salários no período em foco, que tende a reduzir as margens de lucros, o nível de consumo permitia um grau de utilização da capacidade instalada suficiente para incentivar o investimento. A partir de 2010, com a queda do consumo, isso não foi mais possível. Nestas circunstâncias, conforme descrito no início do artigo, deveriam ser estabelecidas as bases para um modelo estagnacionista cooperativo, algo que parece distante da economia brasileira no segundo governo Dilma.

Portanto, o presente *paper*, ao analisar a demanda agregada da economia brasileira através da contribuição de cada componente no PIB, observou que o crescimento pífio da economia no primeiro governo Dilma (média de 2,2% a.a.) ocorreu devido a uma tentativa do governo em mudar o *driver* do crescimento da economia. Isto é, ao entender que o modelo de crescimento *wage-led* estava esgotado, a política econômica passou a ser orientada para reduzir o consumo e alavancar as exportações e o investimento e, assim, tornar a economia *export-led/profit-led*. Ao considerar o consumo e o investimento como variáveis antagônicas, a economia brasileira desacelerou-se.

## Considerações finais

Este *paper* teve por objetivo analisar o modelo de crescimento adotado pelos governos Lula e Dilma, isto é, no período 2003-2014, dentro de uma perspectiva neokaleckiana. Observou-se que o modelo de crescimento econômico da economia brasileira durante os anos 2000 foi do tipo *wage-led* e que a tentativa do Governo Dilma em substituir esse modelo por um do tipo *profit-led/export-led* foi a principal responsável pela desaceleração da economia pós-2011.

O grande desafio para qualquer governo no Brasil consiste em conciliar o processo de redistribuição de renda com uma margem de lucro que desperte o *animal spirits* dos empresários, de modo que o processo de redistribuição de renda dependa não apenas do nível de emprego e das políticas públicas, mas também de um crescimento mais dinâmico e da velocidade do processo de acumulação do capital.

A estratégia keynesiana-institucionalista, formulada por Ferrari-Filho & Fonseca (2015), afirma que isso pode ser alcançado através de um padrão de crescimento alicerçado em políticas econômicas e reformas estruturais-institucionais, buscando uma melhor distribuição da renda que garanta aumentos de salários reais moderadamente acima da produtividade, induzindo o investimento. Ademais, seria preciso formular uma política de câmbio administrado e comercial forte combinada com uma política

industrial, com objetivo de integrar a economia brasileira ao cenário internacional a fim de evitar restrições externas ao crescimento.

Para Bresser-Pereira (2013a), os modelos *export-led* e *wage-led* são transitórios, justificando a adoção do primeiro quando o objetivo for aumentar a taxa de investimento e de crescimento do país. Para isso, o país deverá depreciar sua moeda através de duas políticas: a de neutralização da doença holandesa e a de controle das entradas de capitais. O objetivo desta depreciação administrada deve ser buscar uma taxa de câmbio que defina a distribuição entre lucros e salários e, ao mesmo tempo, crie oportunidades de investimentos lucrativos para os empresários. Não obstante, o autor adverte que, para essa política ser bem-sucedida, é fundamental um acordo nacional entre empresários, trabalhadores e governo. Nesse caso, aproximar-se-ia de uma situação estagnacionista cooperativa, como visto no início deste artigo. Mas, no médio prazo, a proposta válida seria a que Bresser-Pereira (2013a) denomina de novo-desenvolvimentista, isto é, aquela na qual os salários, a produtividade e o PIB cresçam de forma aproximadamente igual.

Todavia, a política econômica do Brasil, a partir de 2015, tem se distanciado relativamente destas duas propostas e se aproximado de uma visão



ortodoxa. Nesta visão, basta o governo equilibrar as contas públicas para ganhar credibilidade e o *animal spirits* dos empresários será despertado, elevando, assim, o investimento.

Essa mudança de orientação de política econômica na economia brasileira pode ser explicada por um artigo de Kelecki de 1943, denominado de “*Aspectos políticos do pleno emprego*”. Segundo Kalecki ([1943]1983), se forem feitos esforços no sentido de garantir o nível de pleno emprego alcançado na fase de prosperidade, provavelmente haverá uma forte oposição por parte dos empresários, que encontrariam mais de um economista para afirmar que a situação é enferma, pressionando o governo a retornar à política ortodoxa de corte dos gastos públicos.

Diante de uma taxa de desemprego de 4,5% e ganhos sociais expressivos, diversos economistas brasileiros caracterizaram a situação da economia em 2014 como enferma, sendo necessário flexibilizar o mercado de trabalho, isto é, gerar desemprego.<sup>29</sup> Essa flexibilização deve ser feita via corte de salários, como afirmou Armínio Fraga em entrevista à Folha de São Paulo em setembro de 2014<sup>30</sup>, e que, na perspectiva de Samuel Pessoa<sup>31</sup>, deve ser de 10%. Porém, para cortar salários é preciso gerar desemprego, e isto deve ser realizado através de corte dos gastos públicos e até mesmo do corte em gastos sociais, como argumentou Gustavo Franco em entrevista à Revista Época em outubro de 2015.<sup>32</sup>

Nas eleições de 2014, a candidata Dilma se negou a adotar esse receituário ortodoxo, mas não aguentou a pressão do empresariado e mudou a condução da política econômica mais uma vez, iniciando um ajuste fiscal na coordenação do ministro da Fazenda Joaquim Levy, de linhagem ortodoxa. Contudo, as primeiras medidas do ajuste fiscal, a crise política e as investigações da “Lava Jato” – que paralisaram o investimento da Petrobras e na construção civil – levaram a economia para uma situação de estagflação. Não obstante, Levy, isolado na Fazenda, pede demissão e assume Nelson Barbosa, até então ministro do Planejamento, de linhagem desenvolvimentista.

Semelhantemente ao golpe militar de 1964, quando os trabalhadores detinham uma parte significativa na renda, diante a redução dos indicadores de desigualdade de renda e o ganho expressivo dos salários na renda da economia brasileira na última década, no final de 2015, a elite política conservadora e o empresariado forçaram o *impeachment* da presidente Dilma. Com a acusação de crime de responsabilidade fiscal devido às “pedaladas fiscais”, a presidente Dilma é afastada em 12 de maio de 2016 e assume seu vice, Michel Temer, com rótulo de golpista dado pela esquerda. Com isso, sai Barbosa e entra Henrique Meirelles na Fazenda, com o objetivo de continuar o ajuste das contas públicas iniciado por Levy. Porém, se esse ajuste seguir a

linha de Levy, ou seja, corte de gastos públicos seguido de políticas de restrição de demanda e aumento da taxa de juros, dificilmente ocorrerá a estabilidade da relação dívida/PIB. No entanto, independentemente se a guinada à direita funcionar ou não, a segunda década dos anos 2000 parece perdida. Com o crescimento negativo de -3,8% do PIB em 2015, a média de crescimento da economia brasileira nessa última década já é de 1,0% a.a., com perspectiva de se tornar negativa, uma vez que se espera uma taxa de crescimento negativa acima de 3% para 2016 e nulo para 2017.

## Bibliografia

- ARAÚJO, E. & GALA, P. “Regimes de crescimento no Brasil: evidências empíricas e implicações de política”, *Estudos Avançados*, 26 (75), p. 41-56, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). *Séries temporais*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acessado em: 2 de dezembro de 2015.
- BARROS, T. & PINTO, F. “Crédito, consumo e endividamento: uma análise econômica do segundo governo Lula (2007-2010)”, *Revista Espacios*, 35(5), 2014.
- BASILIO, F. & OREIRO, J. “Wage-led ou profit-led? Análise das estratégias de crescimento das economias sob o regime de metas de inflação, câmbio flexível, mobilidade de capitais e endividamento externo”, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 29-56, abr. 2015.
- BASTOS, P. P. Z. “A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”, *Economia e Sociedade*, 21, nº especial: 779-810, 2012.
- BHADURI, A. & MARGLIN, S. “Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies”, *Cambridge Journal of Economics*, 14: 375-393, 1990.
- BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G. & VASCONCELOS, L. “Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000”. *Texto para discussão* – IPEA, n. 2063, 2015.
- BLECKER, R. “Distribution, demand and growth in neo-Kaleckian macro models”. In: SETTERFIELD, M. (ed.) *Demand-led growth: challenging the supply-side vision of the long run*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- BLECKER, R. “Open economy models of distribution and growth”. *Working Papers 2010-3*. American University, Department of Economics, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. & OREIRO, J. “Três estratégias de crescimento”. In: *Structuralist development macroeconomics*. Londres: Routledge, no prelo.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. “Estratégia nem wage-led nem export-led, mas novo-desenvolvimentista”. In: MODENESI, A., PRATES, D.M.; OREIRO, J.L.; PAULA, L.F.; RESENDE, M.F.C. (orgs.). *Sistema financeiro e política econômica em uma era de instabilidade*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013.
- BRITO, A.; FOGUEL, M.; KERSTENETZKY, C. “Final, qual a contribuição da política de valorização do salário mínimo para a queda da desigualdade no Brasil? Uma estimativa para o período”. *Texto para Discussão N. 109* – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE), UFF, dezembro 2015.
- CALIXTRE, A. “Nas fronteiras da desigualdade brasileira: reflexões sobre as décadas de 1990 e 2000”. *Friedrich Ebert Stiftung Brasil*, 2014.
- CÂMARA, F.; FEIJÓ, C.; CERQUEIRA, L. “Distribuição e crescimento em uma economia fechada e com alta inflação: o caso brasileiro no pós-II Guerra”. *Texto para discussão* – Faculdade de Economia da UFF, n. 297, 2013.
- CARNEIRO, R. M. “Velhos e novos desenvolvimentismos”, *Economia e Sociedade*, 21, nº especial: 749-778, 2012.
- CARVALHO, F. “Distribuição de renda, demanda efetiva e acumulação”, *Revista de Economia Política*, vol. 11, n. 3, 1991.
- CARVALHO, L.; RUGITSKY, F. “Growth and distribution in Brazil in the 21st century: revisiting the wage-led versus profit-led debate”. *Working paper*, Departamento de Economia, FEA/USP, n. 2015-25.
- DUTT, A. K. “As relações de troca e o desenvolvimento desigual: resultados de um modelo de comércio Norte-Sul”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 17(3): 533-559, dezembro de 1987.
- FERRARI-FILHO, F. & FONSECA, P. “Which developmentalism? A Keynesian-Institutionalist wage-led proposal”, *Review of Keynesian Economics*, 3(1): 90-107, 2015.
- GONÇALVES, R. “Balanço crítico da economia nos governos do Partido dos Trabalhadores”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo: n. 37, p. 7-39, janeiro de 2014.

HOFFMANN, R. “Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011)”. In: CAMPELO, T. & NERI, M. (eds.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, pp. 207-216, 2013.

KERSTENETZKY, C. L. “Consumo e crescimento redistributivo: notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. *Texto para Discussão* – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento. CEDE/UFF, n. 106., Junho de 2015.

IBGE. *Indicadores*. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 2 de dezembro de 2015.

IMF (INTERNATIONAL MONETARY FUND) (2015). *Data and statistics*. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acessado em: 2 de dezembro de 2015.

IPEADATA. *Séries históricas*, 2015. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acessado em: 2 de dezembro de 2015.

KALDOR, N. *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KALECKI, M. “O mecanismo da recuperação econômica”. In: KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1990 [1935].

\_\_\_\_\_. “Aspectos políticos do pleno emprego”. In: KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1983 [1943].

LARA, F. M. “As contribuições à desaceleração do crescimento no Brasil (2011-14)”, *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre: FEE, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2015.

LAVOIE, M & STOCKHAMMER. “Wage-led growth: concept, theories and policies”, *Conditions of Work and Employment Series nº41*. Geneva: International Labour Office, 2012.

LUSTIG, N.; LOPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. “Declining inequality in Latin America in the 2000s: the cases of Argentina, Brazil, and Mexico”, *World Development*, v. 44, p. 129-141, 2013.

PALLEY, T. “The middle class in macroeconomics and growth theory: a three-class neo-Kaleckian-Goodwin model”, *Cambridge Journal of Economics*, Advance Access, 2015.

PALMA, J. G. “Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the ‘inverted-U’: it’s all about the share of the rich”, *Development and Change*, v. 42, n. 1, p. 87-153, 2011.

PIKETTY, T. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge; London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

ROWTHORN, R. *Demand, real wages and economic growth*. London: North East London Polytechnic, 1981.

SANTOS, C. H.; CIEPLINSKI, A. G.; PIMENTEL, D., & BHERING, G. “Por que a elasticidade-câmbio das importações é baixa no Brasil? Evidências a partir das desagregações das importações por categorias de uso”. *Texto para discussão* – IPEA, n. 2046, 2015.

SANTOS, C. H.; MODENESI, A.; SQUEFF, G.; VASCONCELOS, L.; MORA, M.; FERNANDES, T.; MORAES, T.; BRAGA, J.; SUMMA, R. “Revisitando a dinâmica trimestral do investimento no Brasil: 1996-2012”. *Texto para discussão* – IE-UFRJ, n. 05, 2015a.

SCHETINI, B.; SQUEFF, G.; & GOUVÊA, R. “Estimativas da função de exportações brasileiras agregadas com dados das Contas Nacionais Trimestrais (1995-2009)”. In: *Texto para Discussão* – IPEA, n. 1598. Brasília, março de 2011.

SERRANO F. & SUMMA, R. *Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014*. Center for Economic and Policy Research, agosto de 2015.

SILVA, J. A. *Desindustrialização no Brasil: teorias e evidências para o debate*. Dissertação (Mestrado) – Programa Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVA, J. A. & LOURENÇO, A. L. C. “Uma análise da evolução dos componentes da demanda agregada: Brasil, anos 2000.”, *Indicadores Econômicos*, FEE, 42.1, 2014.

SILVA, J. A. & LOURENÇO, A. L. C. “Restrição externa: a economia brasileira na década recente e o modelo de Thirlwall”, *Revista Economia & Tecnologia*, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 09-35, out./dez. 2014a.

SILVA, J. A. & LOURENÇO, A. L. C. “Revisitando o conceito de desindustrialização”, *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 57-73, 2014b.

TAYLOR, L. *Structuralist macroeconomics: applicable models for the Third World*. New York: Basic Books, 1983.

THIRLWALL, A. P. *The nature of economic growth*. Cheltenham: Edgard Elgar, 2012.

## Notas

1. Vide Carvalho (1991).

2. Vide Bhaduri e Marglin (1990) e Blecker (2002).

3. A taxa de lucro é definida por Blecker (2002) pelo produto da participação dos lucros na renda com a taxa de utilização da capacidade instalada. Por sua vez, a taxa de utilização da capacidade instalada pode ser encontrada pela razão entre a taxa de lucro e a participação dos lucros na renda agregada (Blecker, 2002).

**4.** Contudo, a maior participação dos salários na renda não ocorre de forma crescente, caso fosse, a participação dos lucros na renda seria reduzida a zero, tornando indesejável qualquer tipo de investimento.

**5.** Neste caso, o efeito final sobre a taxa de lucro é positivo, ou seja, o peso da participação dos lucros sobre a taxa de lucro é maior que o peso da taxa de utilização da capacidade instalada.

**6.** Observa-se que no caso *profit-led*, as variáveis do lado da oferta, como capital humano e educação, são imprescindíveis para trajetórias de crescimento estáveis no longo prazo, tendo, portanto, uma aproximação com a teoria neoclássica (Palley, 2015).

**7.** Em outras circunstâncias, os baixos salários são imposições do governo aos trabalhadores, como ocorreu no Brasil durante grande parte do período militar.

**8.** Vide Blecker (2010).

**9.** Vide Kaldor (1964).

**10.** Vide Thirlwall (2002).

**11.** Conhecidas como décadas perdidas devido ao baixo crescimento apresentado no período, média de 3% na década 1980, de 1,6% na década de 1990 e média de 2,3% nas duas décadas.

**12.** Dados calculados a partir da nova metodologia adotada pelo IBGE em 2015.

**13.** Vide Palma (2011) e Lustig *et al* (2013).

**14.** Com efeito, Delfim Netto mencionou: “vamos deixar o bolo crescer para depois redistribuir”.

**15.** Vide Câmara, Feijó & Cerqueira (2013).

**16.** Dados deflacionados pelo IPCA no caso dos salários e pelo deflator implícito do PIB no caso do PIB.

**17.** Antes do golpe militar, a participação dos salários na renda chegou a 48,3% em 1957.

**18.** Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2016).

**19.** Conforme dados do Banco Central (2016), o crédito destinado à pessoa física passou de 5,1% do PIB em 2002 para cerca de 15% em 2010 e 26,4% em junho de 2014.

**20.** Vide Carneiro (2012).

**21.** Vide Silva e Lourenço (2014) sobre a definição desses conceitos e Silva (2014) para um estudo de caso da economia brasileira.

**22.** Vide Bastos (2012).

**23.** Dados do IBGE (2016) mostram que o endividamento das famílias passou de 19,3% em 2005 para 46% da renda em 2014. Gonçalves (2014), ao analisar o governo Lula, afirma que o aumento do consumo dos assalariados foi financiado pelo endividamento das famílias. No entanto, Barros & Pinto (2014) afirmam que um terço desse endividamento refere-se ao financiamento imobiliário, e a dívida destinada ao consumo apresenta declínio em relação à aquisição de patrimônio. Além disso, a parte da renda que se encontra comprometida com o serviço da dívida tem permanecido relativamente estável em torno de 20%, nível inferior ao que é considerado estresse financeiro.

**24.** Kerstenetzky (2015) contradiz essa afirmação, considerando que ainda há espaço para a expansão do consumo público na área social, de modo que o país passe a crescer atendendo as necessidades sociais da população.

**25.** Desonerações essas que contribuíram para ao aumento da dívida pública bruta no governo Dilma.

**26.** A taxa de contribuição ao crescimento do investimento das empresas caiu de 2,8 p.p. em 2010 para 1,7 p.p. em 2011, contribuindo negativamente (-0,16 p.p. em 2012 e -0,69 p.p. em 2014). A média de contribuição ao crescimento do investimento das empresas e do investimento total foi a metade da registrada no governo Lula, 0,5 p.p. (Tabela 2).

**27.** Vide Schettini, Squeff e Gouvêa (2011) e Santos *et al.* (2015).

**28.** Estudo econométrico de Santos *et al.* (2015a) mostra que o investimento reage de forma negativa a uma desvalorização da taxa de câmbio real.

**29.** Vide a entrevista de Barros ao Estadão, disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,levy-e-um-diabo-mais-inteligente,1618142>>.

**30.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/08/1506912-arminio-fraga-mitos-do-pt.shtml>>.

**31.** Durante debate sobre o papel do Estado na economia, promovido pelo semanário das organizações Globo, a Revista *Época*, e o Insper.

**32.** Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/10/gustavo-franco-nao-ha-gasto-publico-incortavel-nem-os-sociais.html>>.



## RESENHA

# **POR UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO: o caso do Brasil.**

Ricardo Infante, Carlos Mussi e Mauro Oddo Nogueira (Editores)  
Santiago do Chile: Cepal, 2015.

Recebida em 27 de Outubro  
de 2015

Aprovada em 19 de Janeiro de  
2015

## **I. Introdução**

A partir do novo cenário econômico mundial, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea –, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal – e a Organização Internacional do Trabalho – OIT – voltaram a se debruçar sobre a questão da produtividade na economia, especialmente no que se refere à heterogeneidade estrutural (HE) e ao seu papel como inibidor de um processo de desenvolvimento inclusivo. A partir de um acordo de cooperação técnica, produziram uma série de estudos, cujos resultados acabam de ser reunidos por seus coordenadores – Ricardo Infante (Cepal/OIT), Carlos Mussi (Cepal) e Mauro Oddo Nogueira (Ipea) – no livro *Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil*<sup>1</sup>, que apresenta uma análise das características e implicações dos diferenciais de produtividade do trabalho dos vários segmentos da estrutura produtiva do Brasil. A obra desenvolve-se em torno de três temas centrais: o primeiro, com quatro capítulos, é um conjunto de análises descritivas da HE no Brasil; o segundo bloco, com três capítulos, cuida das relações e implicações econômicas da HE; o oitavo capítulo conforma o terceiro bloco, com uma comparação entre a HE no Brasil e no mundo, e uma análise de suas perspectivas de superação.

**MARCIO WOHLERS DE  
ALMEIDA**

Professor Associado do Instituto de Economia - UNICAMP

## 2. A heterogeneidade estrutural no Brasil

O primeiro capítulo, de Gabriel Coelho Squeff (Ipea) e Mauro Oddo Nogueira (Ipea), busca construir um dimensionamento da evolução da HE – intersetorial – no Brasil a partir dos anos 1950.

Entre as conclusões, destaca-se a de que, em cerca de 60 anos, mesmo passando por profundas transformações, a dinâmica da produtividade do trabalho (PT) pouco se alterou. Mais ainda, a partir dos 1980, observou-se uma redução da precariedade das condições de trabalho (formalização), uma melhora na distribuição de renda e na participação de trabalhadores com escolaridade mais elevada, porém acompanhados de um processo de convergência produtiva “para baixo”, com uma redução da produtividade dos setores onde esta era mais alta.

O segundo texto, de Mauro Oddo Nogueira (Ipea) e João Maria de Oliveira (Ipea), apresenta uma visão da heterogeneidade intrassetorial no país na década de 2000, tendo como base a dispersão das produtividades dentro dos setores, além de uma análise da decomposição (*shift-share*) da produtividade da economia.

A principal conclusão do estudo foi a de que, a despeito do registro de convergência produtiva,

o crescimento da produtividade deve-se a atividades que, dadas as características de origem de capital e a forma como operam no país, têm pouca capacidade de transbordamento e arraste tecnológico (indústria automobilística, farmacêutica e automação bancária) ou são intensivas em recursos naturais (agropecuária, cimento, papel e celulose). Sinais de que a economia pode estar caminhando para uma fragilidade em relação à conjuntura internacional, criando dependência dos preços internacionais de *commodities* e do mercado financeiro global.

Os aspectos relacionados à agropecuária brasileira e suas distribuições produtivas e tecnológicas são abordados por José Eustáquio Vieira Filho (Ipea), Gesmar Rosa dos Santos (Ipea) e Armando Fornazier (bolsista Ipea) no terceiro capítulo. O objetivo do estudo foi o de analisar sua heterogeneidade, classificando os estabelecimentos agropecuários por grupos tecnológicos, segundo critérios econômicos e qualitativos da tecnologia e do ambiente institucional, e por concentração produtiva.

Constatou-se que a heterogeneidade regional interna por grupos tecnológicos e entre os estados brasileiros é bastante significativa. Chama a atenção o fato de que o grupo que possui maior área de terra ocupada média é exatamente o de agricultura comercial de baixa intensidade

tecnológica e menor produtividade. Esse grupo retrata a realidade dos grandes latifúndios improdutivos. O trabalho aponta, ainda, para o fato de que seria dispensável a classificação distintiva entre agricultura comercial e familiar. Existem agricultores tanto produtivos quanto ineficientes nos dois segmentos, o que exige a formulação de políticas públicas mais específicas.

O quarto, de autoria de Miguel Matteo (Ipea), trata da perspectiva regional da HE no Brasil. Entre suas conclusões, destaca-se a clara existência de heterogeneidade produtiva entre as regiões brasileiras, bem como sua perpetuação no tempo. Chama atenção o fato de que os diferenciais, em certos casos, aumentam de intensidade quando comparados os mesmos setores de atividade nas diversas regiões. Nesse caso, evidencia-se que a heterogeneidade intrasetorial, decorrente das disparidades de produtividade entre as atividades de um mesmo setor e entre o próprio modelo de produção dos diversos empreendimentos dentro de uma mesma atividade, possui considerável correlação com a distribuição geográfica.

### **3. Implicações da heterogeneidade estrutural no Brasil**

No quinto capítulo encontramos uma perspectiva macroeconômica. Tendo por autores Gabriel Squeff (Ipea) e Victor Leonardo de Araújo

(Ipea), trata-se de um estudo que busca correlacionar a HE na indústria brasileira e a evolução da taxa de câmbio.

Sua principal conclusão é a de que o efeito da taxa de câmbio sobre a PT difere, em sinal e magnitude, nos diversos setores industriais. Os mais produtivos são os que mais se beneficiam da valorização cambial, aprofundando a HE no país. Daí se depreende que obter convergência produtiva na indústria brasileira sob um cenário de apreciação cambial é uma tarefa bastante difícil. O câmbio desvalorizado seria mais uma condição necessária do que suficiente, sendo imprescindível que estímulos adicionais sejam oferecidos, sem os quais os setores de baixa produtividade correrão o risco de permanecerem pouco produtivos mesmo com câmbio desvalorizado.

O sexto trabalho considera a perspectiva microeconômica, avaliando a questão da HE na perspectiva das firmas industriais brasileiras. Seus autores são Eva Yamila da Silva Catela (bolsista Ipea) e Gabriel Porcile (Cepal). Seu objetivo é o de analisar, a partir de uma perspectiva microeconômica, a distribuição das firmas entre diferentes estratos de produtividade dentro da indústria de transformação, assim como a dinâmica de transição destas firmas dentro e entre estes estratos.

Em suas conclusões, confirma-se a elevada heterogeneidade dentro da indústria de



transformação brasileira. Os resultados ratificam a existência de forte heterogeneidade intersetorial. Ficou também evidente uma forte heterogeneidade intrasetorial, dado que empresas que apresentam processos produtivos semelhantes em termos de intensidade tecnológica não podem ser consideradas homogêneas. Além disso, a partir de um modelo probit, foi possível identificar como diferentes variáveis influenciam o desempenho em termos de produtividade das empresas, indicando os fatores capazes de influenciar em sua transição entre estratos.

A correlação entre a HE e desigualdade de renda é avaliada por Sergei Soares (Ipea) no sétimo capítulo. A despeito do estudo não ter sido conclusivo, algumas observações importantes se destacaram. Em primeiro lugar, existem diferenciais setoriais de salário grandes e relativamente estáveis. Além disso, tanto a desigualdade de rendimentos como de PT estão caindo, e caindo juntos. Este é um resultado idiossincrático do Brasil, até porque, na maior parte dos países mundo, a desigualdade está aumentando e não caindo.

#### **4. Comparação internacional**

Finalmente, no oitavo capítulo, Ricardo Infante (Cepal) efetua uma comparação internacional da HE no Brasil e uma análise de suas perspectivas de superação.

O texto mostra os possíveis cenários de convergência produtiva do Brasil em relação a países que estão atualmente no limiar do desenvolvimento (por exemplo, Portugal). A conclusão é que, para avançar em condições de igualdade ao limiar do desenvolvimento, o Brasil deve empreender uma estratégia de crescimento econômico com menor HE e mais desenvolvimento produtivo, cujo dinamismo tenha efeitos positivos sobre a distribuição de renda e a inclusão social. Os exercícios de projeções mostram que essa convergência do Brasil implica um processo baseado em um novo padrão de desenvolvimento de longo prazo, e que se estenderia por duas décadas. Nesse caso, a distribuição de renda passaria a ser mais igualitária.

#### **5. Conclusões**

O livro evidencia que o Brasil vivencia uma notável redução das desigualdades de renda. O conjunto de estudos apresentado no livro mostra que esse fenômeno parece não estar sendo suportado por uma redução de mesma magnitude na PT e que a estrutura produtiva vem se mantendo praticamente tão heterogênea quanto, historicamente, sempre o foi. Há claros indícios de que os estratos menos produtivos podem, em virtude dessa baixa produtividade, limitar a capacidade de avanço nesse processo de melhoria da distribuição de renda.

Da obra emerge como grande desafio o

desenvolvimento de políticas que sejam capazes de incorporar a padrões mais dinâmicos um imenso contingente de firmas, tanto formais, quanto – e, talvez, principalmente – informais, cuja capacidade de gerar produto a partir da atividade humana (produtividade do trabalho) é hoje extremamente reduzida. Um choque de produtividade que não venha acompanhado dessa preocupação, especialmente de um aumento de renda capaz de alavancar simultaneamente a demanda, poderá produzir efeitos na estrutura produtiva que propicie um processo de convergência produtiva derivado não de um aumento do produto global, mas de uma redução na taxa de ocupação da mão de obra, com todas as suas perniciosas consequências.

## **Notas**

**I.** Esse livro faz parte também do projeto “Desarrollo Inclusivo” da Cepal/OIT, o qual, tendo como base a análise da experiência chilena, desdobrou-se em estudos cobrindo a região da América Latina e Caribe e os casos nacionais da Argentina, El Salvador, Peru e Uruguai, além do Brasil.



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

### 1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:

<<http://revista.sep.org.br>>.

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano I, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT, D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia  
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902  
Portal: [www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – Correio eletrônico: [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
CGC 02. 040.272/0001-40

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Tel: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Tel: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Áreas de Interesse: (Pesquisa e Ensino)

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

Palavras Chave:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

Concordo com a divulgação das informações acima: ( ) sim ( ) não

\_\_\_\_\_

Assinatura





ECONOMIA POLÍTICA DA RECESSÃO

# XXI Encontro Nacional de Economia Política

31 de maio a 3 de junho de 2016

Universidade Federal do ABC Santo André | SP

ORGANIZAÇÃO



APOIOS E PATROCÍNIOS

